



**CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela):
Percurso histórico, participação e aprendizagens**

Carla Manuela Alves Cardoso

Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação – Universidade do Porto para a obtenção de grau de Mestre em Ciências da Educação, sob orientação da Professora Doutora Teresa Medina.

Porto, 2013

RESUMO

Esta investigação procura compreender o percurso realizado por uma coletividade, a CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela), visando constituir-se num contributo para a (re)constituição da sua história e para a reflexão em torno das dinâmicas da participação associativa e das aprendizagens que a vivência no movimento associativo potencia.

Sendo esta pesquisa um estudo de caso, foram utilizadas várias técnicas/métodos, com especial relevância para as narrativas biográficas, que permitiram “escutar” dos protagonistas da história o percurso que percorreu a coletividade ao longo dos últimos 40 anos. A história foi organizada em 3 fases, de acordo com momentos mais relevantes salientados pelos interlocutores. A primeira fase, o “tempo do barracão”, corresponde ao processo de fundação e primeiros anos da coletividade, nos quais a dinâmica associativa tinha uma elevada participação, com a realização de um elevado número de atividades e seguindo um modelo de gestão associativo participativo e democrático, em consonância com o período político que se vivia no pós 25 de Abril de 1974. A segunda fase, começa com a construção da nova sede e respetiva mudança de espaço, processo ao longo do qual a coletividade se endivida e são tomadas diversas decisões que levaram ao afastamento de vários membros (inclusive membros fundadores, muito ativos até então). A terceira fase começa após um conjunto de alterações em torno da gestão do bar da coletividade e vai até aos dias de hoje, caracterizando-se por um período de menor atividade mas no qual, apesar de tudo, a coletividade se mantém viva e a funcionar, com mais ou menos dificuldades.

Analisando a participação sustenta-se que esta pode ser pensada a três níveis, que são apresentados separadamente, mas que na prática são indissociáveis: 1) a nível global, ou seja, no que se refere às transformações sociais e políticas e às suas implicações; 2) a nível da coletividade, que inclui a capacidade de as pessoas tomarem conjuntamente as decisões mais acertadas para o desenvolvimento da mesma; 3) a nível pessoal, que diz respeito às motivações individuais para participar ou não participar.

Decorrente da participação ocorrem experiências passíveis de se constituírem em aprendizagens, cuja análise permite equacionar a importância das associações enquanto contextos educativos/formativos significativos.

ABSTRACT

This research seeks to understand the life cycle of an association, namely the Recreation and Cultural Association of Sousela - CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela), and aims to contribute to the (re)constitution of its history, and reflect upon the dynamics of associative participation and the learning opportunities it promotes.

Being a case study, several techniques/methods have been used in the present research, namely the biographical narratives, through which it was possible to “hear” the story of the association in the last 40 years, told by its main characters. The history of the association has been divided into three phases according to the most relevant moments mentioned by the participants. The first phase, called *the warehouse phase* - “o tempo do barracão”, comprises the foundation of the association and its first years of existence, which are characterized by strong participation, a high number of activities, and a democratic and participatory associative model of management, according to the political period the country was going through, after 25 April 1974. The second phase starts with the construction of the new headquarters, a period in which the association gets into debt, and several members (including founding members, who were very active until then) decide to withdraw from the association due to many of the decisions being made. The third phase begins with a set of changes regarding the management of the association’s bar, reaching the present day, and it is defined as a period of less activity, even though the association remains alive, despite the challenges.

The analysis of participation in the association supports the following conclusions. Participation can be grouped into three levels, which are inseparable even though they are presented separately: 1) a global level, which comprises social and political changes and its consequences; 2) a collective level, which includes the skill to make the best collective decisions regarding the development of the association; 3) a personal level, which comprises personal motivations which lead individuals to participate or not.

The experiences taking place within associative participation can be considered as opportunities to learn, meaning that the importance of associations as relevant educational settings should be considered.

RESUME

Cette recherche vise à comprendre le parcours réalisée par une collectivité, les CRACS (action communautaire récréatif et culturel Sousela), pour constituer une contribution à la (re)constitution de son histoire et la réflexion sur la dynamique de la participation associative et l'expérience d'apprentissage qui favorise le mouvement associatif.

Comme cette recherche, une étude de cas, nous avons utilisé différentes techniques/méthodes, avec un intérêt particulier pour les récits biographiques qui ont permis à «l'écoute» des protagonistes de l'histoire la trajectoire parcouru communauté au cours des 40 dernières années. L'histoire a été organisé en trois phases, selon les plus pertinents mis en évidence par les interlocuteurs. La première phase, le «temps de la remise", correspond au processus de création et les premières années de la communauté dans laquelle la dynamique associative ont eu un taux de participation élevé, avec la réalisation d'un grand nombre d'activités et en suivant un modèle de gestion participative et associative démocratique, en conformité avec la période politique qui vivait dans message 25 Avril, 1974. La seconde phase commence avec la construction du nouveau siège social et le changement correspondant dans l'espace, un processus sur lequel la communauté est redevable et sont pris plusieurs décisions qui ont conduit à l'expulsion de plusieurs membres (y compris les membres fondateurs, très actifs à ce jour). La troisième phase commence après une série de changements autour de la gestion de la communauté et le bar monte à aujourd'hui, caractérisé par une période d'activité plus faible, mais qui, après tout, la communauté est vivante et son active, avec plus ou moins de difficulté.

Participation d'analyse est soutenu que cela peut être considéré à trois niveaux, qui sont présentées séparément, mais dans la pratique sont indissociables: 1) dans le niveau global, c'est à dire en ce qui concerne les transformations sociales et politiques et leurs implications; 2) le niveau de la communauté, qui inclut la capacité des gens à prendre les bonnes décisions en commun pour le développement de la même, 3) le plan personnel, en ce qui concerne les motivations individuelles de participer ou non.

Résultant d'expériences de participation se produire qui pourrait être encourue dans l'apprentissage où l'examen assimiler l'importance des associations comme contextes éducatifs/ de formation importants.

AGRADECIMENTOS

Para minha avó, que faleceu durante este projeto, vai o primeiro agradecimento pelo seu testemunho de vida e o apoio que sempre me deu.

Aos meus pais, que acreditam sempre em mim e sustentam todas as minhas opções e que juntamente com os meus irmãos e cunhado suportam as minhas ausências e os meus stresses por causa da dissertação quero expressar o meu mais sincero agradecimento. Foram, são e serão sempre o apoio insubstituível em todos os momentos.

À minha família mais alargada, com quem me envolvi em inúmeras discussões sobre a CRACS, sobre política e educação, que me permitiram aprofundar a reflexão, agradeço a presença constante.

A toda a Família Verbum Dei por ser a minha família na fé. Aos Missionários e aos Missionários Leigos Consagrados, pelo seu apoio, presença e estímulo.

A todos os meus amigos pela sua amizade e por estarem lá quando preciso.

A todos os professores da FPCEUP, que me deram uma nova perspectiva sobre o mundo, sobre a educação e sobre mim mesma. Aos professores do domínio de desenvolvimento local e formação de adultos, Manuela Terrasêca, João Caramelo, Henrique Vaz e Teresa Medina, com quem pude partilhar mais ao longo dos últimos dois anos, pela sua paciência nas inúmeras discussões e por essa relação de amizade e partilha que estabelecemos. Agradeço de forma especial à Teresa Medina, por ser, para mim, uma referência no que diz respeito à forma de pensar o mundo, a política, a sociedade e a educação, por ter partilhado comigo enquanto aluna as suas perceções e convicções e por termos construído uma relação de amizade verdadeira.

A todos os colegas da licenciatura e do mestrado com quem tive oportunidade de relacionar-me na FPCEUP, mas em especial à Isabel, por tudo o que partilhamos ao longo dos últimos 5 anos, pelas alegrias e pelos momentos de rutura, mas especialmente por nos espicaçarmos intelectualmente aprofundando a nossa reflexão sobre as diferentes temáticas.

Ao tio Alfredo, tio Tónio, tio Nando, Ernesto, Fátima, Nestinho, Belém, Zé Ribeiro, Zel, Lázaro, Paulo Castro, Paulo Mendes, Zé Pacheco, Eng. Zé Carlos Meireles e ao Zé Neto, pela disponibilidade e pela abertura a partilhar as suas vidas e experiências. A todos os interlocutores assim como a todas as pessoas que algum dia deram algo de si pela CRACS, agradeço por terem possibilitado que a CRACS chegasse até aos dias de hoje e fosse uma marca na vida de tantas pessoas e na minha também.

SIGLAS E ABREVIATURAS

AFAL – Associação de Futebol Amador de Lousada;

CEE – Comunidade Económica Europeia;

CRACS – Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela;

GACER – Grupo Associativo de Cultura e Estudos Recreativos;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social;

MFA – Movimento das Forças Armadas;

MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado;

PCP – Partido Comunista Português;

PS – Partido Socialista;

RVCC (Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências);

UDP – União Democrática Popular;

ÍNDICE

Considerações Iniciais.....	13
Capítulo I – Associativismo Popular – Um campo em transformação.....	21
1.1 Delimitação de um Campo: O Associativismo Popular	23
1.2 Associativismo Popular: Objeto do Educativo?	28
1.3 Aprendizagem Experiencial	33
Capítulo II – Opções Metodológicas.....	37
2.1 Percurso da Investigação	40
2.1.1 Estudo de caso	42
2.1.2 Narrativas biográficas	43
“Já nem me lembro bem” – Questões sobre a memória	47
2.1.3 Análise Documental.....	48
2.1.4 Elaboração de um Modelo de Análise	51
2.2 Os participantes da investigação	53
2.3 Questões Éticas – A relação com o contexto.....	55
Capítulo III – CRACS: Percurso Histórico	57
3.1 No tempo do “barracão”	60
3.1.1 “Rouxinol sem asas não pode voar”	60
3.1.2 “Foi em Bujão, na quinta de Bujão!”	62
3.1.3 “A vontade de dinamizar grupos”	63
3.1.4 “E então começou-se...”	64
3.1.5 “Politiquices”	65
3.1.6 Uma coletividade de elites?	70
3.1.7 Os estatutos foram aprovados, finalmente!	71

3.1.8 “E começaram a entrar raparigas porque, de facto, havia respeito”	72
3.1.9 A vida associativa – “a vida social de Sousela praticamente passou a ser feita na CRACS”	74
3.1.10 A saída dos Duartes e a fundação da GACER.....	78
3.1.11 A lista independente para a Junta de Freguesia de Sousela.....	79
3.1.12 “Guerra” entre Netos e Gonçalves e estabilização	80
3.2 Rumo à nova sede.....	82
3.2.1 “O Zé Neto deu a ideia de se fazer a sede”	82
3.2.2 “A sede demorou muito tempo a construir... foi feito por nós, aos bocadinhos...”	83
3.2.3 “Entretanto a CRACS estava pronta... E eles ‘venderam’ a CRACS ao Gomes”	85
3.2.4 “E entretanto acabei por sair” – José Neto	86
3.2.5 A vida na nova sede.....	88
3.2.6 O Ernesto na CRACS e os Festivais de Ranchos	90
Atividades realizadas	91
Os festivais de Ranchos	92
O Ernesto “tinha características que ajudavam muito mesmo”	94
3.2.7 “O Ernesto foi embora”	95
3.3 A crise acentua-se.....	98
3.3.1 A crise do bar e da direção	100
3.3.2 E agora? “Então tu não vês como é que isto está?”	101
“A CRACS hoje é um café”	102
“Não tem nada! Só tem o futebol e mais nada!”	103
A escolinha de música	105
Outras atividades	107
“Quando eu ouço críticas digo assim, olha vai para lá e faz melhor” ...	107
3.3.3 Perspetivas de futuro.....	108

Capítulo IV – A CRACS: Participação Associativa.....	109
4.1 Participação: “O que foi não volta a ser...”	111
4.1.1 A participação no tempo do “barracão”.....	112
4.1.2 A participação na mudança para a nova sede	115
4.1.3 A participação na atualidade.....	118
4.2 “Aprendemos muito, então não aprendemos!”.....	121
4.2.1 As aprendizagens no “tempo do barracão”.....	121
Aprendizagens na comissão de Teatro	122
Aprendizagens na Comissão de Folclore.....	123
Aprendizagens na Comissão do Bar	124
Aprendizagens na Comissão de Biblioteca/Sala de Leitura	124
Aprendizagens na Comissão de Música	124
Aprendizagens na Comissão de Desporto	125
Aprender a participar	126
Aprender a relacionar-se com os outros	127
4.2.2 Aprendizagens da mudança para a nova sede à atualidade	128
4.2.2 Processos de formação.....	131
Processos Não Formais:.....	131
Processos Informais;.....	131
 Considerações Finais.....	 135
 Referências Bibliográficas	 141
Legislação Consultada	146

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Publicação dos Estatutos da CRACS em Diário da República.....	72
Figura 2 e 3 – Peça de teatro representada nas instalações da CRACS	76
Figura 4 e 5 – Torneio de Futebol no campo José Alves da Costa	76
Figuras 6 e 7 – Obra da nova sede	84
Figuras 8 e 9 – Inauguração da nova sede.....	88
Figura 10 e 11 – Lanche e momento cultural da festa de inauguração	88
Figura 12 – Recordação do 3º Festival Internacional de Folclore	94
Figura 13 – Sede da coletividade atualmente.....	99
Figuras 14 e 15 – Café/Bar da CRACS na atualidade.....	102

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Dados sobre os Encontros Biográficos.....	46
Tabela 2 – Caracterização dos Participantes da Investigação	55
Tabela 3 – Indicadores de Escolarização (1970 - 2001) (Pinto & Pereira, 2006, p. 148).....	71

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A frase de Artur Martins “*o homem enquanto ser social sempre se associou*” (Martins, s/d, p. 1) reflete bem a importância do surgimento das associações dado que as pessoas desde sempre tiveram e têm a necessidade de se encontrarem e de encontrar “espaços” que respondam às suas necessidades (formação, desporto, cultura, recreio, etc.), entre outros objetivos. De acordo com dados da Confederação Portuguesa das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto (2001)¹, existiam então cerca de 18 mil associações, podendo este número ser superior, dado que a mesma estrutura refere que:

“na leitura dos dados apresentados deve ter-se em atenção que no estudo do INE apenas foram tomadas em análise as organizações cujas principais atividades tenham por natureza a cultura e o recreio, pelo que aquela investigação não inclui muitas outras associações que não se relacionam com aquele tipo de atividade a título principal, ou desenvolvem atividades no âmbito de outras áreas do associativismo, como o desporto ou a ação social (INE, 1998:3)” (Leitão, Pereira, Ramos, & Silva, 2009, p. 74).

Este número de associações envolve, a diferentes níveis, um número muito significativo de pessoas, sendo possível afirmar que o associativismo é um fenómeno que engloba a participação de uma fração muito alargada da sociedade portuguesa e tem um elevado impacto nas dinâmicas sociais.

Analisando a evolução do associativismo, percebe-se que este se foi alterando ao longo dos tempos, como seria de esperar, dado que as sociedades se transformaram, sendo importante analisar essas alterações, nomeadamente para clarificar o tipo de associativismo sobre o qual me debruço nesta dissertação. Da mesma forma, para compreender o associativismo, é necessário estudá-lo, contextualizando-o socialmente. É precisamente isso que se pretende fazer nesta dissertação: compreender o percurso realizado pela CRACS, situando-a no contexto da sociedade portuguesa e da evolução que tem ocorrido nas dinâmicas associativas. A CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela) é uma associação que se enquadra no “velho” associativismo ou movimento associativo popular, definido por Canário como aquele: “*...que se caracteriza por uma ação autónoma relativamente à heteronomia educativa exercida sobre as classes trabalhadoras pelo Estado ou pelo poder soberano direto ou indireto, do mundo das empresas*” (Canário, 2009, p. 149). O associativismo popular nasceu a partir de meados do século XIX, associado aos processos de industrialização e urbanização, tendo aumentado bastante a sua incidência em Portugal depois do 25 de Abril, associado à liberdade adquirida e às novas possibilidades que se abriram com a queda da ditadura. O associativismo popular pode “*abraçar modalidades que*

¹ Levantamento realizado no âmbito da preparação do IV Congresso Nacional das Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto¹ (Loures, 6,7 e 8 de Abril, de 2001)

vão desde o mutualismo, ao cooperativismo e ao associativismo cultural e de recreio” (Canário, 2009, p. 133), baseando-se essencialmente em lógicas de militância e de voluntariado, sendo a gestão concretizada a partir da participação de todos os sócios.

A CRACS é uma associação situada na freguesia de Sousela, no concelho de Lousada, tendo sido a primeira a surgir na freguesia após 25 de Abril. Os sócios fundadores foram José Pacheco, José Ferreira Neto e Francisco Ferreira Neto, mas houve várias outras pessoas que se envolveram ativamente e tornaram possível a sua constituição. Os seus estatutos foram publicados no Diário da República no dia 28 de Setembro de 1976, assumindo como principais objetivos: *“agregar os seus elementos e promover o recreio, a cultura popular e o bem-estar social em especial nos habitantes da freguesia”*. Com esses objetivos, foi preocupação da CRACS assegurar que todos participassem nas mais diversas atividades e na gestão da coletividade. Durante os primeiros anos de existência, a associação teve um elevado número de pessoas envolvidas, tendo a sua atividade sido muito marcante em toda a freguesia, constituindo-se como um importante polo de desenvolvimento local e de produção e divulgação cultural em áreas muito diversas, com profundos impactos na vida de muitas pessoas, designadamente dos jovens e das mulheres, que encontraram na coletividade um importante espaço de afirmação e de liberdade. Nos últimos anos, esta realidade tem-se alterado, existindo um menor número de pessoas a participar o que se traduz numa menor atividade e numa participação geral mais reduzida.

A primeira sede da coletividade estava situada por cima da escola antiga de Moreira e, posteriormente, em 11 de Junho de 1988, passou para o local onde se encontra atualmente. A criação da própria sede e a mudança para a mesma foi um dos acontecimentos mais significativos na vida da coletividade.

A CRACS tem atualmente cerca de 100 sócios com as cotas em dia, mas muitas outras pessoas são simpatizantes ou participantes. Cada sócio é convidado a pagar a cota de 0,50 euros por mês. As crianças e jovens até aos 18 anos, estudantes e reformados não pagam cotas.

As suas instalações situam-se num edifício que integra 5 salas para uso da coletividade (3 maiores e duas bastante mais pequenas), um café com uma sala de jogos e armazém adjacente; no mesmo espaço tem um ringue com 3 balneários e uma sala pequena. Existe ainda um espaço exterior, coberto com lonas, e um espaço de estacionamento. Para além destes, a coletividade utiliza ainda um campo de futebol de terra batida, denominado de Campo de Futebol José Alves da Costa, pelo qual paga uma renda simbólica.

Atualmente, a coletividade tem como atividades regulares o futebol de 11, a escolinha de música, a aeróbica e a sueca (de forma informal). Tem ainda em funcionamento o bar/café, que está concessionado e que, não sendo uma atividade própria da associação, tem o potencial de juntar as pessoas. Para além deste bar existe uma barraca junto ao campo de futebol, de terra batida, que a direção explora nos dias de jogos e/ou treinos. De acordo com a direção, nestas atividades estão envolvidas cerca de 60 pessoas.

Para além das atividades regulares, a coletividade organiza ainda algumas atividades esporádicas ao longo do ano: festival de folclore, torneios de futebol (organizados pela coletividade, participação em torneios organizados por outras coletividades e participação no torneio concelhio organizado pela AFAL – Associação de Futebol Amador de Lousada), passeios, festas (natal, dia mundial da criança, aniversário da coletividade, etc.), magustos, sardinhas e jantares de angariação de fundos.

Economicamente a coletividade sobrevive com as cotas dos sócios, a renda do bar, os lucros da barraquinha, o apoio de empresários da região e algum apoio esporádico da junta de freguesia de Sousela.

Na freguesia existem mais três associações: a GACER (Grupo Associativo de Cultura e Estudos Recreativos), o Grupo de Bombos de Sousela e o Centro paroquial;

As associações são lugares onde o educativo pode acontecer ou, se quisermos dizer de outra forma, onde ocorrem diversas possibilidades de aprendizagens. Partir deste pressuposto implica uma mudança de paradigma, pois implica colocar de lado a ideia de que o único lugar onde as pessoas são educadas é a escola, para passar para uma outra perspetiva de que as pessoas se educam a si mesmas, nos diferentes contextos onde estão inseridas. Esta perspetiva é defendida por vários autores, nomeadamente por João Boavida e João Amado:

“A realidade educativa é, pois, algo demasiado rico e complexo, que transcende em muito o meio escolar e a sua problemática específica, com modalidades e formas muito concretas, antes e depois desse período restrito de formação e que se manifesta de uma maneira evidente, e sempre, em todas as culturas desde os primórdios da humanidade, como é o caso da educação familiar e de muitas outras formas de educação informal.” (Boavida & Amado, 2006, p. 156)

Perspetivando assim o movimento associativo como local onde potencialmente podem ocorrer aprendizagens, convém especificar que tipo de aprendizagens podem ser realizadas. O carácter educativo das associações é muito abrangente e prende-se com a experiência de ser associado, de ser animador/dinamizador de atividades no âmbito da associação, de ser dirigente, etc... A experiência, como refere Cármen Cavaco: *“apresenta um carácter dinâmico, é questionada e alterada em função das novas situações vivenciais, o*

que permite a evolução do indivíduo e dá origem a um processo de formação ao longo da vida” (Cavaco, 2008, p. 478). A experiência é, portanto, inerente à vida e alterada constantemente ao longo da vida das pessoas e nos diferentes contextos onde estas estão inseridas. Nem sempre as experiências dão origem a aprendizagens, mas estas encerram em si esse potencial. Esta percepção de experiência implica que esta possa existir mesmo quando a pessoa escolhe não participar. Aplicando esta racionalidade ao associativismo, a experiência acontece quando a pessoa participa ativamente, mas também quando participa usufruindo apenas das atividades proporcionadas e dinamizadas por outros, porque a experiência é inerente ao ato de viver. Assim, a experiência acontece em situações previstas, mas também em situações que não foram previstas.

A aprendizagem experiencial é um processo bastante complexo e de alguma forma individual, ainda que construído socialmente. É um processo social dado que ocorre sempre com os outros, no entanto “...a realização de aprendizagens através das experiências é um processo que depende de cada pessoa e não apenas dos elementos contextuais...” (Cavaco, 2008, p. 474). Portanto, apesar da participação no movimento associativo oferecer um “espaço” onde ocorrem experiências, a efetiva ocorrência de aprendizagens experienciais depende em muito do indivíduo.

A partir dos discursos de vários intervenientes da CRACS, com papel de destaque em diferentes momentos da vida da coletividade, procura-se nesta investigação:

- Contribuir para a construção de uma história da associação a partir da voz dos seus construtores e protagonistas – Dirigentes e outras pessoas com um envolvimento relevante na associação;
- Compreender as diferentes fases e modos de participação na associação;
- Compreender os impactos educativos/formativos, da participação no movimento associativo;

Esta investigação situa-se no paradigma qualitativo, tratando-se de um estudo de caso, que é definido por Bogdan e Biklen como a: “*observação detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte ou de um acontecimento*” (Bogdan & Biklen, 1994, p. 89). Os estudos de caso podem ser realizados a partir de um único caso ou a partir de vários casos, estabelecendo comparações. Este estudo será acerca de um único caso, ou contexto – a CRACS – e pretende possibilitar uma visão holística da coletividade. Os estudos de caso acerca de um contexto são bastante comuns e podem ter diferentes variantes:

“O estudo de casos isolados é comumente utilizado nos estudos de caso, estando descritas duas variantes: uma variante utilizando perspectivas holísticas e outra utilizando unidades de análise incorporadas. Geralmente os casos únicos são justificáveis em certas circunstâncias – quando um caso representa: a) teste crítico para uma teoria existente, b) circunstância única ou rara, ou c) um caso representativo ou típico, ou então quando o caso tem um propósito a) revelador ou b) longitudinal” (Yin, 2009, p. 52)²(tradução livre).

Nesta investigação, justifica-se a denominação de estudo de caso, assumindo este como representativo de muitos outros. A associação que pretendo estudar é similar a várias associações que nasceram a seguir ao 25 de Abril, com objetivos de divulgação da cultura e de promoção de espaços de recreação. Este tipo de associações tem atravessado diversas dificuldades, tendo algumas desaparecido e outras tendo-se transformado nouro tipo de associações. Assim, pode constituir um caso representativo para compreender os processos desenvolvidos por outras associações semelhantes, não tendo claramente qualquer objetivo de generalização. No âmbito desta pesquisa pretende-se compreender aprofundadamente a história da coletividade e as vivências associativas dos que nela participaram ativamente. Assim, reconhecendo a importância dos sujeitos, do que pensam e sentem e das suas narrativas subjetivas, foi assumido como muito relevante a realização de narrativas biográficas. Estas *“permitem uma outra compreensão da história individual e coletiva, dos diferentes contextos em que as pessoas intervieram e participaram e das transformações sociais, políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida”* (Medina, 2008, p. 79). Esta característica das narrativas biográficas, de permitirem uma compreensão dos contextos em que as pessoas participaram, a par das transformações sociais, políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida, é extremamente importante no estudo de caso da CRACS, dado que permite conhecer mais aprofundadamente as condições da sua criação e a forma como foi sobrevivendo ao longo dos anos. Mas também é muito importante para estudar as implicações da participação no movimento associativo, dado que estas abrangem a vida toda, antes, durante e, nalguns casos, após a participação na coletividade.

Um aspeto fundamental a ter em conta nesta metodologia prende-se com a relação a estabelecer com as pessoas com quem se trabalha, pois: *“Não se conta a própria vida ... a um gravador, mas sim a outro indivíduo”* (Ferraroti, 1983, p. 52), situando-se a conversa a

² *“Single cases are a common design for doing case studies, and two variants have been described: those using holistic designs and those using embedded units of analysis. Overall, the single-case design is eminently justifiable under certain conditions - where the case represents (a) a critical test of existing theory, (b) a rare or unique circumstance or (c) a representative or typical case, or where the case serves a (d) revelatory or (e) longitudinal purpose”* (Yin, 2009, p. 52) .

estabelecer num contexto de reciprocidade relacional. Ao longo de todo o processo do encontro biográfico, os intervenientes da pesquisa foram reconhecidos como sujeitos, detentores de saberes e participantes na construção de uma história.

Esta dissertação está organizada em 4 capítulos. No primeiro, desenvolve-se o enquadramento teórico do estudo, onde se explicita o associativismo como objeto de estudo das ciências da educação e o seu contributo enquanto espaço de construção de aprendizagens experienciais. No segundo capítulo, fundamentam-se as opções metodológicas, explicitando os percursos da investigação. No terceiro capítulo apresenta-se uma perspetiva da história da CRACS, construída a partir dos contributos dos interlocutores desta pesquisa. No último capítulo discute-se a participação e as aprendizagens ocorridas no seio da coletividade. Por fim, apresentam-se algumas considerações finais e perspetivas de investigação futuras.

**CAPÍTULO I – ASSOCIATIVISMO POPULAR – UM CAMPO EM
TRANSFORMAÇÃO**

Neste capítulo apresenta-se o quadro teórico-conceptual que esteve subjacente à construção desta dissertação. Inicialmente, abordar-se-á o conceito de associativismo que mais se enquadra no tipo de associativismo que se desenvolve na CRACS; de seguida, considerando o associativismo um importante objeto do educativo, apresenta-se a racionalidade subjacente a este pensamento e, por fim, a relação com as aprendizagens experienciais. Estas últimas são, com certeza, um contributo para compreender a razão pela qual o associativismo é um campo que deve continuar a ser estudado pelas ciências da educação.

1.1 DELIMITAÇÃO DE UM CAMPO: O ASSOCIATIVISMO POPULAR

O fenómeno associativo é tão antigo como a existência do ser humano, dado que este existe enquanto ser em relação, ou seja, o ser humano existe na medida em que existe para outro e com o outro. Ao existir para outro e com o outro e ao relacionar-se, procura com frequência encontrar as melhores condições para a sua existência e quiçá para a sua felicidade. Neste processo, as pessoas têm necessidade de se associar por motivos muito diversos e em torno de diferentes objetivos. Como afirma Ferreira, *“o fenómeno associativo é plural nas suas formas e expressões. Com base nesta asserção (...) não existe um ‘movimento associativo’, como é costume dizer-se, mas antes movimentos e ações associativos, ora mais organizados ora mais espontâneos”* (Ferreira, 2011, p. 128). Partindo do pressuposto de que o movimento associativo é extremamente plural, e que existem vários tipos de associações, é fundamental expressar que tipo de associativismo é abordado ao longo desta dissertação. Para isso, começa-se por traçar uma breve história do movimento associativo em Portugal, pois apesar de se considerar que as pessoas desde sempre tiveram necessidade de se associar, em busca da concretização de objetivos comuns, a associação de pessoas, tal como a conhecemos hoje, é um constructo mais recente do que a existência da humanidade. De acordo com Artur Martins:

“No que respeita ao Associativismo que hoje conhecemos em Portugal, podemos afirmar que a sua génese se verificou no século XIX sob forte e fundamental influência de duas alterações substanciais: a Revolução Industrial, iniciada em Inglaterra, ainda no séc. XVII e a Revolução Francesa (1789-1793), com a consigna ‘Liberdade, Igualdade, Fraternidade’” (Martins, s/d).

Ainda de acordo com o mesmo autor (idem).

“A evolução do Movimento Associativo Popular está intrinsecamente ligada à evolução sociopolítica da própria sociedade portuguesa, pelo que as ruturas políticas influenciam sobremaneira a vida das coletividades, clubes e outras associações. Assim, podemos referir os seguintes períodos: Monarquia

Constitucional, 1.ª República, Revolta de 28 de Maio de 1926 / Estado Novo e 25 de Abril de 1974” (Martins, s/d).

A rutura sociopolítica que mais influenciou o associativismo na história recente de Portugal foi o 25 de Abril de 1974, correspondendo a um momento extraordinário na vida dos portugueses, *“um momento de rutura, em que a explosão da iniciativa popular se traduz por fortes dinâmicas de transformação social, apoiadas em órgãos populares de base”* (Canário, 2009, p. 133). Boaventura de Sousa Santos comenta a extensão das dinâmicas de participação e da ação dos movimentos sociais populares, afirmando que estes:

“Tiveram em muitas situações genuína espontaneidade, abriram novos espaços de sociabilidade e criatividade social, projectaram de forma inovadora soluções autónomas para os problemas das classes trabalhadoras no domínio da habitação, da actividade cultural, da organização da produção, da vida comunitária, asseguraram o funcionamento mínimo do processo produtivo face ao defensismo absentista ou mesmo ao boicote do patronato, identificaram ou ampliaram carências sociais e servidões que o ambiente simbólico concentracionário do Estado Novo não tinha permitido revelar e, enfim, alargaram e aprofundaram o conceito de política no próprio processo de capacitação social das classes populares” (Santos, 1990, p. 32).

A importância da ação popular nesta época é largamente reconhecida, mas *“a relação entre este riquíssimo movimento social e o Estado foi muito complexa”* (Santos, 1990, p. 32). Talvez devido a esta complexidade foi necessário, de alguma forma, enquadrar institucionalmente o movimento popular. Este foi um assunto controverso na época, sobre o qual não me debruçarei nesta reflexão, sendo de referenciar, no entanto, a legislação produzida sobre esta questão. Logo em 1974, foi publicado o Decreto-Lei n.º 594/74 de 7 de Novembro (que virá a ser alterado em 1977) e que refere o seguinte:

“O direito à livre associação constitui uma garantia básica de realização pessoal dos indivíduos na vida em sociedade. O Estado de Direito, respeitador de cada pessoa, não pode impor limites à livre constituição de associações, senão os que forem direta e necessariamente exigidos pela salvaguarda de interesses superiores e gerais da comunidade política. No processo democrático em curso, há que suprimir a exigência de autorizações administrativas que condicionam a livre constituição de associações e o seu normal desenvolvimento” (Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/77, de 25 de Fevereiro).

Estando em curso, em Portugal, um processo democrático, depreende-se que houve a necessidade de *“formalizar”/“legalizar”* a existência de um movimento associativo que, na realidade, já existia, e que tinha um profundo impacto na sociedade do momento. Posteriormente, o direito de associação fica consagrado como direito na primeira Constituição da República Portuguesa, aprovada a 2 de Abril de 1976:

Artigo 46.º - (Liberdade de associação)

“1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.

2. As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos previstos na lei e mediante decisão judicial.

3. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação nem coagido por qualquer meio a permanecer nela.

4. Não são consentidas associações armadas nem de tipo militar, militarizadas ou paramilitares, nem organizações racistas ou que perfilhem a ideologia fascista.”³

A Revolução de Abril de 1974 constituiu, em si mesma, um momento de elevada importância para todo o movimento associativo e para todos os portugueses que, de um momento para o outro, do dia 24 para o dia 25 de Abril de 1974, passaram a ter liberdade de associar-se, quando até então eram muitas as limitações e constrangimentos impostos. Estes acontecimentos tiveram um impacto tão grande que “*cerca de metade das associações que hoje temos em Portugal decorrem do 25 de Abril de 1974*” (Martins, s/d, p. 4). O associativismo, a partir de então, tem vindo a sofrer uma série de transformações que se vão prolongando no tempo até à atualidade, transformações essas não apenas ao nível do número de associações que se formaram, mas também ao nível da diversificação de atividades e da emergência de outros tipos de associativismo. A partir destas considerações, é possível identificar duas grandes linhas de transformação do movimento associativo: por um lado, a emergência de novas formas de associativismo ou a diversificação da ação associativa, que dão mais pluralidade aos *movimentos e ações associativos* já existentes; e, por outro lado, essencialmente a partir dos anos 80 do século passado, a reconfiguração das associações para a captação de fundos (europeus ou nacionais), com a consequente perda de autonomia e necessidade de profissionalização dos seus elementos (Ferreira, 2011). Ao definir estas duas grandes linhas de mudança, não tenho como preocupação elencar todas as que ocorreram no movimento associativo, dado que não é o objetivo deste estudo, mas sim dar conta de transformações que foram ocorrendo, para mais tarde definir o tipo/forma de movimento associativo presente nesta dissertação.

Debruçando-nos sobre a primeira linha de mudança ou transformação, Martins refere que:

³ Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional [2005]

“...as coletividades mais “clássicas” diversificaram em muito as suas atividades e por outro lado, emergiram ou reforçaram-se outros tipos de associativismo: de defesa (património, consumidores, à vítima, etc.); movimento de moradores; juvenil e estudantes; ambiente e ecologia; de pais e da família, pessoa com deficiência etc.” (Martins, s/d, p. 4).

Como é possível constatar, logo após o 25 de Abril, começou a haver maior diversidade no que diz respeito à ação do associativismo, correspondendo a diferentes interesses de pessoas que se agrupam e procuram defender projetos comuns. Pode dizer-se que, na atualidade, esta pluralidade tem aumentado, uma vez que têm sido criadas várias novas associações com objetivos bem delimitados e cuja temporalidade é, muitas vezes, curta. É o caso de associações criadas para defender uma dada causa por um determinado período de tempo e que, após a resolução do problema que levou as pessoas a juntar-se, colocam um ponto final na sua existência.

Atualmente, e no âmbito da emergência de novos tipos de associativismo, uma questão pertinente a ser estudada prende-se com associações, mais ou menos formais, que existem relacionadas com o mundo virtual, como o caso das redes sociais. Estas redes merecem ser pensadas, também do ponto de vista do associativismo, dadas as potencialidades que têm na agregação de pessoas em grupos, na disseminação de informação, como plataformas de discussão de temas e de organização de atividades.

Relativamente à segunda linha de mudança, que diz respeito à reconfiguração das associações, é importante referir que algumas se transformaram para uma melhor adequação à captação de fundos para as suas atividades e outras nasceram com este propósito. Como afirma Lima:

“Um considerável número de associações, de novo tipo e vocação, emergiu a partir de meados da década de 1980, ocupando novos espaços de intervenção em parte abertos pela criação de programas e pela existência de financiamentos disponíveis, raramente tendo como objetivo principal a educação popular e de base de adultos, mas amiúde introduzindo essas valências no âmbito da sua ação social. Noutros casos, ocorreu uma reconversão e reorganização de algumas associações que se tinham consolidado no quadro da lógica do associativismo popular e da educação popular, agora confrontadas com a ausência de políticas e de financiamentos especificamente orientados para a educação de adultos; evoluíram muitas delas, para o estatuto de instituições particulares de solidariedade social, prestando vários serviços de proximidade, de índole social, sob contratualização e no quadro de parcerias estabelecidas com organismos oficiais de segurança social” (Lima L. , 2005, p. 42).

A partir do pensamento de Lima é possível perceber, dentro desta reconfiguração/formação de associações com propósitos diferentes daqueles que inicialmente norteavam a sua formação, duas orientações de ação: a gestão da questão social e a gestão da formação de adultos. Esta transformação ocorre dada a diminuição dos subsídios estatais para

as associações e a existência de programas de financiamento, oriundos do Estado ou da União Europeia, à qual Portugal aderiu a 1 de Janeiro de 1986, tendo apresentado a sua candidatura a 28 de Março de 1977. É possível, portanto, verificar que muitas mudanças no associativismo vão no sentido de o tornar, de certa forma, mais “profissional”. Muitas associações estão a transformar-se para dar resposta a diferentes necessidades das populações, necessidades estas que deveriam ser da responsabilidade do Estado, mas que, pelas mais diversas razões, não estão a ser asseguradas. As IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social) são exemplo da substituição do Estado no apoio social, nomeadamente, à infância e à terceira idade.

Esta transformação/mutação de algumas associações traz diversas consequências ao nível do seu funcionamento, uma vez que se torna *“indispensável para fazer face às novas tarefas associativas “uma tecnoestrutura” que faz apelo a “saberes especializados que não se encontram ao alcance da maioria dos dirigentes, dos associados ou dos animadores voluntários”* (Canário, 2009, p. 151). Esta exigência de “uma tecnoestrutura”, e as profundas alterações que provoca no campo do associativismo popular, *“é feita à custa da renúncia a traços identitários que lhe eram estruturantes, nomeadamente a democraticidade interna, de carácter directo, e a oposição a lógicas de mercado e de dependência externa”* (Canário, 2009, p. 151).

De certa forma pode dizer-se que assistimos a uma transformação ao nível da identidade de muitas associações, que passaram a ser geridas por gestores formados para esse efeito e a ter necessidade de empregarem quadros profissionais (com frequência de formação superior) para fazer face às suas novas funções. Perde-se, assim, o carácter voluntário que era um seu marco identitário, com a consequente perda de autonomia e perda de liberdade das associações na definição dos caminhos a seguir, deixando *“a democracia participativa [deixou] de ser, para muitas associações, um principio norteador da sua ação quotidiana”* (Ferreira, 2011, p. 140).

Estes processos têm consequências profundas para a associação como um todo e como instituição inserida num determinado contexto, bem como para a vida associativa. De facto muitas associações passaram a

“...funcionar como executoras de políticas que lhes são exógenas e alheias à tradição do “velho” associativismo popular baseado na militância e no voluntariado. As consequências desta dependência dos processos de financiamento e de contratualização de parcerias com o Estado são marcantes no que respeita a uma limitação da autonomia destas associações “seja em termos de orientação política, seja em termos de recursos e de processos de ação”, o que torna problemática a concretização de “projetos educativos claros em termos democráticos, associativos e emancipatórios” (Canário, 2009, p. 151).

As associações que se caracterizavam por serem autónomas em relação ao poder do Estado passam a depender de políticas, muitas vezes partidárias, que se vão alterando à medida que muda o governo ou poder autárquico. Na luta pela sobrevivência e manutenção dos postos de trabalhos, as associações tornam-se muitas vezes dependentes de apoios financeiros que nem sempre são claros, sendo

“provenientes de entidades que têm o poder de os distribuir, muitas vezes sem qualquer definição de critérios de transparência e de justiça, colocam as próprias associações numa lógica de caridade face aos mecanismos de financiamento, obrigando-as a mendigar subsídios. Desta forma, tende a criar-se uma cultura de domesticação e de dependência das associações, contrária à ideia de associativismo cidadão” (Ferreira, 2011, p. 140).

É possível que muitas das pessoas envolvidas nestas associações não se apercebam daquilo que está a acontecer, até porque *“algumas associações podem já não ter nascido com base nesta ideia de associativismo cidadão”* (Ferreira, 2011, p. 140). No entanto, é precisamente esta ideia de associativismo que está subjacente nesta investigação, um associativismo cidadão ou o “velho” associativismo popular. É, portanto, uma vertente do associativismo que se distancia bastante das lógicas acima enunciadas, decorrentes das transformações que ocorreram no mundo associativo, já que mantém a sua autonomia e liberdade em relação ao Estado e em relação a *“iniciativas de filantropia social, oriundas do Estado, da Igreja ou de empresários”* (Canário, 2009, p. 149). O associativismo popular pode ter diferentes modalidades e formas de ação mas, na sua base, estão lógicas de militância, voluntariado e exercício da democracia participativa. Estas associações, ao procurar manter a sua autonomia em relação às lógicas de ação e financiamento mais recentes, vivem em luta pela sobrevivência dado o diminuto apoio que lhe é assegurado pelo poder central e local.

1.2 ASSOCIATIVISMO POPULAR: OBJETO DO EDUCATIVO?

Depois de fazer a delimitação relativamente ao tipo de associação sobre o qual incide este estudo, considero também importante refletir acerca da pertinência destas como objeto do educativo.

Segundo Correia, *“parece hoje admitir-se consensualmente que o mundo educativo atravessa uma profunda crise”* (Correia, 1998, p. 13), o que acontece dado que

“a concentração na Escola de inúmeras missões e expectativas conduziu ao esvaziamento do espaço público da educação, ocultando e desqualificando outros contextos e modalidades de educação e formação que ocorrem no meio familiar, nos contextos de trabalho, nas relações de vizinhança e na vida comunitária associativa” (Ferreira, 2011, pp. 140-141).

Esta crise no que se refere ao educativo e em concreto à escola é *“também uma crise dos modos de se pensar a educação e, particularmente, dos modos de a pensar «cientificamente»”* (Correia, 1998, p. 13). Assim, parto para esta investigação no pressuposto de que o objeto do educativo é muito mais abrangente do que a escola e que pode incluir o associativismo.

As associações são lugares onde o educativo acontece ou, se quisermos dizer de outra forma, onde podem ocorrer diversas aprendizagens. Partir deste pressuposto implica uma mudança de paradigma, ou seja, colocar de lado a ideia de que o único lugar onde as pessoas são educadas é a escola para passar para uma outra perspetiva de que as pessoas são construtoras da sua própria aprendizagem nos diferentes contextos onde estão inseridas. Existem, portanto, diferentes tipos de educação que podem acontecer associados a diferentes contextos, como referem Coombs e Ahmed:

Educação Formal:

“referida aqui como a educação altamente institucionalizada, cronologicamente classificada e hierarquicamente estruturada num “sistema de ensino”, desde a escola primária até ao ensino universitário” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8)⁴ (tradução livre).

Educação Não-Formal:

“referenciada aqui como qualquer atividade educativa, organizada, sistemática, levada a cabo fora do quadro do sistema formal para oferecer tipos selecionados de aprendizagem a subgrupos específicos da população, tanto adultos como crianças. Assim definida, a educação não formal inclui, por exemplo, programas de formação e treino de agricultores, alfabetização de adultos, treino de competências fora do sistema formal, associações de jovens com fins educativos substanciais e vários programas comunitários de educação para a saúde, alimentação, planeamento familiar cooperativas, etc.” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8)⁵ (tradução livre).

Educação Informal:

“refere-se ao processo de educação ao longo da vida no qual cada pessoa adquire e acumula conhecimentos, competências, atitudes e perceções a partir de experiências diárias e exposição a um determinado ambiente em casa, no trabalho, no lazer; a partir do exemplo e atitudes da família e dos amigos; a partir das viagens, lendo jornais e livros; escutando rádio ou a ver televisão. Usualmente, a educação informal não está organizada nem sistematizada, no entanto é responsável por uma grande

⁴ “Formal education as used here is, of course, the highly institutionalized, chronologically graded and hierarchically structured “education systems”, panning lower primary school and the upper reaches of the university” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8).

⁵ “Nonformal education as used here is any organized, systematic, educational activity carried on outside the framework of the formal system to provide selected types of learning to particular subgroups in the population, adults as well as children. Thus defined, nonformal education includes, for example, agricultural extension and farmer training programs, adult literacy programs, occupational skill training given outside the formal system, youth clubs with substantial educational purposes, and various community programs of instruction in health, nutrition, family planning, cooperatives, and the like” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8).

parte do tempo total de aprendizagem de uma pessoa ao longo da vida, mesmo que seja uma pessoa muito escolarizada” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8)⁶ (tradução livre).

Os conceitos de educação formal, não-formal e informal são antigos, no entanto, apesar de serem consensualmente aceites pela comunidade académica, a educação informal e não-formal tendem a não ser tão valorizadas como a educação formal. A ideia de educação tende a estar, na sociedade atual, muito centrada na escola e no período de infância e adolescência mas, de acordo com Lesne, “*seria, no entanto, um erro considerar que este processo de construção e devir da personalidade se limita à infância*” (Lesne, 1977, p. 22). Portanto, a educação/formação

“...de um indivíduo é um processo que se desenrola ao longo da sua vida, mesmo quando a formação social a que ele pertence não se encarrega dela de forma organizada, pelo próprio jogo de interações que ele mantém com o seu meio natural e social” (Lesne, 1977, p. 21).

Entendida desta forma, “*a formação assemelha-se a um processo de socialização, no decurso do qual os contextos familiares, escolares e profissionais constituem lugares de regulação de processos específicos que se enredam uns nos outros, dando uma forma original a cada história de vida*” (Dominicé, 1988, p. 60). Esta perspetiva da formação entende a pessoa

“...como ser inacabado e curioso, [sendo que] a pessoa afirma e constrói a sua especificidade humana, interrogando-se, construindo conhecimento sobre o mundo e sobre a sua forma de intervir nele. É neste sentido que é possível sustentar que o acto de aprender é tão necessário, natural e inevitável como respirar. Mas se todos estamos condenados a aprender, a verdade é que a maior parte daquilo que sabemos não foi aprendido na escola, sendo esta, na sua forma moderna, uma invenção histórica muito recente, pela qual passou uma parte ínfima da humanidade” (Canário, 2006, pp. 159-160).

A partir desta perspetiva de educação/formação, considera-se que a educação acontece nos mais diversos espaços onde o indivíduo está inserido. Isto não significa que todos os espaços nos quais se “move” o indivíduo serão sempre “educativos”, significa apenas que estes têm um potencial educativo que pode ser desenvolvido. De acordo com Boavida e Amado

“...podemos considerar como educativa toda a situação em que se manifeste, ou que manifeste, uma intenção de aperfeiçoamento ou de qualificação, isto é, uma qualquer tensão capaz de dinamizar, num educando, um processo de aperfeiçoamento ou vontade de aprendizagem. Note-se que no caso da educação informal ou na educação espontânea, não há, de facto, uma intenção explícita, mas não

⁶ “*Informal education as used here is the lifelong process by which every person acquires and accumulates knowledge, skills, attitudes and insights from daily experiences and exposure to the environment-at home, at work, at play; from the example and attitudes of family and friends; from travel, Reading newspapers and books; or by listening to the radio or viewing films or television. Generally, informal education is unorganized and often unsystematic; yet it accounts for the great bulk of any person's total lifetime learning-including that of even a highly "schooled" person*” (Coombs & Ahmed, 1974, p. 8).

deixa de haver uma influência ou uma intenção implícita nos contextos culturais em que o indivíduo se insere e que, ao condicioná-lo nas atitudes (inibindo umas, reforçando outras), o orientam num certo sentido e nele promovem transformações comportamentais que a sociedade considera adequadas” (Boavida & Amado, 2006, p. 166).

Neste sentido a educação/formação não é um processo que alguém faz com outro alguém, mas

“A formação depende do que cada um faz do que os outros quiseram, ou não quiseram, fazer dele. Numa palavra, a formação corresponde a um processo global de autonomização, no decurso do qual a forma que damos à nossa vida se assemelha ao que alguns chamam a identidade” (Dominicé, 1988, p. 61).

Partindo desta perspetiva de educação/formação é possível constatar que “*a Educação, por um lado resulta da sociedade e, por outro, é constitutiva da própria sociedade*” (Boavida & Amado, 2006, p. 157). Sendo assim, a barreira e a definição de quem são os educadores e os educandos está esbatida. Isto é, a função de educador e educando pode ser assumida pela mesma pessoa em diferentes circunstâncias. Numa discussão entre duas pessoas ambas podem ser alternadamente educador e educando, do outro e de si próprio, pois: “*...não é educador quem quer ou assim se presume, nem sempre que o pretende, mas quem desempenha, de facto, em qualquer situação, uma função de transformação para melhor, no educando, e também em si mesmo*” (Boavida & Amado, 2006, p. 169). Por isso mesmo, “*... o homem é o agente da sua própria educação, através da sua ação e reflexão*” (Antunes, 2011, p. 153), muitas vezes passando por “*contrariedades que foi preciso ultrapassar [e] pelas aberturas oferecidas*” (Dominicé, 1988, p. 60).

Sintetizando, existe educação quando existe transformação, quando existe desenvolvimento pessoal ou social, sendo que a

“educação, definida em toda a sua amplitude, consiste no movimento pelo qual o «indivíduo» se torna «homem», um movimento que, como diz Charlot, (1995:23), «articula processos, práticas, representações, engloba todos os aspetos da existência, diz respeito a todas as idades, põe questões da cultura, da relação de si mesmo, da relação ao outro, do social, da história...»” (Charlot cit in Boavida & Amado, 2006, p. 183).

Debruçando-me sobre o movimento associativo, este insere-se no âmbito do educativo ou formativo na medida em que possibilita a ocorrência dessas transformações no ser humano. De acordo com o testemunho de Alfredo Castanheira, referido por Rui Canário:

“as associações e coletividades populares instituíram-se como espaços de liberdade onde se promovia a distração, a aprendizagem, a discussão e transmissão de ideias, através de uma gama tão variada de atividades como: cursos de alfabetização, de línguas, de corte e costura, conferências, sessões de cinema, bailes, grupos corais, aulas e cursos de música, teatro, exposições de artes plásticas, concertos (com bandas filarmónicas, orquestras sinfónicas, orquestras de salão)” (Canário, 2009, p. 139).

Tendo a perspectiva de que as associações podem ser espaços onde o educativo acontece é importante ressaltar que *“o mundo associativo é heterogêneo e as práticas das associações são bastante diferentes, quer nos seus modos de funcionamento interno, quer nas formas como se relacionam com a sociedade, com o Estado, com as pessoas e com as comunidades”* (Ferreira, 2011, p. 140) e que *“nem todas as associações se regem pelos princípios e valores da cidadania democrática; nem todas se constituem como espaços e sujeitos promotores e produtores de cidadania”* (Ferreira, 2011, p. 140). Assim, embora reconhecendo as associações como espaços onde o educativo pode acontecer, importa ter presente que este pode ter maior ou menor “intensidade” de acordo com as lógicas pelas quais as associações funcionam. Mesmo as associações populares que supostamente se regem por lógicas de militância, voluntariado e exercício da democracia, podem alterar com o tempo as suas lógicas de ação e podem atravessar diferentes fases de funcionamento. Assim, o educativo no associativismo é uma realidade a ser tida em consideração, mas a sua dimensão está em grande medida, dependente das lógicas pelas quais se rege cada associação. O educativo nas associações está, também, dependente de outros constrangimentos, dado serem realidades institucionais e organizacionais, construídas por pessoas com pensamentos, ideias e objetivos que podem ser diferentes. Não obstante o referido, a participação no âmbito do associativismo, significa o acesso a um conjunto muito alargado de oportunidades de aprendizagem, dada a quantidade de atividades oferecidas pelas associações, mas também pelo facto de qualquer associado, a partir da sua experiência, poder participar na gestão democrática da vida da própria associação. Diferentes associados, com diferentes graus de implicação na associação, podem referenciar diferentes aprendizagens. Para o número mais restrito daqueles que exercem cargos de direção, ou seja para os sócios *dirigentes/colaboradores*, as exigências são maiores, mas também são maiores as possibilidades de realização de aprendizagens. Com frequência, para os últimos, a história de vida pessoal confunde-se com a história da associação na qual o indivíduo está inserido. Os indivíduos constroem-se e constroem a realidade à sua volta, sendo que este processo, muitas vezes, não é consciente para o próprio nem para os que o rodeiam. Em muitas associações, para além da imensidade de aprendizagens resultantes da simples participação, realizam-se também várias atividades com um carácter educativo explícito, de que são exemplo aulas de música, ou prática de desportos, ações de formação, etc. O carácter educativo das associações é muito abrangente e prende-se com a experiência de ser associado, de ser animador/dinamizador de atividades no âmbito da associação, de ser dirigente.

1.3 APRENDIZAGEM EXPERIENCIAL

Ao longo deste capítulo tenho vindo a fazer uma reflexão sobre o associativismo popular, fazendo referência à importância desta modalidade de associativismo e refletindo acerca do seu potencial educativo. Abordarei igualmente a noção de educação subjacente à perspectiva que considera o associativismo como espaço potenciador de aprendizagens. O conceito de aprendizagem experiencial está bastante próximo dessa perspectiva, que encara o educativo como um processo que ocorre ao longo do *continuum* que é a vida de cada pessoa.

Aprendizagem experiencial é um conceito constituído por duas palavras, ou duas partes, isto é, junta-se o experiencial à aprendizagem, o que transforma a palavra aprendizagem. Nesse sentido é importante explicitar o que se entende por experiência promotora de aprendizagens. Ana Luísa Pires (2002) aborda o conceito de experiência, afirmando que ele remete:

- “Para uma situação concreta, uma vivência, um acontecimento; que é vivido, sentido (e pensado) de uma forma singular pelo sujeito, à luz de uma estrutura prévia de representações, dos seus quadros de referência;
- E para as aquisições estruturadas e integradas, (os quadros de referência) detidos pela pessoa, e que são dinamicamente (re)construídos ao longo da sua vida” (Pires, 2002, p. 154).

A experiência é uma situação/acontecimento do dia-a-dia, que sendo alvo de um processo de reflexão é integrado ou não pela pessoa, pois:

“Estas aquisições vão sendo reconstruídas em função das situações e vivências (transformadoras) que ocorrem numa grande diversidade de contextos; desta forma a experiência, na medida em que confronta (ou não) os quadros de referência da pessoa, assim pode ser (ou não) formadora, no sentido da modificação dos mesmos. Esta transformação incide sobre múltiplas dimensões: compreensão de si e do mundo, esquemas de pensamento e de ação (conhecimentos e competências) e também sobre os aspetos identitários. A experiência (enquanto confronto direto com uma situação), pode ser entendida numa perspectiva temporal, decorrendo em três tempos: o antes, o durante e o depois, sendo o último momento essencial para a aprendizagem (em que ocorre a tomada de consciência, a elaboração dos conhecimentos, a mudança das representações, a restituição do equilíbrio perturbado)” (Pires, 2002, pp. 154-155).

Concebe-se a experiência como algo extremamente complexo e dinâmico que, situando-se na vida de cada pessoa, é extremamente pessoal e diverso, pois cada um tem acesso a um conjunto específico de experiências e o acumular dessas experiências ao longo da vida, torna a pessoa um ser cada vez mais diferente dos outros e portanto com quadros de referência diferentes, ao mesmo tempo que partilha muitas experiências com outros. Neste sentido posso concluir que a experiência tem o potencial de individualizar a pessoa e, ao mesmo tempo, de a aproximar dos outros, com experiências semelhantes, embora apropriadas

de diferentes formas. Tendo um carácter dinâmico, a experiência está intimamente relacionada com a presença do sujeito num mundo em permanente interação com diferentes contextos, com os outros e consigo mesmo e até com a sua história e a história do outro com quem se relaciona. A pessoa e o contexto social em que está inserida e onde ocorre a experiência estão interligados e não podem separar-se pois, de alguma forma, o meio/contexto (com um quadro social e cultural) interfere na forma como cada um interpreta a sua experiência.

Esta noção de experiência implica que esta existe mesmo quando a pessoa escolhe não participar. Aplicando ao associativismo, a experiência acontece quando a pessoa participa ativamente, mas também quando participa usufruindo apenas das atividades proporcionadas e dinamizadas por outros, porque a experiência é inerente ao ato de viver. Assim, a experiência pode acontecer em situações previstas, mas também em situações que não foram previstas.

A experiência, definida desta forma, é formadora do indivíduo “*na medida em que, a priori ou a posteriori, é possível explicitar o que foi aprendido (...), em termos de capacidade, de saber-fazer, de saber pensar e de saber situar-se*” (Josso, 2002, p. 178).

De acordo com Cármen Cavaco, a experiência pode ser vista enquanto processo e enquanto produto. Enquanto processo tem subjacente o “*...conjunto de condições, de situações, de acontecimentos que se sucedem numa certa ordem*” (Cavaco, 2008, p. 473), o que significa que a experiência pode ser vista como um conjunto de acontecimentos que vão decorrendo ao longo da vida, numa ordem temporal e que, de alguma forma, vão “formando” a pessoa, num *continuum* que é a vida. Enquanto produto, “*...corresponde ao conjunto de modos de ser, de pensar e de fazer, propriedades sociais construídas através da ação, na vivência dos numerosos acontecimentos da vida*” (Demailly, 2001 cit in Cavaco, 2008, p. 473). A experiência enquanto produto não está portanto ligada à ação mas, pode dizer-se, às reflexões pessoais e sociais decorrentes da ação, nos diferentes momentos da vida. A experiência enquanto processo e produto, não é dissociável, dado que está subjacente ao processo de construção da pessoa. O produto pode nem sempre ser imediato ao processo, podendo manifestar-se imediatamente ou passado muito tempo. Tudo depende de forma como cada indivíduo integra as experiências vivenciadas numa nova forma de pensar o mundo ou “*...numa prática, o saber-fazer e os conhecimentos...*” (Josso, 2002, p. 28).

Após definir a experiência, enquanto aprendizagem, considero que a aprendizagem experiencial é um processo bastante complexo e de alguma forma individual, ainda que construído socialmente. É um processo social dado que ocorre sempre com os outros, no

entanto “...a realização de aprendizagens através das experiências é um processo que depende de cada pessoa e não apenas dos elementos contextuais...” (Cavaco, 2008, p. 473) e “envolve a pessoa como um todo, na dimensão afetiva, intelectual, e sensorial” (Pires, 2002, p. 166). A aprendizagem experiencial tem ainda outra característica que importa enunciar: a sua relação com o quadro de experiências anteriores da pessoa, com o seu sistema de conhecimentos e valores. Para que a experiência seja aprendizagem e, portanto, para podermos falar de aprendizagem experiencial é necessário “um processo de reflexão contínuo sobre a experiência, que permite a sua transformação e um nível mais profundo de compreensão” (Pires, 2002, p. 166).

Apesar da participação no movimento associativo oferecer um “espaço” onde podem ocorrer experiências, a efetiva ocorrência de aprendizagens experienciais depende em muito do indivíduo. É interessante referir ainda que a recolha de narrativas biográficas, no âmbito desta pesquisa, implica que a pessoa reflita e partilhe as suas experiências de vida, especificamente as suas experiências no movimento associativo popular. Nesse sentido “o trabalho de (re)elaboração da experiência implica um processo de mobilização (considerar a experiência como objeto de análise), de rememoração, de orientação (ajustamento às finalidades do processo), de seleção e organização da informação e de expressão” (Cavaco, 2008, p. 478), que nem sempre sendo um processo fácil ou rápido, pode ser também uma fonte de aprendizagem.

CAPÍTULO II – OPÇÕES METODOLÓGICAS

Comecei a minha formação de nível superior numa área mais relacionada com as ciências naturais (licenciatura em análises clínicas e de saúde pública) e, portanto, com uma racionalidade científica mais próxima da conceção positivista e de metodologias quantitativas. Ao cruzar-me com as ciências da educação deparei-me com uma racionalidade científica claramente diferente, mas que tinha (e tem) toda a pertinência, pelo que considero importante especificar, brevemente, a posição a partir da qual parto para esta investigação e quais os contributos epistemológicos que a influenciam, dado que “*a posição epistemológica de quem faz a investigação tem influência sobre todo o processo de pesquisa e influencia as opções de método e teóricas posteriores*” (Silva S. M., 2010, p. 52). Nesta investigação optarei pelo paradigma qualitativo dado que, como refere Silverman,

“... há áreas da realidade social que as estatísticas não podem medir. Assim, os métodos utilizados pelos investigadores qualitativos exemplificam uma crença comum de que eles podem fornecer uma compreensão “mais aprofundada” dos fenómenos sociais do que a obtida a partir de dados puramente quantitativos” (Silverman, 2001, p. 83) ⁷(tradução livre).

Para compreender o percurso da CRACS considero que os métodos qualitativos são os mais adequados pois são capazes de fornecer uma compreensão mais aprofundada e “*de afrontar a complexidade e as contradições características da contemporaneidade*” (Charlot, 2006, p. 9). Conhecer aprofundadamente a CRACS, a sua história e os sentidos que os dirigentes da CRACS e outras pessoas que desempenharam papéis relevantes nesta coletividade atribuem à sua participação só é possível partindo do pressuposto de que é um fenómeno complexo e, portanto, nesta investigação é fundamental ter um olhar que permita apreender a complexidade da CRACS, o que apenas pode ser conseguido desde uma perspectiva multidisciplinar e holística.

Para finalizar refiro que a “*investigação social, não é uma questão de procedimentos simples e claros, mas um processo social, onde por consequência a interação entre o investigador e o investigado influencia diretamente o curso que o programa de investigação toma*” (Burgess, 1997, p. 33). É necessário reconhecer esta influência e contemplá-la no processo da investigação.

⁷ “...it is to suggest that there are areas of social reality which such statistics cannot measure. So the methods used by qualitative researchers exemplify a common belief that they can provide a ‘deeper’ understanding of social phenomena than would be obtained from purely quantitative data” (Silverman, 2001, p. 83).

2.1 PERCURSO DA INVESTIGAÇÃO

A opção por fazer a dissertação de mestrado a partir do caso de estudo da CRACS surgiu, de algum modo, naturalmente. Durante o último ano da Licenciatura em Ciências da Educação tive a oportunidade de realizar um trabalho nesta coletividade para a Unidade Curricular de Associativismo e Animação Sociocultural. Foi um trabalho que despertou o meu interesse sobre esta associação e sobre o seu potencial no campo do educativo. Imediatamente após a Licenciatura decidi frequentar o mestrado e, de alguma forma, já sabia que este seria o meu objeto de estudo. Foi necessário um tempo de reflexão, no qual procurei conhecer melhor a coletividade e alguns dos seus intervenientes para perceber qual a temática que fazia mais sentido. Assim, a temática emergiu do terreno, a partir das diferentes conversas informais que fui tendo com várias pessoas que me falaram com frequência sobre a diminuição da participação, sobre o antigamente que foi tão bom, sobre as suas reticências para com os atuais dirigentes e a forma como estes procedem, etc.. Considerei que as pessoas abordaram as suas preocupações nestas conversas e, a partir daí, tentei construir uma problemática de interesse do ponto de vista da educação e do ponto de vista da coletividade, centrando-me no seu percurso histórico, na participação e nas aprendizagens, tendo sido traçados os seguintes objetivos:

- Contribuir para a construção de uma história da associação a partir da voz dos seus construtores e protagonistas – Dirigentes e outras pessoas com um envolvimento relevante na associação;
- Compreender as diferentes fases e modos de participação na associação;
- Compreender os impactos educativos/formativos da participação no movimento associativo;

Após a definição da temática da investigação e dos objetivos, foi necessário optar pela metodologia mais adequada, uma vez que: *“a abordagem que se realiza ao objeto não é independente dos modos de conhecer: um projeto de investigação nasce de uma ideia e a metodologia é o modo de trabalhar que permite ir à procura daquilo que se quer conhecer”* (Silva S. M., 2010, p. 49). É, portanto, imprescindível explicitar a opção pelos diferentes métodos e técnicas, assim como a forma como estes foram desenvolvidos na prática. É de salientar que o método de trabalho *“...nunca se apresentará como uma simples soma de técnicas que se trataria de aplicar tal e qual se apresentam, mas sim como um percurso global do espírito que exige ser reinventado para cada trabalho”* (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 15).

Dados os objetivos desta investigação, o método considerado mais adequado foi o estudo de caso, porque, como já referido, pretende-se estudar aprofundadamente a CRACS. O estudo de caso é um método que implica a utilização de várias técnicas de recolha de material empírico. Yin refere que *“o material pode vir de seis fontes: documentos, registos arquivados, entrevistas, observação direta, observação participante e artefactos físicos”* (Yin, 2009, p. 98)⁸ (tradução livre). Apesar de existirem estes seis tipos de fontes de informação, *“nem todas ... são relevantes em todos os estudos de caso”* (Yin, 2009, p. 114)⁹ (tradução livre), sendo que nesta pesquisa serão essencialmente mobilizados a identificação e análise documental e narrativas biográficas.

As narrativas biográficas são um tipo particular de entrevista que conferem maior importância aos sujeitos e às suas narrativas subjetivas, permitindo *“uma outra compreensão da história individual e coletiva, dos diferentes contextos em que as pessoas entrevistaram e participaram e das transformações sociais, políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida”* (Medina, 2008, p. 79). Esta característica das narrativas biográficas, de permitirem uma compreensão dos contextos em que as pessoas participaram, a par das transformações sociais políticas, económicas e culturais que influenciaram os seus percursos de vida, é extremamente importante no estudo de caso da CRACS, ao permitir conhecer mais aprofundadamente as condições da sua criação e a forma como foi sobrevivendo ao longo dos anos. Do mesmo modo, é também muito importante para estudar as dimensões da participação no movimento associativo, dado que estas abrangem a vida toda, antes, durante e, nalguns casos, após a participação na coletividade (dado que alguns elementos deixaram de participar ao longo do tempo).

A análise documental foi outra técnica muito relevante na medida em que permitiu o acesso a um conjunto de informações que possibilitaram localizar no tempo os diferentes acontecimentos da vida da CRACS, bem como corroborar diversas informações recolhidas.

O processo de recolha do material empírico foi um processo longo e moroso, após o que foi necessário realizar a análise de conteúdo para ser possível interpretar toda a informação. Nesta investigação, por limitações de tempo e espaço, não foi possível dar a mesma importância a todo o material empírico, pelo que optei por analisar mais aprofundadamente as narrativas biográficas, dado que nelas constava a informação mais pertinente tendo em consideração os objetivos da investigação.

⁸ *“...evidence may come from six sources: documents, archival records, interviews, direct observation participant-observation, and physical artifacts.”* (Yin, 2009, p. 98)

⁹ *“...not all sources will be relevant in all case studies.”* (Yin, 2009, p. 114)

2.1.1 Estudo de caso

A investigação que realizei enquadra-se na literatura referente ao estudo de caso dado que pretendo conhecer aprofundadamente a CRACS. Sarmiento refere que o estudo de caso é pertinente nas circunstâncias em que: *“a procura de uma compreensão holística do modo de funcionamento de uma ou de várias organizações concretas explica, em boa parte, a alargada adoção deste formato metodológico nos estudos organizacionais...”* (Sarmiento, 2000, p. 232). Como estou perante uma única associação, ou seja, um único caso ou contexto, e pretendo ter uma visão holística, o estudo de caso é o método preferencial, assumindo que o estudo desta associação permitirá, também, uma melhor compreensão de outras associações semelhantes, ou seja, que se tenham originado na sequência do 25 de Abril de 1974 e que tenham procurado, ao longo dos anos, manter a sua identidade. Apesar de profundas transformações sociais, com reflexos em muitas associações, o associativismo popular continua a existir e a ter influência na vida de muitos portugueses, admitindo-se que o estudo da história desta associação e das dimensões da participação na mesma, possa contribuir para a compreensão de diferentes processos vivenciados também noutras associações.

Este estudo de caso assemelha-se ao estudo de caso de comunidade, definido por Berg da seguinte forma:

"Os estudos de caso de comunidades podem ser definidos como a recolha sistemática de informações suficientes acerca de uma determinada comunidade para fornecer ao investigador: a compreensão e a consciência de como as coisas vão naquela comunidade, por quê e como as coisas acontecem, quem entre os membros da comunidade participa nessas atividades e comportamentos, e que forças sociais podem unir os membros desta comunidade" (Berg, 2001, p. 234)¹⁰ (tradução livre).

Estudar a história da coletividade e a participação implica estudar os “porquês” e os “comos” dos diferentes acontecimentos e das diferentes fases pelas quais a coletividade passou, bem como as motivações das pessoas e o que as levava a juntarem-se e a construir algo em comum.

Neste estudo, vou focar-me, essencialmente, em aspetos que dizem respeito ao percurso histórico da coletividade, à participação e às suas implicações, designadamente ao nível das aprendizagens realizadas, o que de acordo com Berg é uma característica que podem

¹⁰ “Case studies of communities can be defined as the systematic gathering of enough information about a particular community to provide the investigator with understanding an awareness of what things go on in that community, Why and how these things occur; who among the community members take part in these activities and behaviors, and what social forces may bind together members in this community” (Berg, 2001, p. 234).

assumir os estudos de caso, isto é: “*podem focar alguns aspetos específicos, ou então alguns fenómenos que acontecem dentro da comunidade*” (Berg, 2001, p. 234)¹¹ (tradução livre).

2.1.2 Narrativas biográficas

As narrativas biográficas, pelas suas características específicas (já enunciadas nesta dissertação), permitem obter uma compreensão aprofundada dos fenómenos sociais e das perceções das pessoas que neles intervêm, ou seja,

“... dar conta das representações coletivas, quotidianas da sociedade - as imagens e as noções construídas no decurso da vida de todos os dias e que configuram o património cognitivo partilhado pelos membros de um dado grupo, as maneiras de pensar e de sentir, em suma, aquilo a que chamamos senso comum...” (Silva & Pinto, 1986, p. 31).

Dada a profundidade e variedade de temas que os interlocutores desta pesquisa enunciaram, as suas narrativas “...*constituem um acervo documental de uma grande importância, constituindo um material de uma enorme riqueza histórica, social, cultural, política e humana...*” (Medina, 2008, p. 69). Muitos dos participantes partilharam sonhos, sentimentos, alegrias e desilusões, aprendizagens diversas, ao mesmo tempo que relataram as suas perceções sobre questões da história de Portugal e do impacto social das diferentes atividades em que estiveram envolvidos.

Um fator fundamental no desenvolvimento desta metodologia prendeu-se com a relação com as pessoas a envolver, pois “*não se conta a própria vida ... a um gravador, mas sim a outro indivíduo*” (Ferraroti, 1983, p. 52), o que coloca todos “*no interior de uma reciprocidade relacional*” (Ferraroti, 1983, p. 52). Esta questão constituiu-se num importante desafio para mim enquanto investigadora, até porque algumas pessoas com quem me encontrei conheciam-me e eu conhecia-as relativamente bem, dado serem da minha família, outras conhecia através da convivência social e outras não conhecia de todo¹². Nesta situação “*a distância certa a encontrar para que cada um se sinta à vontade, ao mesmo tempo próximo e com a certeza de preservar a sua intimidade, não é fácil*” (Dominicé, 1988, p. 147). Ao escutar, posteriormente, as gravações das entrevistas biográficas foi interessante perceber que, muitas vezes, eu própria estava em tensão (especialmente no início do encontro e nas primeiras entrevistas) e que não sabia como relacionar-me com os entrevistados, quer pela proximidade relacional que tinha com eles, quer pela ausência de relação prévia à entrevista. Assim, foi necessária da minha parte uma atenção especial a estes factos para

¹¹ “...community case studies may specifically focus on some particular aspect of the community, or even some phenomenon that occurs within that community” (Berg, 2001, p. 234).

¹² Abordarei a questão da relação com o contexto de forma mais consistente no ponto 3.2

permitir o bom desenvolvimento de cada encontro, tendo havido alguns em que participei mais na conversa e outros nos quais foi o interlocutor que tomou a dianteira e eu permaneci mais numa postura de escuta atenta.

Para a maioria dos participantes, falar da CRACS é falar da própria vida, portanto *“pode-se sem dúvida falar de auto-análise provocada e acompanhada (...) para realizar um trabalho de explicitação, gratificante e doloroso ao mesmo tempo, e para enunciar, às vezes com uma extraordinária intensidade expressiva, experiências e reflexões há muito reservadas ou reprimidas”* (Bourdieu, 2007, pp. 704,705). Bourdieu refere estes factos a partir de experiências suas de entrevistas e parece-me extremamente pertinente nestas circunstâncias dado que, também ao longo da história da CRACS, não existem apenas vencedores e para algumas pessoas ocorreram momentos dolorosos, como poderemos ver adiante - para muitos a sua história na CRACS teve, e continua a ter hoje, momentos de desilusão e dificuldades difíceis de gerir. Há, no entanto, uma mistura de sentimentos, pois ao mesmo tempo que se expressam as dificuldades também se expressam as alegrias e os momentos positivos mais significativos, tendo-se vivenciado durante o processo de recolha de narrativas uma abertura muito grande por parte das pessoas que partilharam histórias e os seus sentimentos, muitas vezes muito profundos.

A partilha que se proporcionou nos encontros biográficos constituiu-se num testemunho que não é apenas pessoal, mas encerra dimensões coletivas. Os interlocutores falaram muitas vezes no plural, “nós”, sendo portanto: *“Testemunhos que traduzem uma perspetiva dos acontecimentos refletida e assumida coletivamente por muitos outros, que neles participaram, movidos por projetos e objetivos comuns”* (Medina, 2008, p. 93). Perspetivar as entrevistas biográficas desta forma implicou também o “reverso da medalha”, isto é, compreender as entrevistas e as relações interpessoais que os diferentes interlocutores partilharam como fonte de tensões, pois *“cada entrevista biográfica é sempre uma relação social complexa, um sistema de papéis, de expectativas, de injunções, de normas e de valores implícitos, por vezes até de sanções. Cada entrevista biográfica esconde tensões, conflitos, e hierarquias de poder...”* (Ferraroti, 1983, p. 52). Assim, as entrevistas esconderam e também revelaram diversas tensões, especialmente ao nível relacional, *“cada uma penetrando com mais ou menos profundidade na vida dos outros, pela inserção de cada individuo num ambiente social”* (Godinho, 2001, p. 23), ao mesmo tempo que revelavam, também, a singularidade de cada história de vida. Domincé refere que *“as narrativas de vida acentuam as diferenças entre histórias de vida de pessoas com a mesma idade, da mesma origem social ou da mesma profissão”* (Dominicé, 1988, p. 138), pelo que a singularidade de cada história

de vida não permite generalizações e reflete-se também na singularidade de cada narrativa, pois

“a narração da história de vida não é, com efeito, uma mera narração histórica da vida mais ou menos objetiva. Da mesma forma que a seleção que no quarto de arrumos fazemos das nossas recordações e das nossas marcas do passado não é feita em função do passado para melhor o compreendermos, mas em função do presente para melhor o transformarmos, também aquele que narra a sua história de vida seleciona e articula as suas experiências em função de um presente ou em função dos traços ainda difusos de um projeto” (Correia, 1998, p. 150).

Ao contar a história de vida, conta-se tendo como fundo uma realidade atual, que interfere e interpreta o passado vivido, o que foi bem patente em diversos testemunhos, quando as pessoas afirmavam - “se fosse hoje não seria assim”. No hoje temos uma diferente perspectiva do passado e resgatamos diferentes acontecimentos que, por alguma razão, se interlaçam com este presente.

Em resumo, o encontro biográfico é um processo complexo que envolve o interlocutor e o investigador, mas também uma rede alargada de relações sociais, históricas e culturais que nele interferem e lhe dão forma. Neste processo é fundamental o respeito pelas pessoas e pelos seus percursos. Assim, para que os sujeitos pudessem ocupar o lugar central durante o encontro biográfico, optei por o gravar em áudio, de forma a poder dedicar total atenção às pessoas. Inicialmente tinha pensado na gravação em vídeo, mas percebi que esse seria um constrangimento muito grande e coloquei de lado essa opção.

Sendo a CRACS uma coletividade que não é muito grande e onde praticamente toda a gente se conhece, não fazia sentido que as identidades não fossem reveladas. Assim, todas as identificações são as reais, no entanto, para resguardar de alguma forma os interlocutores, devolvi a cada um duas cópias da transcrição do encontro biográfico. Estes tiveram a oportunidade de ler e alterar ou corrigir qualquer parte do mesmo e, de seguida, restituírem-me uma cópia da transcrição, ficando com a outra.

Relativamente à transcrição do encontro biográfico este constitui-se como um processo importante, dado que encerra em si alguma análise da narrativa. Elliot refere:

“é importante reconhecer que o processo de transcrição é mais do que uma tarefa mecânica e trivial e as decisões sobre como as transcrições devem ser feitas estão intimamente ligadas ao tipo de análise que se pretende fazer. Assim, em vez de compreender o processo de transcrição como sendo anterior à análise é mais apropriado compreendê-lo como parte do processo de análise” (Elliott, 2005, p. 51)¹³ (tradução livre).

¹³“it is important to recognize that the transcription process is more than a trivial, mechanical task and that decisions about how transcriptions should be carried out are intimately connected with the type of analysis that

O processo de transcrição das narrativas foi um processo longo e trabalhoso, dada a quantidade de horas que foi necessário despendido. Ao mesmo tempo, transcrever os encontros biográficos constituiu-se como um momento indispensável para a análise que desenvolvi em seguida, permitindo perceber *à priori* alguns aspetos mais relevantes que integrariam a análise.

Dado que esta investigação tem vindo a ser pensada desde o tempo em que eu frequentava o 3º ano da Licenciatura em Ciências da Educação (LCED), existiam já duas narrativas exploratórias, uma realizada enquanto estudante da licenciatura (no âmbito de um trabalho para a unidade curricular de Associativismo e Animação Sociocultural), a narrativa realizada com Alfredo Gonçalves, e outra no primeiro ano do Mestrado em Ciências da Educação (MCED), a narrativa realizada com Luís Leal, que integram a presente investigação. Estas narrativas foram pertinentes pelas informações que trouxeram, mas também porque me permitiram “aprender” a utilizar a abordagem biográfica.

De seguida, apresento alguns dados sobre os encontros biográficos – tabela 1.

Nome	Data do Encontro Biográfico – Duração	Local do Encontro Biográfico
Luís Leal	Junho 2011 45:00	Sala da direção – Coletividade;
Alfredo Gonçalves	Junho 2012 49:00	Casa do entrevistado
Belém Neto	25/02/2013 31:31	Loja da entrevistada
Paulo Mendes	16/02/2013 38:25	Sala da direção – Coletividade;
Fernando Gonçalves	04/04/2013 58:44	Casa do entrevistado
Lázaro Costa	06/03/2013 2:09:20	Sala da direção – Coletividade;
José Neto	25/02/2013 1:31:08.	Café “O Cantinho” em Penafiel
Ernesto Gonçalves	04/04/2013	Café do Ernesto – Cozinha;
Fátima Santos	1:07:59	
Paulo Castro	05/04/2013 1:31:31	Loja do entrevistado
José Carlos Meireles	21/03/2013 1:53:57.	Casa do entrevistado
José Pacheco	05/04/2013 1:04:52.	Sala da direção – Coletividade;
José Ribeiro	25/02/2013 1:54:52.	Sala da direção – Coletividade
Ernesto dos Santos Gonçalves	07/03/2013 1:18:56.	Sala da Música – Coletividade
António Gonçalves	23/04/2013 55:31.	Casa do entrevistado

Tabela 1 – Dados sobre os Encontros Biográficos

is intended. Indeed rather than understanding the transcription process as occurring prior to analysis it is more appropriate to understand it as part of the analytic process” (Elliott, 2005, p. 51).

Depois da transcrição, foi necessário fazer uma revisão das narrativas, retirar as bengalas de comunicação e adaptar o discurso oral ao discurso escrito. Tentou-se manter o máximo possível o discurso original dos entrevistados, mantendo também as intervenções da investigadora, dado que estas têm influência na forma como decorre o encontro e nos assuntos abordados.

“Já nem me lembro bem” – Questões sobre a memória

Traçar a história da CRACS a partir dos seus intervenientes é entrar no campo subjetivo da memória. De acordo com Catroga, a memória individual *“é formada pela coexistência, tensional e nem sempre pacífica, de várias memórias (pessoais, familiares, grupais, regionais, nacionais, etc.) em permanente construção devido à incessante mudança do presente em passado e às consequentes alterações ocorridas no campo das representações do pretérito”* (Catroga, 2001, p. 16). As memórias que queria que os participantes desta investigação me contassem eram/são memórias da participação na CRACS - para uns de um passado longínquo (com mais de 30 anos) e para outros de um passado mais recente (começaram a sua participação há pouco tempo). Sendo acontecimentos que decorreram na coletividade ou associados a ela são, ao mesmo tempo, acontecimentos relacionados com a vida na sua totalidade, pois foi pedido aos interlocutores da pesquisa que explicitassem dimensões pessoais, sociais e históricas da sua participação na coletividade. No fundo, cada narrativa biográfica expressa muito daquilo que é a formação do eu de cada um dos entrevistados que, de acordo com Catroga, é *“inseparável da maneira como ele se relaciona com os valores da(s) sociedade(s) e grupo(s) em que se situa e do modo como, à luz do seu passado, organiza o seu percurso como projeto”* (Catroga, 2001, p. 20). Sendo o eu de cada pessoa formado em contexto, organizado e reorganizado à medida que continua a sua formação,

“Todos estes condicionamentos impõem que a memória seja sempre seletiva. Por conseguinte, ela não é um armazém que, por acumulação, recolha todos os acontecimentos vividos por cada indivíduo, um mero registo; mas é a retenção afetiva e “quente” do passado feita dentro da tensão tridimensional do tempo. E os seus elos com o esquecimento obriga a que somente se possa contar partes do que já passou” (Catroga, 2001, p. 20).

A memória é portanto afetiva e subjetiva, pois os indivíduos contam apenas partes do que passaram e viveram, provavelmente as que foram para eles mais significativas.

Assim, ao procurar contribuir para a construção de uma história da CRACS a partir dos discursos de alguns dos seus protagonistas, não pretendi traçar uma história que englobasse todos os acontecimentos da “vida” desta coletividade, até porque, pelas mais

variadas razões, não era possível. Procurei traçar uma história possível, dado o tempo e espaço disponíveis e as “memórias” que me foram transmitidas, sabendo de antemão que muitas coisas seriam esquecidas e que a CRACS é produto de grupos de pessoas que, em momentos diferentes, trabalharam em conjunto por objetivos comuns: primeiro a formação da coletividade e, depois, a sua sobrevivência ao longo dos anos. Nesta história está subjacente uma memória coletiva, definida por Paula Godinho

“Produto de um grupo, a memória coletiva detém um carácter estruturante, permitindo codificar e descodificar o passado e o presente, através da luta pela apropriação de um conjunto de símbolos. Recordar os momentos altos, épicos, de luta, não é reproduzir o conhecimento desses momentos mas antes, construir um esquema que permita discernir e lembrar, descodificando um passado que fornece linhas de continuidade para o sentido da vida de um grupo local. Rememora-se como elemento de um coletivo, e o que dá sentido ao que se lembra, ao que se edifica quando se recorda, à compreensão do que se foi, é a experiência comum” (Godinho, 2001, p. 8).

Portanto, este grupo de pessoas, tendo uma experiência comum, vai relatando, no “plural” “nós”, os acontecimentos significativos das suas vidas e daqueles com quem os viveram, tornando claro ao longo das suas narrativas que os acontecimentos que viveram em comum deram sentido às suas vidas e à vida da coletividade e da comunidade local. Entre outros aspetos, é de salientar a linguagem comum - palavras como o “barracão” ou a “coordenadora”, assim como os “nomes” que situavam as pessoas face a uma família “Netos”, “Duartes” e “Gonçalves”, que ajudam a re-situar as pessoas numa época e numas vivências.

Um último aspeto que importa salientar é que os relatos não são de tipo cronológico, mas entrelaçam-se com experiências similares, com pessoas de quem se deseja falar, com sentimentos que se misturam. São relatos de experiências vividas que se vão seguindo uns aos outros, sem uma coerência predefinida, sendo difíceis de situar no tempo, mas com uma eloquência e sentimento profundo, que com certeza marcaram tanto a investigadora como os entrevistados.

2.1.3 Análise Documental

Para a realização desta investigação foi-me dado acesso a todo o acervo documental da associação, nomeadamente estatutos originais e versões reformuladas, atas, fotografias, etc. No entanto, devido a questões que desconheço, nem todos os documentos pertinentes se encontravam na coletividade: alguns desapareceram e outros terão mesmo sido eliminados, o que permite chamar a atenção para a volatilidade dos arquivos de muitas associações e para a perda irreparável que isso significa do ponto de vista da história das associações e do associativismo em Portugal.

De acordo com Yin a recolha de documentos constitui “*um tipo de informação que pode ter diferentes formatos e deve ser objeto de planos de recolha explícitos*” (Yin, 2009, p. 101)¹⁴ (tradução livre). Nas instalações da CRACS existem bastantes documentos que foram utilizados, essencialmente, para corroborar informações recolhidas através das narrativas biográficas, confirmando o pensamento de Yin que refere que “*o uso mais importante da documentação é para corroborar e argumentar com as evidências recolhidas através de outras fontes*” (Yin, 2009, p. 103).

Relativamente aos documentos é importante ter em consideração a escolha dos mesmos, pois estes devem ser escolhidos de acordo com o contributo que podem dar para o tema da investigação, pois: “*...incluir demasiadas fontes deliberadas, não selecionar documentos com base na forma como estes apoiam os seus pontos de vista*” (Bell, 1993, p. 107) pode provocar dificuldades acrescidas em vez de facilitar o processo, até porque o tempo da investigação é limitado.

Apesar de não existirem agora na coletividade muitos documentos, que se sabe terem existido, a quantidade de documentos encontrada foi importante para compreender melhor a vida da associação e dos associados, fornecendo elementos que, como já foi referido, corroboraram informações obtidas nas narrativas biográficas e permitiram uma melhor compreensão das mesmas. Nesta pesquisa não foi dada uma relevância muito grande aos mesmos devido à falta de tempo (grande parte foi-me entregue em Abril de 2013) e de espaço nesta dissertação para os contemplar, mas importa salientar que constituem material de extrema importância histórica, social e cultural que poderá ser alvo de futuras investigações. Todos os documentos foram digitalizados no âmbito desta pesquisa, passando a constituir um acervo digital da coletividade e encontram-se organizados da seguinte forma:

- Pasta arquivadora transparente com legislação com pertinência para a coletividade;
- Capa de Documentos oficiais:
 - Constituição da Coletividade CRACS;
- Capa de atas de 1979 – Inclui atas, convocatórias, decisões, e até partes de decretos de lei com interesse para a vida da coletividade;
- Caderno de requisições de livros da biblioteca da coletividade, com notas de requisições de Dezembro de 1975 a Janeiro de 1977;
- Livro de atas da coletividade com o título de: “livro de atas de 1982”;
- Caixa de capas com documentos soltos:
 - Documentos variados
 - Torneio de sueca;
 - Declaração dos direitos da Criança – Várias cópias;
 - 10 anos CRACS – Magusto;

¹⁴ “*This type of information can take many forms and should be the object of explicit data collection plans*” (Yin, 2009, p. 101).

- Festa de Natal – varias cópias de convite;
- 2 Capas com desenhos produzidos nas escolas de Sousela (nas duas partes da freguesia) do ano de 1986;
- Capa com fotografias da obra da sede nova da CRACS e da inauguração da coletividade;
 - Foto Lázaro e Pacheco 20/09/85;
 - Dia Mundial da Criança 1987;
 - Obra da nova sede – 27/05/1988;
 - Inauguração da nova sede – 14/06/1989;
 - Torneio de Futebol – sem data;
- Capa de controlo da divida:
 - Folha de controlo da divida;
 - Folhas de entrada de dinheiro de 1988-1995;
 - Folhas por preencher da entrada de dinheiro;
- Capa de gestão corrente de 1995;
 - Fichas com nome de sócios e espaço para especificação que não consegui identificar;
 - Recibos 1989;
 - Recibos 1990;
 - Recibos 1991;
 - Recibos 1992 c/ Propostas de aluguer do bar da coletividade;
 - Recibos 1993;
 - Recibos 1994;
 - Recibos 1995 c/ referência a Obras realizadas;
- Caixa de capas:
 - Envelopes com faturas e correspondência de 1997;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 1998;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2000;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2001;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2002;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2003;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2004
 - Foram feitas obras e existe um orçamento;
 - Envelopes com faturas e correspondência de 2005
 - Envelopes de passeios da CRACS com a empresa Pacense:
 - 21 de Junho de 2003 – Passeio a Santiago de Compostela e Viana do Castelo;
 - 23 de Agosto de 2003 – Passeio a Fátima, Figueira da Foz, Santa Maria da Feira e Santa Maria Adelaide;
 - 29 de Maio de 2004 – Passeio a Fátima, Aveiro, Costa Nova e Santa Maria Adelaide;
 - 26 de Junho de 2004 – Parque da Cidade do Porto;
 - 23 de Abril de 2005 – Passeio a Lisboa
 - 11 de Junho de 2005 – Passeio a Fátima, Valinhos, Costa Nova e Santa Maria Adelaide;
 - 27 de Julho de 2005 – Passeio do Parque da cidade do Porto e Estádio do Dragão;
- Capa de faturas e recibos de 2007;
 - Folhas de gestão do caixa de Abril 1989 a Dezembro 2006;
 - Recibos 2007;
- Capa de atas, reuniões e assembleias de 2007;
- Capa de faturas e recibos de 2008;
 - Inclui recibos de: Luz, TVS, resíduos, pacense, junta freguesia, cortinas, aluguer do complexo desportivo, entradas e saídas de caixa, sociedade portuguesa de autores;
- Arquivo com fotos mais recentes – cherina;

2.1.4 Elaboração de um Modelo de Análise

A análise de conteúdo é uma técnica que “...oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informação e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 227), ao mesmo tempo que permite

“dar conta da multidimensionalidade dos fenômenos, através dos discursos produzidos pelos atores intervenientes na produção desses eventos, [o que a] tornou num dispositivo apto para o tratamento da informação recolhida, permitindo um desvendar crítico, e (...) de rutura com a intuição” (Terrasêca, 1996, p. 116).

Dadas estas características da análise de conteúdo, considerei esta a melhor técnica de análise de toda a informação recolhida, dado que os testemunhos tinham um elevado grau de complexidade e profundidade e era necessária uma análise metódica de toda a informação neles contida. Também a multidimensionalidade foi um fator importante a considerar, dado que a coletividade é uma comunidade constituída por indivíduos, sendo necessário ter em consideração esta dupla entrada - do comunitário e do individual. Para traçar a história da coletividade é necessário cruzar as referências do local com as referências do nacional e até do espaço europeu e dentro da coletividade, e no âmbito das ciências da educação, são várias as dimensões que se podem aprofundar, muitas delas interrelacionadas e com impacto umas sobre as outras. Ao mesmo tempo, a análise de conteúdo permitiu-me, a mim como investigadora, criar uma rutura com representações e inferências prévias sobre a coletividade, resultantes de uma relação com a CRACS e com vários dos seus elementos relativamente próxima, o que me obrigou a um maior esforço de desenvolvimento de um olhar crítico sobre a realidade. A análise de conteúdo permitiu fazer a ponte entre um discurso de senso comum e um discurso científica, que é objetivo de qualquer investigação. Para Vala, “a finalidade da análise de conteúdo será pois efetuar inferências, com base numa lógica explicitada sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (Vala, 2001, p. 104).

O material empírico recolhido incluía as narrativas biográficas e documentos diversos. Dada a elevada quantidade de informação não foi possível tratar todos os dados com a mesma profundidade, tendo optado por dar mais relevância às narrativas biográficas.

Foi necessário ler e reler as narrativas e propor diversas formas de fazer a categorização necessária, procurando sistematizar o grande volume de informação e as diferentes perspetivas que não poderiam deixar de ser tidas em conta. Por fim (e para facilitar a compreensão e a discussão, mantendo os objetivos a que me tinha proposto) optei por uma dupla categorização e conseqüente dupla análise, dando origem a dois capítulos de discussão de dados. A primeira categorização tinha como objetivo identificar e caracterizar as diferentes

fases do percurso histórico da CRACS, tendo sido identificadas três grandes fases, subdivididas em diferentes aspetos/momentos:

- Fundação e primeiros anos:
 - Tentativas de criação da associação antes da fundação da CRACS;
 - O concerto no Bairral/Onde e como tudo começou;
 - As motivações;
 - Dar início à coletividade;
 - A fundação e as primeiras “guerras”: entre Netos e Duartes, com a população local e contra o fascismo. Quem eram os Netos, e quem eram os Duartes e a “guerra” política que se estabeleceu neste primeiro momento; A saída dos Duartes
 - As raparigas;
 - As primeiras atividades: O teatro;
 - “Guerra” entre Duartes e Gonçalves e estabilização;
- Novas instalações:
 - Afastamento do José Neto e o projeto da nova sede;
 - A vida na nova sede;
 - A dívida ao Gomes;
 - O Ernesto na CRACS – Festivais de Ranchos;
 - A saída do Ernesto;
 - A saída do Gomes;
- Atualidade:
 - Caminho descendente – A crise do bar e da direção;
 - Atualidade – Contemporaneidade;
 - Perspetivas de futuro.

Esta organização dos dados em blocos não foi fácil, dado que os acontecimentos se vão entrelaçando uns com os outros, numa lógica que não é cronológica. Existem subcategorias que são muito extensas (deram origem a vários pontos na discussão), dada a impossibilidade de separar de forma coerente e organizada a informação. Pela mesma razão, os blocos da informação não são estanques e foi necessário, algumas vezes, incluir na discussão alguma informação pertencente a diferentes blocos. Nem toda a informação foi categorizada, uma vez que nem toda era pertinente para a investigação. Tentei, sempre que possível, que cada fragmento de informação constasse apenas em uma categoria, no entanto, houve várias exceções devido à pertinência de alguns fragmentos para mais do que um momento/aspeto.

A mesma racionalidade de categorização foi aplicada na segunda grelha de análise construída. Se a primeira tinha como principal enfoque a ordenação do percurso histórico da CRACS, a segunda tinha como enfoque questões relativas á participação na associação e às

aprendizagens realizadas. Foi efetuado um quadro, no qual se identificaram os seguintes aspetos relativos a cada um dos participantes:

- Período de participação;
- Motivações para participar;
- Motivações para abandonar;
- Momentos relevantes;
- Singularidades;
- Papéis desempenhados;
- Aprendizagens ressaltadas na entrevista biográfica;
- Considerações gerais sobre a participação.

2.2 OS PARTICIPANTES DA INVESTIGAÇÃO

No passado falou-se de entrevistados como objetos da investigação. Estes eram assumidos como meras fontes de dados empíricos com os quais o investigador devia evitar qualquer interação com o propósito de manter a objetividade na investigação. As tendências mais atuais nas Ciências Sociais utilizam termos como sujeito ou participante. Estes termos têm diferentes significados atribuídos: “Assim, o termo «sujeito» - o mais tradicional - sugere alguém a quem fazemos algo, enquanto que «participante» transmite mais a ideia de alguém com quem fazemos isso” (Lima J. Á., 2006, p. 134). Nesta investigação mais do que investigar sobre as pessoas ou trabalhar com os sujeitos, eu pretendi desenvolver a investigação com os participantes, procurando envolver as pessoas no processo de pesquisa, inspirando-me em Medina (2008) para a realização deste processo. Este objetivo foi atingido pela metodologia utilizada que envolvia a realização de narrativas biográficas que conferem aos participantes um papel mais ativo, conferindo importância aos seus percursos de vida e às interpretações que fazem deles. Ao mesmo tempo, a relação estabelecida com os participantes e com o contexto foi uma relação de reciprocidade na qual as escolhas e opções da investigação foram dialogadas, por exemplo, a escolha da temática da investigação foi feita a partir das preocupações dos elementos da direção da CRACS e de outras pessoas com quem mantive conversas informais. Por fim, os entrevistados tiveram a oportunidade de reler a transcrição das respetivas narrativas e fazer as alterações que consideraram convenientes.

É importante salientar ainda que, a perspetiva de considerar os sujeitos como participantes é tida em consideração também no momento da escrita da dissertação. No capítulo III e IV da mesma, as citações retiradas das narrativas biográficas são muitas e muito extensas, o que reflete a importância e o lugar conferido aos sujeitos. Eles são detentores de

um conhecimento sobre a coletividade que me transmitiram a mim, no papel de investigadora, e que mobilizo nesta dissertação. De forma especial, no capítulo III são os interlocutores da pesquisa quem “conta” a história da coletividade, sendo que a minha autoria diz respeito à forma como construí o enredo a partir dos diferentes relatos.

Relativamente aos participantes da investigação, constatei que o número de pessoas que poderiam ser biografadas era, à partida, muito grande, dado que se trata de uma coletividade com mais de 36 anos e pela qual passaram um elevado número de pessoas. Nesta situação optei por expor numa reunião com a direção, os objetivos da pesquisa e pedir sugestões de nomes de pessoas que pudessem colaborar, que tivessem tido uma participação ativa e pudessem “contar” a história da coletividade nas suas diferentes fases de existência. Os presentes referiram os nomes de Lázaro, José Pacheco, Gomes (que não foi possível entrevistar), José Neto, Ernesto, Fernando Gonçalves, António Gonçalves. As restantes pessoas foram indicados pelos participantes da investigação à medida que a investigação se foi desenvolvendo.

Na tabela 2 apresento uma breve caracterização dos participantes da investigação, identificados pelos nomes próprios, com autorização dos mesmos.

Nome	Data de Nascimento	Naturalidade	Escolaridade	A Profissão	Participação na CRACS
Alfredo Gonçalves	08/07/1954	Sousela	4ª Classe	Desempregado – Sapateiro	Fundação até início anos 1990
Luís Leal	30/03/1985	Sousela	Licenciatura	Dirigente Associativo	Desde 2011 até atualidade
Belém Neto	10/08/1958	Sousela	5º Ano Antigo (9º ano)	Comerciante	Fundação até 1982/83
Paulo Mendes	23/08/1970	Sousela	Licenciatura em Gestão de Empresas	Técnico Oficial de Contas	Anos 90
Fernando Gonçalves	19/12/1969	Sousela	7º Ano	Estofador	Desde início anos 90 à atualidade
Lázaro Costa	19/10/1942	Sousela	5º Ano Antigo (9º ano)	Compra e venda de sucata	Fundação até anos 90
José Neto	16/08/1948	Sousela	2º Ano da Licenciatura em Teologia	Desenhador - Comerciante	Fundação até 1990
Ernesto Gonçalves	20/02/1959	Sousela	4ª Classe	Comerciante	Fundação até final dos anos 90
Fátima Santos	28/06/1962	Sousela	4ª Classe 9º Ano (NO)	Cozinheira	Fundação até final dos anos 90
Paulo Castro	09/08/1968	Sousela	8º Ano	Comerciante	Fundação Anos 90
José Carlos Meireles		Angola	Licenciatura	Engenheiro Civil	Fundação, primeiros anos
José Pacheco	24/12/1952	Sousela	Curso Geral de Comercio (5º ano Antigo)	Desempregado	Fundação até anos 90

José Ribeiro	09/12/1971	Sousela	6º Ano	Técnico de máquinas de costura.	Anos 90 à atualidade
Ernesto dos Santos Gonçalves	07/12/1984	Sousela	Licenciatura	Professor de Música	Anos 90 e atualidade
António Gonçalves	06/12/1950	Raimonda	4ª Classe	Desempregado – Eletricista	Fundação até à 3 anos atrás

Tabela 2 – Caracterização dos Participantes da Investigação

2.3 QUESTÕES ÉTICAS – A RELAÇÃO COM O CONTEXTO

A CRACS é um local que conheço desde criança e onde considero que vivi momentos significativos que permanecem até aos dias de hoje na minha memória. É um contexto no qual os meus tios e tias, primos e primas e até os meus avós participaram mais ou menos ativamente. Era normal ouvir falar da CRACS em minha casa, durante toda a minha infância e juventude, pelo impacto positivo que teve durante muitos anos nas vidas das pessoas à minha volta e, mais recentemente, pela diminuição das atividades e da participação. Estes terão sido fatores preponderantes na minha opção por esta pesquisa. A minha relação com o terreno e o “gosto” pela CRACS, levou-me a desejar fazer esta investigação, com consciência de que a minha implicação poderia ser um entrave, mas com o desejo de a converter num ponto a meu favor, tentando desenvolvê-la da melhor forma possível e, portanto, de forma reflexiva, o que incluiu discutir questões de ética e de implicação com o terreno com professores e colegas, de forma a manter alguma vigilância sobre mim mesma.

Esta relação de proximidade com o contexto poderia (e pode) levar-me a fazer inferências de senso-comum, que tentei contrariar com a análise de conteúdo e com a vigilância sobre mim mesma, consciente de que na investigação do social a neutralidade não existe:

“A abordagem «contemporânea», (...), assenta na ideia de que não existe qualquer linguagem neutra que permita descrever a vida social a partir do seu exterior, pois tudo o que as pessoas fazem é criado através das suas relações sociais. De acordo com este ponto de vista, os fenómenos sociais, por exemplo, não estão algures à espera que o investigador os descubra e os estude a partir de uma posição externa: eles são construídos e negociados através das próprias interações que se estabelecem entre investigadores e investigados” (Lima J. Á., 2006, p. 130).

A ideia de estudar esta coletividade resulta, precisamente, da proximidade com o contexto e de o percecionar como potenciador de desenvolvimento pessoal e social. Trata-se, portanto, de uma pesquisa implicada, tanto com o contexto como com as pessoas que dele

fazem e fizeram parte, constituindo a minha relação com estas uma porta de entrada e de acesso a um conjunto de informações que um investigador externo muito dificilmente teria.

Algumas das pessoas entrevistadas são meus tios ou primos, outros são conhecidos por vivermos na mesma freguesia (conhecendo-me eles melhor a mim do que eu a eles, através da minha família) e outros completos desconhecidos com quem nunca me cruzei, mas que, no entanto, conhecendo a minha família (normalmente o meu avô, mãe ou tios) têm uma referência sobre quem eu sou. Esta relação de maior ou menor proximidade tem consequências; por um lado, facilita a partilha, a abertura e confiança durante as narrativas, por outro lado, leva a que algumas pessoas se retraiam a dar algumas informações ou omitam alguns detalhes por admitirem que eu já os conheço (Bourdieu, 2007).

A confidencialidade, anonimato e privacidade são aspetos sobre os quais foi necessário refletir e fazer opções. Sendo a CRACS uma pequena associação de uma pequena aldeia, onde praticamente todos se conhecem, escrever sobre uma personagem que teve impacto na associação tentando ocultar a sua identidade seria impossível, para além de os omitir enquanto protagonistas da história da associação que, efetivamente, foram. Assim, optei, de acordo com os participantes, por utilizar sempre a sua verdadeira identificação. Dada a proximidade que a investigadora tem com os participantes da investigação, o seu consentimento foi obtido de forma informal, isto é, foram explicitadas verbalmente todas as questões relativas a esse consentimento sem necessidade de elaborar um documento por escrito e assinado.

Relativamente à redação do texto final, ou seja, da dissertação de mestrado foi essencial manter o respeito pelos participantes, situando-me portanto na linha de pensamento de Lima quando refere que “..., o autor deve mostrar neste texto o mesmo respeito para com os participantes que demonstrou quando estava em presença deles e não deve escrever nada que não fosse capaz de lhes dizer face a face” (Lima J. Á., 2006, p. 148). Foi muito importante que os participantes não sentissem nunca que estavam a ser usados, ou que os seus contributos foram manipulados pelos meus interesses de investigação. Assim, o texto final integra bastantes citações das narrativas biográficas, procurando-se que estas não sejam descontextualizadas do discurso dos participantes, razão pela qual são, geralmente, grandes, atribuindo aos interlocutores o estatuto de participantes da pesquisa.

CAPÍTULO III – CRACS: PERCURSO HISTÓRICO

Neste capítulo pretendo dar um contributo para compreender o percurso histórico da CRACS, com a consciência de que o percurso que vai ser apresentado é um entre outros que poderiam ser traçados. Os factos e acontecimentos apresentados são os que os participantes relataram nas narrativas biográficas, nesta fase da sua vida e à luz dos seus projetos atuais, da situação da coletividade e da realidade social que se vive em Portugal. A sucessão de acontecimentos é a que foi possível recolher, tendo em conta que, à distância de tantos anos, nem sempre os participantes desta investigação conseguiram precisar, no tempo, os momentos em que ocorreram as diferentes atividades ou acontecimentos, tendo sido frequentes as expressões: “*Eu datas não sei.*” (Fernando Gonçalves) ou “*precisar [datas] não consigo neste momento*” (Paulo Mendes). Admito que possa até haver algum lapso neste percurso e algumas informações que não estão muito precisas, devido a divergências entre os diferentes interlocutores e falta de outras fontes. Esta é portanto uma história, entre outras histórias que poderiam ser contadas.

Para facilitar a organização da informação, o percurso histórico foi dividido em três grandes fases, ainda que na prática não se verifiquem três momentos separados. Dado que a história é um *continuum*, a divisão em três momentos foi baseada em acontecimentos que marcam picos de participação ou de falta dela. O primeiro momento, intitulado no tempo do “barracão”, refere-se ao tempo decorrente entre a fundação e a mudança para a nova sede da coletividade, tendo sido um tempo de grande participação na associação. O segundo momento refere-se ao tempo decorrente desde que a coletividade construiu a sede nova (e passou a funcionar na mesma) até à saída do Ernesto do bar e do senhor Gomes da direção da coletividade. O terceiro e último momento corresponde ao tempo decorrido desde que o senhor Gomes saiu da coletividade até ao momento atual. A divisão realizada foi a que, a meu ver, permite uma melhor leitura da história e acabou por ser concretizada de forma “natural” pois, quando os interlocutores desta pesquisa falam da CRACS, identificam precisamente estes três momentos ou partes da história. Ao mesmo tempo que descrevo o percurso histórico da CRACS remeterei para dimensões da história contemporânea de Portugal e da história do associativismo popular.

Convém referir ainda que nas três fases serão apresentados os aspetos/acontecimentos que se considera melhor contribuírem para a compreensão da história da coletividade, tendo em conta as questões que foram mais focadas pelos interlocutores da pesquisa, dado não ser possível, nem exequível (numa dissertação de mestrado) apresentar uma visão aprofundada de toda a história que discuta, com detalhe, todos os acontecimentos.

Antes de começar a apresentar este percurso histórico, e para que o mesmo possa ser melhor compreendido, considero pertinente dar conta de algumas características da freguesia e do tipo de relacionamento que existia e existe entre os elementos mais ativos da coletividade. Sousela era (e continua a ser) um meio pequeno, no qual todos se conhecem e onde os núcleos familiares (conhecidos pelos apelidos) são uma referência nos relacionamentos interpessoais. Assim, a vida da coletividade confunde-se com a vida de uma série de pessoas que têm laços entre si e a vida das pessoas confunde-se com a vida da coletividade e da freguesia. Nos primeiros anos, verificaremos que os apelidos dos participantes são comuns: a família Gonçalves, a família Neto e a família Duarte/Meireles. A família Gonçalves incluía irmãos e primos (duas famílias, nas quais as mães eram irmãs e os pais irmãos), cuja relação era bastante próxima; as outras duas famílias incluíam apenas irmãos, mas entre eles havia também uma relação muito próxima. Como veremos mais adiante, detalhadamente, as famílias Neto e Duarte/Meireles eram mais abastadas e mais escolarizadas, enquanto a família Gonçalves tinha menos estudos e menor poder económico. Não obstante, juntaram-se neste projeto comum. Convém referir que, para além dos elementos destas famílias, que eram maioritários na coletividade, existiam vários outros elementos oriundos de outras famílias.

3.1 NO TEMPO DO “BARRACÃO”

O tempo do barracão refere-se ao período (cerca de 15 anos) em que a sede da coletividade funcionava num espaço que designaram por “barracão”, tal era a falta de condições do mesmo. Este espaço “...era da branqueação do Sr. Neto, aquilo já estava vazio, já tinha acabado tudo e pediu-se se o Sr. Neto (pai do Zé Neto) alugava aquilo para nós irmos para lá” (António Gonçalves). Apesar de ser um “barracão” todos os interlocutores falam sobre este espaço e sobre os momentos nele vividos com saudades de um tempo que, para eles, foi muito importante e transformador.

3.1.1 “Rouxinol sem asas não pode voar”

A CRACS (Coletividade Recreativa e de Ação Cultural de Sousela) foi constituída oficialmente no dia 28 de Setembro de 1976, no cartório notarial de Paços de Ferreira; no entanto, o processo para o seu início começou muito antes, como refere José Gonçalves Pacheco:

“Antes disso houve várias tentativas para formarmos a coletividade. O campo de futebol já tínhamos, mas não tínhamos sede, portanto houve várias tentativas de fazermos a tal associação. Veio a ser CRACS mas naquela altura não se sabia o que ia ser. Antes do 25 de Abril era muito difícil, a lei obrigava a ter um tutor que normalmente era um padre, uma pessoa por detrás, porque eles tinham medo de que as associações tivessem fins políticos” (José Gonçalves Pacheco).

O 25 de Abril de 1974 foi um marco importante na eclosão desta e de muitas outras associações, pois durante o fascismo a realidade de Portugal era marcada “...*pela ausência de liberdades e de democracia, pela prisão e perseguição dos opositores políticos, pela proibição e repressão de qualquer movimento político, cultural, ou associativo que não fosse claramente identificado com o regime...*” (Medina, 2008, p. 107). A população, até nas pequenas aldeias como Sousela, tinha plena consciência da repressão do regime, e José Neto refere que “*antes do 25 de Abril era muito difícil, quase impossível até, fazer este tipo de associações, que eram muito mal vistas*” (José Neto). Apesar da eminente perseguição do regime estes jovens não ficaram passivos e tentaram, por diversas formas, formar uma coletividade:

- Através do padre Milheiros, junto à escola do Bairral:

“Antigamente já havia a ideia de fazer uma coletividade, porque a gente não tinha nada aqui, nem cafés. Nós falamos ao padre Milheiros para ele ceder um terreno à beira da escola do Bairral, mas ele não esteve pela conta. Portanto, a coisa não resultou! Depois tentou-se de mais algumas maneiras mas nada deu certo.” (António Gonçalves).

- Na oficina de sapateiro do Sr. Gonçalves:

“Varias tentativas, uma delas é engraçado que o Sr. Gonçalves tinha uma oficina onde fazia uns concertos de sapatos. E o Sr. Gonçalves alinhava muito conosco, apesar de ser de idade. Ele naquela altura deixava-nos fazer na sapataria uma sede, mas isso não foi para a frente, foi uma ideia que surgiu que não chegou a ir para a frente” (José Gonçalves Pacheco).

- No campo de futebol do então Futebol Clube de Cristo:

“Havia um grupo à volta de um campo de futebol que tem o nome do Senhor José Alves da Costa. Ele antes de morrer tinha a oficina de sapataria e congregava muita gente, muita gente ia lá passar um bocado enquanto estavam os sapateiros de volta da banca a trabalhar. E o motivo era sempre o futebol e ele foi capaz de dinamizar, congregar as pessoas, sobretudo os jovens à volta do futebol. Eles fizeram um campo de futebol. (...) Isso já era um núcleo da agregação das pessoas, havia uma vontade muito grande de se fazer alguma coisa” (José Neto).

Apesar das diversas tentativas, estes jovens não conseguiram, até ao 25 de Abril, concretizar o sonho da coletividade, devido à repressão do regime pois, como refere José Gonçalves Pacheco, parafraseando o Padre Fanhais: “*Cortaram as asas ao rouxinol, rouxinol sem asas não pode voar*” (José Gonçalves Pacheco).

3.1.2 “Foi em Bujão, na quinta de Bujão!”

Os jovens de Sousela não puderam “voar” até acontecer aquele que pode ser considerado, ainda hoje, como o acontecimento mais importante da história contemporânea portuguesa, o 25 de Abril, em que “o MFA (*Movimento das Forças Armadas*) pôs finalmente termo à ditadura que, quase durante meio século, tinha amordaçado os portugueses e comprometido o futuro do País” (Silva M. C., 1999, p. 164). O fim da ditadura trouxe como consequência uma liberdade que todos ansiavam e à qual vivamente aderiram e, nesse contexto, as pessoas transformaram-se e

“adquirem uma maior consciência de si próprias, dos seus direitos e deveres, reconhecendo o papel que podem desempenhar nos processos de mudança e transformação social. Assumindo-se como atores e autores sociais e como construtores da história, são muitos os que tomam a iniciativa e desenvolvem a sua ação de forma entusiasta, intervindo nas mais diversas instâncias e setores” (Medina, Caramelo, & Cardoso, 2013).

Esta nova situação permitiu despertar nas pessoas a consciência de que adquiriram possibilidades novas e diferentes de tudo o que já tinham feito, passando a intervir e a lutar pelos seus sonhos e desejos, num processo socioeducativo significativo para muita gente.

“A mobilização popular que ocorreu logo a partir dos primeiros dias após a data de 25 de Abril de 1974 conheceu múltiplas formas de expressão, tendo, no que à educação de adultos se refere, ficado associada a lógicas de intervenção típicas da educação popular, baseadas em dinâmicas participativas e num ativismo socioeducativo que se traduziu numa miríade de iniciativas de auto-organização, de tipo local, dotadas de grande autonomia e, frequentemente, de assinalável criatividade” (Lima L. , 2005, p. 37).

Uma das iniciativas que se insere nesta miríade foi um concerto que aconteceu na quinta do Bujão, organizado por alguns jovens que viriam a fazer parte do grupo fundador da CRACS:

“Até que um dia o Germano disse-nos que ia fazer um espetáculo de variedades lá em baixo e perguntou se a gente ajudava, porque o dinheiro que se fizesse era para depois formar uma banda. (...) O espetáculo foi na quinta de Bujão e nós fomos todos ajudar, eu o Alfredo, o Amâncio... (...) Aquilo na altura deu bastante dinheiro mas não dava para o que eles queriam. Então o dinheiro esteve algum tempo parado nas mãos, não sei de quem, e depois começou-se a pensar na coletividade, voltou a ideia da coletividade (...) eram conversas que a gente tinha de rua porque não havia sítio onde a gente se reunir nem nada. Na rua ou no largo, ou no fim de jogar à bola...” (António Gonçalves).

Este concerto, apesar de não ter como objetivo a fundação da coletividade, constituiu “essa força [que] foi essencialmente monetária para podermos abrir” (José Gonçalves Pacheco), tendo sido “no fundo, ali que nasceu o primeiro espetáculo para abrir a CRACS” (Ernesto Gonçalves). Depois do 25 de Abril, “aquilo foi fácil, porque aquilo foi uma

explosão” (José Gonçalves Pacheco), permitindo passar para as *“luzes da ribalta”* uma série de atores coletivos, que se organizaram e deram vida a grupos mais ou menos informais e a muitas associações, como refere Lima:

“De entre a variedade de atores coletivos então emergentes destacaram-se as associações populares, seja retomando uma tradição portuguesa longamente interrompida durante o Estado Novo, seja criando novas associações ou grupos mais ou menos informais, alguns dos quais viriam mais tarde a constituir-se formalmente como associações” (Lima L. , 2005, p. 37).

3.1.3 “A vontade de dinamizar grupos”

O 25 de Abril de 1974 criou a estrada, ou seja a possibilidade de fazer andar o carro, e o concerto na quinta de Bujão pôs o motor a trabalhar, mas era necessária a existência do carro, ou seja, a existência de algumas condições/motivações intrínsecas que permitissem que a coletividade começasse, o que *“demorou muito tempo a fazer”* (José Gonçalves Pacheco).

A situação política que se vivia era, por si própria, uma condição/motivação para a criação de associações e coletividades pois, *“depois do 25 de Abril havia uma abertura muito maior e surgiu um boom de associações e eu e outras pessoas que tinham essa ansia de se reunir tomamos a iniciativa de fazer a associação”* (José Neto). A criação de associações estava na “moda” e portanto a CRACS nasceu (também) por uma questão de moda:

“Eu acho que foi uma questão de moda. Primeiro foi claramente política e depois foi uma questão de moda porque, naquela altura, a seguir ao 25 de Abril, havia liberdade e começou-se a fazer aquilo que antes não era permitido, que era associações e começaram-se a criar uma série de associações” (José Carlos Meireles).

Para além de ser uma questão de moda, a repressão sentida durante o regime anterior e as lutas que estes jovens tiveram que travar, promoveram nos mesmos um espírito de rebeldia, que os levava a lutar com os meios que dispunham contra o regime, e um espírito de agregação que emergiu, após o 25 de Abril, e que foram canalizados para a criação da associação. José Neto fala-nos sobre estes tempos:

“alguns jovens, na altura, participaram numa reunião para contestar uma reunião do regime, na altura chamava-se a União Nacional. A própria igreja protegia e foi convocada no salão paroquial, aquilo não era bem salão paroquial era debaixo da residência do padre, onde havia uma sala em que se dava catequese. E houve essa reunião da União Nacional e nós fomos lá com o intuito de contestar, portanto eramos jovens já a fazer resistência ao regime. E havia, estava latente a necessidade de criarmos alguma coisa, mas nessa altura ainda não se pensava nisso, que eu saiba, em termos de associação, porque era proibido e nós não tínhamos essa pretensão nessa altura.” (José Neto).

Ao mesmo tempo, existia também uma vontade de dinamizar grupos e fazer algo pela comunidade local: *“Já antes do 25 de Abril, enquanto estava no seminário, tive a vontade de dinamizar grupos. Por exemplo havia um grupo informal para, no Natal,*

arranjarmos o presépio, o padre nunca nos disse nada. Nós é que espontaneamente nos organizávamos” (José Neto). Por outro lado, algumas experiências permitiram gostar e aderir ao associativismo:

“E nós vínhamos com as ideias de gostar do associativismo, que era uma peça muito importante para a dinamização humana. Praticamente nós que andamos por fora é que viemos e impulsionamos e depois com a colaboração de todos, toda a gente colaborou...” (José Gonçalves Pacheco).

Transparece nas palavras de José Gonçalves Pacheco e de outras pessoas que a colaboração entre todos e o facto de se motivarem uns aos outros foi fundamental na construção deste projeto. A amizade e a necessidade de encontrar espaços de convivência saudável, inexistentes na localidade, foram outra condição/motivação. Vários entrevistados referem essa necessidade:

- “Marcou, porque nós aqui não tínhamos café nenhum. Tínhamos um senhor velhinho que tinha televisão e nós íamos todos para casa dele ver televisão. Esse senhor queria-se deitar e nós não o deixávamos deitar, e ele já era de idade. Então, ele até ia para a cama e nós apagávamos a televisão, fechávamos a porta e vínhamos embora, mas isso não tinha lógica” (Alfredo Gonçalves).
- “...se quiséssemos ter um café tínhamos que nos deslocar a Ribas ou a Santa Eulália. Não havia mais nada, não havia entretenimento nenhum” (Lázaro Costa). E Ribas ou Santa Eulália ficam a cerca de 4 km de distância.
- “Eu entendi que estava a faltar cá na Freguesia alguma coisa assim, porque não havia onde as pessoas se juntassem.” (Lázaro Costa).
- “Nada! Rigosamente nada! É que não havia mesmo nada, só havia a missa” (José Carlos Meireles).

A par destas condições/motivações, a emergência da democracia promoveu uma enorme discussão política a todos os níveis e *“na génese da CRACS claramente, (...) que é a política que lá está”* (José Carlos Meireles). Havia, na altura, a necessidade de fazer com que os partidos penetrassem em todas as zonas/áreas do país e, neste caso, a coletividade foi um local de discussão política e partidária sobre a qual refletirei adiante.

Uma última condição/motivação era a existência, alguns meses depois do 25 de Abril, de condições exteriores para a criação de associações: *“Elas eram mesmo incentivadas pelos governos na altura, havia subsídios, etc. E como era um pouco moda as coisas foram-se fazendo”* (José Carlos Meireles).

3.1.4 “E então começou-se...”

E então, de forma efetiva, começou-se a gerar a coletividade, num processo longo e cheio de interessantes matizes, tantas quantas as pessoas que nele participaram, dado que cada

uma se foi descobrindo e redescobrindo como ator e autor social, mesmo sem ter consciência disso. Uma noite, os jovens de Sousela encontram-se na escola de Moreira (parte de cima da freguesia de Sousela), mas não numa noite qualquer, “*agora não posso precisar o dia em que foi, (...) não sei se foi um 11 de Março ou 25 de Novembro, mas foi uma data em que estavam tropas na rua. Isso foi frisado à noite na reunião*” (José Neto). E nessa noite: “*decidimos (...) constituir uma sociedade com espírito de abertura*” (José Neto). Tudo era feito com espírito de abertura dentro do ambiente democrático que se vivia. Mas a coletividade não podia funcionar na escola, era necessário encontrar um espaço:

“E a partir daí foi arranjar uma sede, sede essa que foi exatamente a antiga branqueação, que era um espaço que estava disponível. O meu pai tinha acabado com a fábrica e mudado de instalações... Aquilo era um barracão mas tinha muito espaço, fez-se uma sala de espetáculos, porque havia espaço para isso, tinha um palco, uma sala ao lado para um barzinho, uma biblioteca, uma casa de banho... tinha um mínimo de condições para as pessoas se reunirem. E foi a partir daí que a gente iniciou a atividade” (José Neto).

Este espaço passou a ser a sede da coletividade, “*mesmo sem estatutos, sem personalidade jurídica*” (José Gonçalves Pacheco). O espaço, apesar de ser bom, não tinha as condições adequadas para o desenvolvimento da ação da coletividade mas, dado que se tinha feito o concerto na quinta do Bujão, existia uma quantia de dinheiro que “*serviu precisamente para isso, para nós fazermos obras, forrar aquilo, porque estava tudo a cair, pintar, comprar uma máquina de café, frigorífico, etc.*” (António Gonçalves).

Mais ou menos ao mesmo tempo

“... apareceram os Duartes, que se juntaram a nós e aos Netos e começou-se a cimentar a ideia de uma coletividade mesmo a sério, com estatutos e tudo. Começamos a fazer reuniões, a organizar comissões: de música, teatro, desporto, cultura, etc. Nessas reuniões formou-se a comissão coordenadora e alguém ficou encarregado de fazer o rascunho dos estatutos, depois aquilo foi aprovado alínea a alínea, lei a lei, em assembleia geral. Começaram-se a fazer assembleias gerais e começou a funcionar como coletividade, de facto. E então começou-se... o pessoal em vez de precisar de ir para longe, como eu ia para a Ribas para ir ao café para ver os amigos e tal, começou a reunir-se ali e corria tudo bem” (António Gonçalves).

3.1.5 “Politiquices”

A coletividade começava a ir de “*vento em popa*” e já eram até mais aqueles que desejavam juntar-se e ajudar no processo de construção da CRACS, mas “*a porcaria da política começou a meter-se em tudo isso. Os Netos eram MRPP, os Duartes eram PCP ou UDP, e nós estávamos ali no meio da guerra, eu e outros [Gonçalves]. Nessa altura a guerra começou de facto...*” (António Gonçalves), uma “guerra” política entre os Netos e os

Duartes¹⁵. Os Netos e os Duartes eram duas famílias com influência social na freguesia e que faziam parte de uma certa elite local, como veremos adiante. Os seus filhos (vários irmãos) eram jovens que cresceram juntos e que participavam em grupo na coletividade. Existiam também outros grupos familiares, como era o caso dos Gonçalves. José Carlos Meireles diz-nos que

“Pensando um pouco no que foi aquela guerra, ridícula na minha opinião, deixa uma certa pena, porque os Netos e os Meireles não sendo família, porque não eram, era como se fosse. E onde estava essa ligação? Nos mais velhos que era no meu avô, o pai do tal Filipe e do Alfredo, que são meus tios, e o pai dos Netos. Eles eram compadres, amigos, eram quase unha e carne, andavam sempre próximos e envolvidos em todas as coisas que se faziam em Sousela. As nossas famílias eram quase como se fossem da mesma família, faziam férias juntos, etc.” (José Carlos Meireles).

A “guerra” política entre estes dois núcleos familiares iniciou-se com a fundação da coletividade e durou até que os Duartes decidiram afastar-se. Não foi possível averiguar o momento concreto em que eles se afastaram, no entanto, é consensual referir que foi depois de a coletividade estar a funcionar em pleno. Quando os entrevistados se referem a uma “guerra” política, querem expressar que era uma “guerra” partidária, pois os Netos eram assumidamente do MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado) e os Duartes eram, aparentemente, da UDP (União Democrática Popular) ou PCP (Partido Comunista Português) - este aspeto não é consensual entre todos os entrevistados. Esta “guerra” partidária é também consequência do momento político que se vivia no país e integra-se no processo revolucionário que decorreu até 25 de Novembro de 1976:

“Foi, assim, num quadro de liberdades, desconhecido até então da maioria dos portugueses, e numa situação em que os poderes políticos não estavam ainda consolidados, que se vai desenvolver esse processo revolucionário com larga participação popular, mas também cheio de contradições e conflitos que se geram, quer no seio das forças partidárias que emergem da clandestinidade ou das muitas outras que surgem na nova cena política” (Silva M. C., 1999, p. 165).

O período revolucionário foi um período de muita agitação e participação política popular, um pouco por todo o país, inclusive na CRACS. Emergem da clandestinidade algumas forças partidárias, como é o caso do MRPP e do PCP, que eram partidos ativos já antes do 25 de Abril. A CRACS tinha elementos assumidamente pertencentes ao MRPP e outros elementos simpatizantes de outras forças partidárias, e em consequência destes fatores, foi palco de agitação, tendo corrido até o risco de ter as suas instalações destruídas:

“Viveu-se aquele período quente, (...) e não houve tiros, mas podia haver. Houve uma altura em que chegaram a vir gajos de Freamunde para destruir a CRACS. Naquela altura destruíram várias coisas,

¹⁵ Duartes ou Meireles – na verdade são Meireles, de acordo com o sobrinho que foi entrevistado, mas os restantes entrevistados referem-se a este núcleo familiar como Duartes, pelo que decidi usar este nome.

puseram bombas em muitos sítios e mataram gente. Tanto da direita como da esquerda” (José Gonçalves Pacheco).

Esta “guerra”, para além de ser uma “guerra” partidária dentro da coletividade (entre MRPP e UDP e entre MRPP e PCP) era também uma “guerra” da coletividade (cujos elementos eram todos, mais ou menos, de esquerda) contra os fascistas e dos fascistas contra a existência da coletividade, a qual várias vezes correu o risco de ser invadida.

“Lá no barracão, como eles lhe chamavam, ainda tivemos uma invasão de alguns não democratas (...) Uns anti-democratas que ao saber que alguns elementos da direção pertenciam ao movimento revolucionário que era o MRPP, um dia entraram por lá dentro e queriam destruir aquilo tudo. Vieram de Freamunde armados em capangas e entraram lá...” (Lázaro Costa).

Acerca do conflito que existia com a extrema-direita, há um episódio interessante relatado por António Gonçalves:

“E nesse período também houve aquela chatice com o tio Alves, porque eles estacionavam as motorizadas cá fora e ele morava em cima e queria passar e as motorizadas estavam mal estacionadas e ele via-se à rasca para passar. (...) Numa altura ele chamou a guarda, porque as motorizadas estavam estacionadas de tal forma no caminho que ele não passava e (...) diz o Alfredo, que foram os Netos que mandaram estacionar as motorizadas assim, só para moer o juízo ao tio Alves. Porque o tio Alves era faxo...” (António Gonçalves).

Este episódio, e outros, levaram a que, a determinada altura, a coletividade tivesse sido fechada, *“porque não estava legal, não tínhamos personalidade jurídica e já funcionávamos lá com bar e tudo e tivemos problemas com isso e foi encerrada, por uns dias apenas”* (José Gonçalves Pacheco).

Apesar destas “guerras”, a coletividade sobreviveu, integrando no seu núcleo mais ativo pessoas de diversas forças políticas que, apesar de tudo, se respeitavam e se mantiveram a trabalhar em conjunto por um projeto comum. As “guerras” talvez se devessem a que estava latente na sociedade, naquele momento, *“uma disputa política muito grande, pelo controlo das coletividades, pelas associações de moradores, em todo o lado”* (José Neto). O sobrinho de José Neto, Paulo Castro, refere que *“(...) a CRACS sempre teve essa força política dos meus tios e eles tentaram que aqui fosse uma mini-sede do MRPP no concelho de Lousada e tudo fizeram para isso”* (Paulo Castro).

É interessante identificar as forças políticas com mais peso dentro da coletividade, porque são um pouco divergentes dos protagonistas a nível nacional que, de acordo com Pinto e Pereira eram, nesta altura, o Partido Socialista e o Partido Comunista.

“Como é sabido, em Abril de 1974, o País defrontava-se pela primeira vez em cinquenta anos com a possibilidade real da democracia e, para o campo político em mudança acelerada que se formava, havia na prática dois grandes protagonistas partidários disponíveis: o Partido Comunista Português, o

único a sobreviver à Ditadura, e o recém-formado Partido Socialista, um partido então dotado apenas de um centro e ainda pouco consistente do ponto de vista institucional” (Pinto & Pereira, 2006, p. 134).

Dentro da coletividade, nesta época, os partidos protagonistas da “guerra” político partidária eram outros, designadamente a UDP e o MRPP, havendo também pelo menos um elemento simpatizante do PCP, o José Gonçalves Pacheco, e elementos que, mais tarde, viriam a ser simpatizantes do Partido Socialista (PS), os Gonçalves. A existência de diversas forças políticas na CRACS terá mesmo contribuído para a sua sobrevivência, como nos conta José Gonçalves Pacheco:

“Eu era amigo dessa facção, e sendo eu conciliador, eu consegui, sendo de esquerda, conciliar com os de direita, andava no meio deles, não tinha medo de nenhum. E o Lázaro era outro moderado. Portanto, eu penso que se eles pensaram em pôr alguma bomba, só por eu e o Lázaro fazermos parte arrefeceu um bocado os ânimos deles” (José Gonçalves Pacheco).

Debruçando-nos um pouco mais sobre a “guerra” política entre os Netos e os Duartes, esta foi vivida muito intensamente por todos os que pertenciam a esta coletividade, porque influenciava bastante as reuniões que se faziam, multiplicando o seu número e fazendo durar largos meses a aprovação dos estatutos:

“Isso reuniões fizemos muitas, muitas, muitas! Muitas reuniões e guerras e mais guerras. Não havia semana nenhuma que não fizéssemos reuniões, pelos estatutos, admissão de sócios, expulsão de sócios, etc. A gente reunia por tudo e por nada” (José Gonçalves Pacheco).

“...andamos meses a fio para conseguir aprovar os estatutos, aquilo era tipo assembleia da república, só faltava bater, por causa da política” (Alfredo Gonçalves).

O processo que decorreu para a aprovação dos estatutos foi um processo muito longo, mas nem por isso deixou de ser interessante e marcante para todos os que nele participaram. Os testemunhos dos entrevistados são unânimes em referir que foram bons momentos:

“Apesar de tudo, aqueles momentos lá em baixo da politiquice..., as reuniões, aquelas discussões... As vezes acabava uma reunião e apetecia começar outra. Gostava das conversas... A gente apesar de tudo, apesar de se entender mal, debatíamos ali sem exaltações nem nada. (...) Eu adorava aquilo, aquelas reuniões” (António Gonçalves).

As reuniões de discussão e de “politiquice” inscrevem-se na vida dos participantes como experiências de transformação das suas identidades, onde mudam o paradigma em que viviam anteriormente, o paradigma do fascismo, para um novo recheado de possibilidades nunca antes experimentadas, a democracia. Estes momentos foram mais significativos para uns do que para outros, nomeadamente os Gonçalves, para quem, inicialmente, a política “*era uma coisa abstrata, não ligava nem percebia nada disso*” (António Gonçalves), não

participando nas discussões políticas, pois não se sentiam com capacidade de discussão nem possuidores dos conhecimentos adequados. Quem mais participava acabava por ser apenas os que tinham mais estudos:

“O Zé Neto e o Nuno Neto andaram num seminário a estudar para padres, o Alfredo era bancário, estava a trabalhar num banco... Portanto, entre eles, os que eram pessoas com estudos é que se travavam muitas discussões. E eles até falavam das cúpulas dos partidos e nós sabíamos lá o que eram as cúpulas... Eles estavam a falar entre eles e o resto eram cobaias que estavam ali, porque a gente não entendia nadinha. Entretanto, a gente começou a entender um pouco” (Alfredo Gonçalves).

Ao presenciar as discussões, os Gonçalves, adotam um partido preferencial, o PS: *“Mas sem saber o que isso significava... eramos porque havia preconceitos... nós só sabíamos que não queríamos ser isto e aquilo. Então eramos do que sobrava”* (Alfredo Gonçalves). E, é na vida do dia-a-dia, nos pequenos acontecimentos, que eles vão compreendendo a política e adotando uma posição:

“Os Netos é que me abriram os olhos, porque um dia à noite fomos pintar (...) e então eu escrevi LIBERDADE, e diz o Nuno Neto para mim: ‘Liberdade? Não há liberdade’. ‘Não há liberdade no vosso partido?’. ‘Nós, não é uma liberdade é a ditadura do proletariado’. E eu disse: ‘Oh meu amigo, eu ando aqui enganado...’ e comecei a abrir os olhos. (...) Eles não podiam ver o Pacheco, porque como os do MRPP não podiam ver o partido comunista, os Netos não podiam ver o Pacheco, apesar de o Pacheco ser defensor de nada de políticas na coletividade. Para ele a política ficava à porta da CRACS quando se entrasse, mas para eles ele era o partido comunista. Portanto quando ele disse que o Pacheco era o inimigo a abater, era mesmo” (António Gonçalves).

Com este ambiente, as reuniões eram acesas, no entanto, fora das reuniões a convivência era saudável: *“é evidente que era, nós falávamos na mesma, aquilo era só aceso nas assembleias gerais e nas reuniões, de resto não”* (António Gonçalves). E a convivência entre os Netos e o Pacheco (José Gonçalves Pacheco) não era complicada, pois apesar das divergências partidárias trabalhavam em conjunto pela coletividade:

“Ai isso com o Pacheco era a sério, mas de qualquer maneira estavam juntos e ele fazia parte da comissão coordenadora, porque aquilo era por eleições e eram votados. Já não me recordo como é que se processava isso, mas sei que o Pacheco era sempre votado para a comissão coordenadora, não por eles mas por nós e etc.” (António Gonçalves).

Devido a toda a discussão política que decorria na CRACS e à sua volta, esta coletividade foi muitas vezes confundida com uma sede partidária:

“As pessoas entendiam que aquilo era uma sede partidária, mas não era, nunca foi! Um dia o representante do PCTP/MRPP tentou pedir para o partido dentro da coletividade mas foi logo confrontado, dizendo-lhe que lá dentro não era para pedir para partido nenhum. Convidamo-lo então a pedir cá fora. Porque dentro da coletividade não havia peditórios para partido nenhum” (Alfredo Gonçalves).

Para finalizar o tópic das “guerras” políticas é interessante perceber que estas “guerras” que se travaram têm talvez um sentido diferente na atualidade e para algumas pessoas não foram percebidas como “guerras”. Alguns dos envolvidos, nomeadamente Belém Neto, recusam-se mesmo a aplicar a denominação de “guerra” política, referindo-se a estes momentos como: *“Quezílias que existiam que eram fruto mesmo da juventude, que se fosse anos depois elas não existiram”* (Belém Neto). E mesmo sendo pequenas “guerras”, são percebidas como algo que *“foi muito bom, isso é indiscutível”* (Belém Neto).

Enquanto as famílias Netos e Duartes permaneceram na coletividade, a “guerra” continuava a ser travada, com momentos mais ou menos acesos, tendo terminado quando *“os Duartes, (...) desistiram e abandonaram, foram todos embora e só ficou ali o Zé Carlos”* (António Gonçalves).

3.1.6 Uma coletividade de elites?

Como já foi abordado, na CRACS existiam vários grupos de jovens associados a diferentes forças políticas e com diferentes formações de base: os Netos e os Duartes eram oriundos de famílias mais “abastadas”, pois os pais *“eram os dois industriais, (...) [um da] indústria de calçado, (...) [e outro da] tecelagem.”* (José Carlos Meireles) e com acesso a formação, enquanto os Gonçalves eram oriundos de famílias mais modestas e, na sua maioria, tinham *“a quarta classe”* (Ernesto Gonçalves).

A escolaridade das pessoas de Sousela é uma questão que tem que se analisar desde uma perspetiva de política nacional, pois durante a ditadura: *“A instrução e a cultura deveriam apenas ser acessíveis às elites, defendendo-se a criação de mecanismos de controlo e seleção no acesso aos diferentes níveis de ensino”* e *“para importantes setores do regime a instrução e a cultura traduziam-se numa grave ameaça”* (Medina, 2008, p. 127). É neste contexto que, *“em Sousela, até eu chegar, a única pessoa (...) formada com licenciatura era o Filipe Meireles. Na minha geração em Sousela só havia o Filipe. Só mais tarde apareceram mais”* (José Neto). A geração de que fala José Neto é a geração que era ainda jovem quando eclodiu o 25 de Abril, e que, portanto, viveu toda a sua formação de base durante o tempo do fascismo. Para melhor ilustrar esta situação, é importante a análise da tabela 3 onde se apresentam os indicadores de escolarização em 1970 e em 2001.

Indicadores de Escolarização	1970	2001
Taxa de analfabetismo	25,6	9,0
População que atingiu os 4 e os 6 anos de escolaridade	52,2	47,7
População que atingiu os 9 e os 12 anos de escolaridade (ou equivalente)	7,8	26,5
População que atingiu o ensino médio ou superior	1,6	11,5

Tabela 3 – Indicadores de Escolarização (1970 - 2001) (Pinto & Pereira, 2006, p. 148)

Analisando a tabela compreende-se que, efetivamente, é num quadro de liberdade que os jovens começam a frequentar a escola durante mais tempo. No quadro do fascismo:

“A perspectiva de os filhos prolongarem ainda mais os estudos não estava no horizonte nem era viável para a esmagadora maioria destas famílias. Mas, independentemente da inexistência de condições económicas para os filhos continuarem a estudar, também nem todas as famílias atribuiriam à escola a mesma importância. Baseados na sua experiência de vida e refletindo a desvalorização da escola que o regime procurara incutir nestes meios, alguns pais tendiam a não acreditar que a sua frequência abrisse para os seus filhos novos horizontes concretizáveis” (Medina, 2008, p. 129).

A falta de condições económicas e a desvalorização da escola faziam com que os jovens de Sousela, que serão depois fundadores da CRACS, não tivessem acesso à formação, tendo na sua maioria apenas completado o 4º ano e muitos a custo, pois a maioria das famílias tinha poucos recursos económicos. Nesse contexto, José Neto refere que “*era necessário desenvolver as pessoas*” (José Neto), o que justifica para ele a formação da coletividade, pois: “*só com cultura é que se consegue fazer mais alguma coisa e, portanto, acho que nesse aspeto, a própria coletividade conseguiu desenvolver culturalmente as pessoas*” (José Neto). Para José Neto, um dos grandes obreiros da associação, esta tinha também a missão de desenvolver culturalmente as pessoas, numa localidade bastante pobre e com falta de acesso a determinados bens culturais.

3.1.7 Os estatutos foram aprovados, finalmente!

A aprovação dos estatutos foi um processo profundamente debatido e os participantes “*chegaram a consenso por votações. As assembleias tinham, deviam ter, 30 a 40 pessoas e depois cada um levantava o dedo e apontava-se. Nunca houve uma votação secreta, cada um levantava o braço, foi sempre mão no ar*” (Alfredo Gonçalves). Além de ser debatido foi um processo moroso, pois os estatutos foram discutidos alínea a alínea até se chegar a consenso, sendo necessário negociar a inclusão ou exclusão de cada artigo. Em toda esta discussão está profundamente presente o debate política que, então, acontecia na CRACS.

A elaboração dos estatutos, sendo um passo necessário, a partir de determinada altura tornou-se urgente para manter viva a coletividade, porque a mesma foi fechada por falta de estatutos e “*havia necessidade de ter uma escritura pública, ter credibilidade e ser credível perante a própria Câmara, porque a Câmara depois começou a financiar algumas das nossas atividades*” (José Neto).

Para a elaboração dos estatutos foi importante o “*contacto com outras associações*” (José Neto) e a “*ajuda de um sócio que era advogado, recém-formado, o Dr. Filipe Meireles, que deu uma ajuda sobretudo na parte mais legalista. E ajudou a elaborar propriamente os estatutos em si*” (José Neto).

Depois de estarem aprovados os estatutos foram levados ao Governo Civil de Paços de Ferreira e publicados em Diário da República - finalmente estava legalizada a CRACS, no dia 28 de Setembro de 1976.

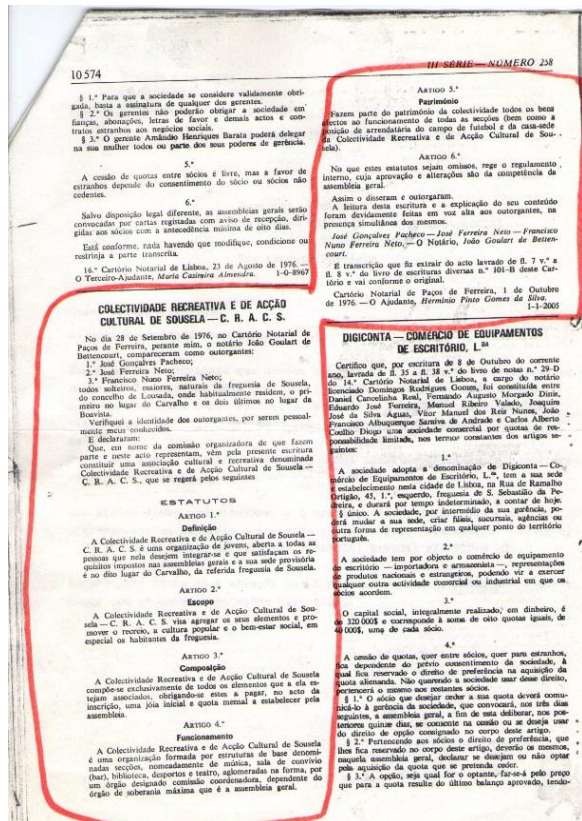


Figura 1 – Publicação dos Estatutos da CRACS em Diário da República

3.1.8 “E começaram a entrar raparigas porque, de facto, havia respeito”

“O início da coletividade foi com mais ou menos 20 a 30 rapazes novos que se juntaram. (...) Sim, eram só rapazes. (...) Só tinha a Belém Neto. E depois é que entraram várias outras raparigas, a Linda, a Teresa... E começaram a entrar raparigas porque de facto havia respeito” (Alfredo Gonçalves).

A partir do testemunho de Alfredo Gonçalves é possível perceber que, no início da coletividade, as raparigas não tinham um papel igual ao dos rapazes. Para estes era fácil sair de casa e juntarem-se com os outros rapazes da comunidade; aliás, já o faziam antes da formação da coletividade, quando se juntavam para jogar futebol ou simplesmente para conversar, o mesmo não acontecendo com as raparigas. Belém Neto e outras não tinham muitas dificuldades, pois “*tínhamos irmãos, tínhamos guarda-costas, não é!?*” (Belém Neto). Belém Neto acaba, assim, por representar, de certo modo, uma exceção neste aspeto, pois era irmã do José Neto e do Nuno Neto, jovens filiados no partido comunista e com o desejo de lutar pela igualdade de direitos e deveres sociais.

O espaço das raparigas na coletividade acabava por ser ainda fortemente influenciado pelo lugar para o qual foram remetidas as mulheres durante o regime anterior, pois “*o discurso e a propaganda oficial do regime remetia as mulheres para o espaço doméstico, atribuindo-lhes os papéis de ‘donas de casa’, ‘esposas’, ‘mães’ e ‘fadas do lar’*” (Medina, 2008, p. 121). Mesmo depois de eclodir a liberdade não foi fácil para elas terem os mesmos direitos que os rapazes, pois havia uma pressão social (por parte dos pais, da restante família e da comunidade local) para manter as mulheres no espaço doméstico. Se, para algumas raparigas, o facto de terem *guarda-costas* permitia a sua participação, muitas outras não o puderam fazer, pelo que “*quando houve a primeira assembleia (...) só estavam praticamente rapazes e estava eu, a Teresa, (...) e julgo que estava também a Linda. Mas eu e a Teresa lembro-me perfeitamente de estarmos lá*” (Belém Neto).

Para que as raparigas pudessem ir à coletividade era necessário, ainda, a existência de outros fatores, como refere Alfredo Gonçalves:

“E depois também nós, porque queríamos que as raparigas fossem para lá exigíamos uma educação, um respeito. Ninguém falava mal, ninguém dizia palavrões. Houve um que falou mal um dia e foi castigado, 8 dias não entrou dentro da coletividade. Durante esses 8 dias ele estava cá fora e pediu às pessoas para lhe retirarem o castigo. Mas ele não foi retirado, porque o castigo foi imposto pela coordenadora, na assembleia geral, e ele teve que cumprir, de facto, esses 8 dias sem entrar lá dentro” (Alfredo Gonçalves).

O respeito traduzido pela omissão de palavrões é igualmente perceptível no testemunho de Belém Neto, que vai mais longe: “*Mas uma coisa é certa, havia muito respeito. Eu nunca tive problemas nenhuns, nenhuns, nem contra ninguém, nunca tive uma falta de respeito, uma palavra mal dita, qualquer coisa mal feita*” (Belém Neto). O respeito estava, assim, relacionado com um saber estar na associação e, com o tempo, tornou-se algo “*natural*” (Belém Neto).

A mudança de mentalidades foi um processo moroso e que não está terminado no que diz respeito à participação das raparigas na CRACS, até porque:

“Sendo a mudança de mentalidades um processo lento e contraditório, mesmo com um processo revolucionário a decorrer, para muitos homens, mas também para muitas outras mulheres, esta participação era ainda encarada com grandes desconfianças. E esta foi e é uma realidade com que muitas mulheres se tiveram e têm ainda hoje que confrontar e que importa ter presente quando se debatem questões relativas à igualdade de género e à igualdade de oportunidades” (Medina, 2008, p. 259).

Efetivamente, na CRACS, ao longo do tempo, quase não há registo de dirigentes do sexo feminino. A direção sempre foi delegada nos homens, sendo que as mulheres tiveram participação mais discreta e, até ao momento, nunca houve uma mulher que tivesse sido

presidente da direção. Aliás, estas só começaram a estar nos cargos diretivos nos últimos 8 ou 9 anos. A discreta participação das mulheres é perceptível nesta dissertação, dado que apenas duas foram entrevistadas: a Belém Neto e a Fátima Santos e estas não foram referenciadas por ninguém. Fui eu que decidi falar com elas, uma vez que considerava pertinente uma perspetiva feminina, dado que as raparigas também se envolveram e participaram ativamente na CRACS, encontrando lá um espaço de convívio social e de intervenção que, ao longo da história, sempre lhes tinha sido negado:

“Aquilo foi muito bom especialmente para as mulheres, porque os homens ainda iam às tascas bebiam um copo de vinho, mas as mulheres não. E com a CRACS a maior parte das mulheres passaram a vir - a Linda, as nossas primas todas (...) Tudo ia à CRACS. Umas levaram as outras e as primeiras foram da nossa família, a Linda, todas as nossas primas. Nós também éramos uma família grande, tínhamos tantos primos. E depois atrás de umas vieram outras e passou a ser normal qualquer mulher lá ir. Ao começar, no início, não (...) mas depois passou a ser normal, como é agora ir a um café. Ir à CRACS era muito diferente de um café, aquilo tinha lá cerveja e o café, mas aquilo era um lugar diferente, familiar, aquilo era praticamente uma família” (José Gonçalves Pacheco).

3.1.9 A vida associativa – “a vida social de Sousela praticamente passou a ser feita na CRACS”

Quando a coletividade se formou lutou com diversas dificuldades, algumas já enunciadas anteriormente. Mas, teve ainda outra, que foi a de não ser aceite pela comunidade local. Vários entrevistados referenciaram este problema, que se prendia com a não-aceitação por parte dos pais da sua presença da coletividade, com a não-aceitação social da presença das raparigas naquele espaço, e com a não-aceitação da existência de disputas políticas no seu interior:

“...durou vários meses para que ela fosse aceite. Mas depois as pessoas começaram a ir e a ver, de facto, que se tratava de uma coletividade e que fazia parte da cultura. Então, as pessoas começaram a sentir-se bem e a frequentar aquilo, é que havia respeito” (Alfredo Gonçalves).

“No princípio foi complicado. Mas depois houve pais que, indo lá, gostavam de ir e viam que não tinha nada a ver com partidos, viam o bom ambiente e deixavam os filhos lá ficar” (Alfredo Gonçalves).

“A CRACS durante muitos anos foi vista, pelo menos a direção [como sendo de esquerda], talvez por eu estar à frente e ser de esquerda, eu estive sempre ligado a partidos da esquerda...” (José Neto).

“no princípio éramos apelidados de comunistas. Eramos todos comunistas, “já ides pilões do CRACS”, “já ides para os comunistas (...). Depois mudou e as pessoas começaram a lá ir. No princípio não ia ninguém, mas depois começou a ir lá muita gente, começaram a ver que aquilo não era o covil que eles supõem e gostavam de lá ir” (António Gonçalves).

Para que a CRACS fosse aceite, foi necessário que esta se afirmasse a si mesma como um local de respeito, de cultura, de ocupação saudável dos tempos livres e de encontro das pessoas. Isto aconteceu de tal forma que, passado algum tempo, *“a vida social de Sousela praticamente passou a ser feita na CRACS”* (José Carlos Meireles). As características já enunciadas potenciaram que a coletividade se instituísse como um verdadeiro “centro” de encontro das pessoas desta pequena (em número) mas grande (em espaço) freguesia, pois começou a funcionar com diversas valências: *“começaram-se a criar várias atividades, como o caso da música, biblioteca, teatro, bar e futebol”* (Alfredo Gonçalves). Havia portanto *“cinco comissões, cada uma com 10 elementos e desses dez, um era eleito para ser porta-voz dessa comissão”* (Alfredo Gonçalves).

A equipa coordenadora era constituída por 10 elementos – *“o presidente, secretário e tesoureiro, e depois os vogais, um para apontar e outro para dar a palavra a quem de direito”* (Alfredo Gonçalves) e por um representante de cada uma das 5 secções/comissões. Cada uma destas tinha mais 9 elementos (10 com o elemento representante na equipa coordenadora). Estavam, assim, a participar ativamente e/ou desenvolver atividades mais de 60 pessoas, e *“em tudo o que se fazia na CRACS, toda a gente participava, não era só eu: ou no teatro, ou no rancho, no grupo de música popular, no grupo de música rock, etc. Toda a gente tinha trabalho!”* (Ernesto Gonçalves). As pessoas iam participando na “área” por que tinham mais interesse ou gosto, mas o importante era participarem e fazerem com que a coletividade se desenvolvesse e levasse Sousela “para a frente”. Se chegasse alguém com uma ideia nova, e se ela fosse exequível, colocava-se em prática, porque havia o desejo de desenvolver cada vez mais a coletividade e a localidade. José Neto refere que, nos estatutos iniciais, apenas foi feita referência ao teatro, por ser a primeira ideia que foi dada, mas a esta seguiram-se outras e o limite foi a criatividade e a existência de recursos humanos com capacidade para realizar as atividades propostas.

Foi, portanto, uma época em que *“as pessoas participavam muito, raparigas e rapazes, conversavam, etc. Aos sábados e aos domingos era toda a tarde. No verão, então, estávamos lá muitas horas...”* (Alfredo Gonçalves) e durante esse tempo desenvolviam diversas atividades:

“Fazíamos os jogos... A parte da música, ensaiar a música, a parte do teatro ensaiava o teatro, porque chegavam a fazer teatro. Tinha lá uma biblioteca que as pessoas chegavam e pegavam num livro e iam ler. E o desporto era todos os fins-de-semana e a meio de semana iam para o campo de futebol que por acaso já existia” (Alfredo Gonçalves).

“As pessoas ficavam ali, onde vamos? Vamos à coletividade, havia sempre algo para fazer, aparece dominó, damas, xadrez, cartas. Havia ali muita coisa para fazer! Havia dias! ... e, depois, nos dias de

espetáculo vinham pessoas de todo o lado: Ferreira, Freamunde, Lousada, Paredes... Falavam-lhe na coletividade e as pessoas vinham” (Ernesto Gonçalves).

“Na altura tínhamos futebol, teatro e muitas práticas. Penso que aqui à volta não havia nenhum café com mesa de pingue-pongue e lá tínhamos, tínhamos matrecos e essas coisas. E nós frequentávamos a CRACS desde muito novos, mesmo para fazer torneios de futebol e isto e aquilo. Desde muito novos fomos para lá todos.” (Paulo Castro).

“E depois, quando nós eramos novos, fazíamos semanas culturais, que era uma semana de espetáculos, ou a semana da criança, com atividades só para as crianças.” (Ernesto Gonçalves).



Figura 2 e 3 – Peça de teatro representada nas instalações da CRACS



Figura 4 e 5 – Torneio de Futebol no campo José Alves da Costa

Como é perceptível através destes testemunhos as atividades desenvolvidas eram muitas e muito variadas (e existem associadas a estas atividades imensas histórias de uma grande riqueza que, por constrangimento de espaço e tempo, não é possível apresentar agora).

É importante referir que as pessoas começaram também a desejar ter mais visibilidade no exterior, até porque já tinham a participação de gente de outras localidades. Iniciou-se então uma fase de promoção de intercâmbios, nomeadamente através da música, do rancho folclórico e do teatro que, para além do desenvolvimento da coletividade, tinham também como objetivo obter proventos económicos, o que, na prática, acabava por não acontecer: *“E depois claro (...) realizávamos vários espetáculos e fomos fazer espetáculos*

fora, mas o dinheiro nunca chegava para pagar à coletividade e a coletividade vinha sem dinheiro nenhum, ponto final.” (Alfredo Gonçalves, referindo-se à música). Nesta situação, a coletividade debatia-se com problemas económicos, tendo alguma dificuldade em garantir a sua sustentabilidade, até porque nas atividades que realizavam e em que era pedida uma participação das pessoas, a participação era muito reduzida.

“E na própria coletividade, quando a gente fazia um concerto, da comissão de música, se fosse a cobrar dinheiro, não tinha gente. Se fosse entrada livre, aquilo não podia com mais gente. As pessoas não tinham dinheiro ou não queriam pagar para a coletividade sobreviver. Ela sobrevivia sempre através das quotas ou então quando chegava Janeiro, a equipa da música ia cantar as janeiras para angariar alguns fundos” (Alfredo Gonçalves).

Apesar disso, foram várias as ações desenvolvidas por esta coletividade com o objetivo de difusão cultural, tendo este aspeto sido acentuado pela presença do José Neto, chamado por muitos de “obreiro” da coletividade, porque a sua dedicação era muito grande, especialmente nas áreas relacionadas com a cultura, como ele próprio refere:

“As secções eram formadas quando havia um elemento da direção que fazia parte e ia ajudar a dinamizar isso, tornava-se responsável. O que acontecia é que, muitas vezes, a direção tinha alguns elementos (não sei quantos elementos 7 ou 8) e depois cada secção tinha um elemento da direção. Isso fazia parte dos estatutos e quase em todos os grupos acabava por estar uma pessoa da direção e acabava por aparecer eu também. Exceto no futebol, porque no futebol estava tanta gente que eu afastava-me sempre e era menos uma preocupação que tinha. (...) Nas outras secções, o elemento da direção que estava responsável por aquilo vinha sempre pedir a minha ajuda, senão sentia-se com pouca vontade, com pouca capacidade e por isso é que eu aparecia muitas vezes nessas secções” (José Neto).

A partir deste relato constata-se que passava pelo José Neto grande parte do desenvolvimento da coletividade, o que a determinada altura, se tornará uma carga muito pesada. Mas, na época do barracão, era ainda sustentável.

Na vida associativa deste tempo havia um detalhe muito interessante, que era o processo de comunicação, realizado através de um jornal de parede, no qual “*era tudo afixado e depois estava uns dias exposto. (...) E ficava-se a saber tudo, não era nada camuflado, era tudo às claras*” (Lázaro Costa). Entre o material da coletividade recolhido, foram encontrados alguns dos comunicados deste jornal de parede, que demonstram que era um aspeto muito cuidado por todos os elementos da coletividade e muito participado, revelando diferentes aspetos da vida associativa: “guerras” e desacordos, atividades a desenvolver, necessidades da coletividade ou da freguesia, relatórios de contas, entre outros.

3.1.10 A saída dos Duartes e a fundação da GACER

O tempo foi passando e foi-se consolidando a coletividade e aprofundando a reflexão relativamente aos objetivos da participação. As “guerras” políticas que tinham começado aquando da fundação mantiveram-se e dominaram alguns acontecimentos importantes na coletividade e na freguesia de Sousela. Para compreender esses acontecimentos é importante conhecer um pouco mais sobre esta localidade. A freguesia de Sousela é constituída por dois polos, a parte de cima, chamada Moreira, e a parte de baixo, chamada Sousela e *“sempre houve uma rivalidade entre a parte de baixo e a parte de cima”* (José Carlos Meireles). A CRACS surgiu em Moreira, no ano de 1976, como já referimos, e durante algum tempo foi espaço de participação de pessoas das duas partes da freguesia, pois *“as pessoas de baixo e as de cima juntavam-se todas lá”* (José Carlos Meireles). Mas, com o passar do tempo, com a distância e a rivalidade entre as duas partes da freguesia e talvez devido à falta de sintonia a nível político e a outros níveis, surgiu a GACER, em 1982:

“A GACER começou com uma equipa de futebol, formou-se um grupo para formar uma equipa de futebol e participar nos torneios que eram organizados lá em cima, na CRACS. E numa destas brincadeiras surgiu a GACER, a partir de um grupo para jogar futebol. Na altura, o Horácio, o Sousa, enfim, um conjunto de pessoas resolveram formar a GACER, alguns não tinham nada a ver com a CRACS, mas uma parte substancial estiveram ligados à CRACS” (José Carlos Meireles).

A partir deste testemunho constata-se que a CRACS foi, de alguma forma, motivo ou ponto de partida para o surgimento da GACER, quando surgem nos torneios de futebol organizados pela CRACS duas equipas da coletividade, uma com elementos da parte de Moreira e outra com elementos da parte de Sousela. Ora, a equipa da parte de Sousela, decidiu nomear-se “pró associação futura”, precisamente com o objetivo de ponderar a fundação de uma nova associação.

As razões/motivações para o surgimento da GACER não são consensuais, existindo dois pontos de vista:

“Eu acho que foi uma questão de comodismo. A intenção nunca foi estar contra a CRACS ou fazer guerra à CRACS. Foi mesmo uma questão de comodismo, porque a CRACS estava lá em cima e aquela gente estava cá em baixo” (José Carlos Meireles).

“Pois... Dessa disputa de políticas saiu a GACER, percebes! Faziam-se reuniões a acabar às três da manhã! Foi um debate tremendo” (Ernesto Gonçalves).

Um dos pontos de vista refere que a GACER surgiu devido às “guerras” políticas e o outro refere que a GACER surgiu pela questão da distância (dado que para os da parte de Sousela, a deslocação implicava algum incómodo) e não associada à questão da política. A sucessão de acontecimentos mostra que a saída dos Duartes da CRACS coincide (mais ou

menos) com a fundação da GACER e com a ligação de algumas pessoas dessa família (nomeadamente o José Carlos Meireles, que mais tarde se torna dirigente da GACER) a esta nova coletividade. Provavelmente tanto a questão política com a distância foram motivações para o surgimento da GACER.

Admitir que a saída dos Duartes se deveu, em grande medida, às “guerras” políticas, que seriam, de acordo com os testemunhos, “guerras” pacíficas, pois: “...*nunca se andou à porrada uns com os outros, mas discutiam-se as ideias ferozmente*” (Ernesto Gonçalves), significa admitir, também, que os Duartes “*zangaram-se (...) e criaram eles uma associação*” (Ernesto Gonçalves). Esta é uma inferência feita por alguns dos interlocutores, mas não consensual. Nestas circunstâncias é importante questionarmo-nos sobre o porquê de terem sido os Duartes a sair e não os Netos. Ernesto Gonçalves expressa que os Duartes “*ficaram mais fracos porque estes [os Netos] tinham mais apoio, conseguiram passar melhor a mensagem para o grupo*” (Ernesto Gonçalves). Isto acontecia porque os Netos desenvolviam

“mais atividades, enquanto os outros [os Duartes] eram mais intelectuais; estes [os Netos] eram mais ligados ao povo. E os outros: um já era advogado, outro já era bancário, todos cheios de estilo. E estes não, eram iguais a nós, metiam-se no nosso meio, se tivessem que ir a uma festa ou uma tasca iam. (Ernesto Gonçalves).

3.1.11 A lista independente para a Junta de Freguesia de Sousela

Com a saída dos Duartes, a política adquiriu novas formas e direções, nomeadamente com a formação de uma lista independente para a candidatura à Junta de Freguesia. Esta lista foi constituída a partir da CRACS, sendo um acontecimento de grande relevo para várias pessoas, especialmente para o José Neto, que refere:

“Para mim foi algo de que nunca mais me esqueço. Achei que aquilo foi marcante. Marcante porque nós e a própria coletividade, alterou o comportamento das pessoas perante a realidade partidária e, portanto, criamos a melhor lista para dirigir a freguesia que era necessário desenvolver. A freguesia desenvolveu-se muitíssimo naqueles anos que estiveram à frente duas listas de independentes, desenvolveu-se mais do que nunca e acho que isso foi bom” (José Neto).

Perceciona-se, através destas palavras o impacto que teve a candidatura desta lista a nível pessoal, mas também a outros níveis, pois: foi a primeira lista independente do concelho, foi formada/dinamizada pela/e na coletividade, foi formada num processo muito participado, instituiu-se como uma alternativa aos partidos e, de acordo com os testemunhos, teve uma ação muito grande dentro da freguesia, defendendo os interesses de todos. O José Neto conta-nos como decorreu este processo:

“Nós conseguimos, um dia qualquer, a coletividade, reunir um número elevado de pessoas, 30, 40 ou 50 pessoas ou mais, (...), na escola primária (...) e conseguimos pessoas influentes e com capacidade

para dirigir a coisa, que foram votadas naquela reunião para encabeçar e fazer constituir a lista de independentes da freguesia de Sousela. [Essa lista] ganhou durante duas eleições consecutivas, dois mandatos consecutivos.” (José Neto)

A família Neto, e nomeadamente o José Neto, esteve muito envolvida no processo de formação desta lista, no entanto, quem concorre como candidatos por esta lista é o Sr. Sousa, o Sr. Castro e o Lázaro Costa, todos elementos da coletividade que, até ao momento, não pertenciam a nenhuma elite política. A participação dos Netos na formação da lista foi de tal forma acentuada que gerou confusões, como nos conta Paulo Castro (filho do Sr. Castro):

“O meu pai era considerado comunista na Câmara de Lousada, porque os meus tios tentaram colar a lista que era independente ao partido do MRPP. Eu era miúdo mas lembro-me que quando o meu pai ganhou a junta houve uma grande festa na CRACS. Mas não deu resultado porque o meu pai não aderiu a essas situações” (Paulo Castro).

A confusão consistiu, portanto, numa certa associação da lista independente ao MRPP, o que, como vimos, não era verdade, até porque o afastamento em relação às forças partidárias e às elites políticas em ascensão era, naquele momento e para aquelas pessoas, um fator importante.

3.1.12 “Guerra” entre Netos e Gonçalves e estabilização

A saída dos Duartes alterou diversas dinâmicas no interior da associação, nomeadamente as “guerras” políticas que começaram a desenvolver-se entre diferentes atores:

“...começou a guerra entre Netos e Gonçalves, o partido MRPP e nós neutros, quer dizer eu era do PS ou tinha simpatia pelo PS, porque nunca estive inscrito em nenhum partido, e penso que os outros todos também eram mais ou menos PS. Mas a guerra manteve-se mais acesa ou mais calma, e aquilo foi funcionando” (António Gonçalves).

Esta nova “guerra” política permitiu que a coletividade se fosse desenvolvendo, pois acabava por promover a discussão e a atividade. No entanto, afetava profundamente as reuniões:

“A reunião estava marcada para as nove horas e ia-se até à meia-noite sem fazer a votação. E então eu e o Albano, chegando à meia-noite, vínhamos embora, quer houvesse votação, quer não houvesse, porque nós, ao outro dia, às sete e tal tínhamos que ir trabalhar. E eles, como não iam trabalhar, às vezes iam para as votações à uma hora ou duas da manhã e então a nossa parte perdia, porque faltavam lá dois, três ou quatro nomes. Eles já faziam de propósito para ser assim” (Alfredo Gonçalves).

Sendo os Netos, aqueles que tinham mais *capital cultural* (Bourdieu), pois quase todos tinham tido oportunidade de estudar durante mais tempo, conseguiam fazer valer a sua opinião através de um melhor uso da palavra e através de estratégias como a referida por

Alfredo Gonçalves. No entanto, com o passar do tempo, a CRACS deixou de ser uma novidade, foi estabilizando e passou a ser algo regular na vida social de Moreira, acabando

“por se tornar um salão de convívio, especialmente a determinadas horas e isso foi justamente na altura em que começaram a aparecer as telenovelas brasileiras. Apareceu a Gabriela Cravo e Canela e, nessa altura, praticamente ninguém tinha televisão em casa, então, toda a gente ia para a CRACS à hora da novela” (José Carlos Meireles).

O surgimento da televisão (isto é, a existência de uma televisão na sede), marca mais um passo na vida da coletividade, pois delimita o tempo que as pessoas teriam para dedicar a outras atividades. As pessoas que vão à CRACS (ou que passam a ir), vão não apenas para participar e colaborar no desenvolvimento da coletividade, mas vão também porque existe uma televisão e querem ver diferentes programas. Neste momento verifica-se uma mudança no tipo de convívio vivenciado – de uma ênfase no convívio entre si, passa-se para um “convívio” com a televisão e atravessado por ela, o que implica menor disponibilidade para as restantes atividades.

Não obstante os factos relatados, a participação era ainda elevada e surgiu a necessidade de uma sede nova, “*o presidente, sabendo que havia aqui um terreno no qual o presidente da câmara precisava de fazer umas escolas (...), achou por bem que, num bocado desse terreno, se fizesse ali a sede da coletividade*” (Alfredo Gonçalves).

O útil (ou necessário) juntou-se ao agradável e surgiram, nesse momento, as condições necessárias para arrancar com o projeto da nova sede, ou seja, surgiu o espaço adequado e o apoio da Câmara Municipal de Lousada para o projeto. Este, para além de ser uma necessidade do ponto de vista do espaço físico, era também uma necessidade do ponto de vista da angariação de fundos (apoios governamentais e outros), pois “*chegamos a ir ao Porto, à direção geral dos desporto, à FAOJ e ao governo civil para pedir ajudas, mas não conseguíamos ajudas nenhuma, porque o prédio onde funcionávamos não era da coletividade*” (Alfredo Gonçalves).

Os sócios organizavam-se, de acordo com as diferentes disponibilidades, e faziam o que era necessário pelo melhor desenvolvimento da coletividade, o que demonstra alguma sintonia (apesar das “guerras” políticas) e união em torno do projeto comum que a associação constituía. No entanto, a ideia da nova sede criou algumas ruturas dentro da coletividade, pois nem todos estavam de acordo devido ao endividamento que isso iria provocar.

3.2 RUMO À NOVA SEDE

Rumo à nova sede, refere-se ao tempo que decorre entre as obras da nova sede e os primeiros anos em que a coletividade esteve neste espaço.

A nova sede foi construída nos anos 80, numa década marcada pela adesão plena de Portugal à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986, que marcou e marcará profundamente o país. A situação política, económica e social que então se vivia era, para os interlocutores da pesquisa, sentida como esperançosa, fortalecendo a perspetiva da possibilidade de se concretizar uma obra tão importante para a coletividade.

Durante a construção da nova sede, todas as atividades continuaram a desenvolver-se no “barracão”, no entanto, todas as atenções e esforços estavam virados para o novo espaço, que, como veremos, foi construído (na sua grande maioria) pelos próprios associados, numa experiência de trabalho colaborativo e de participação de todos (inclusive no aspeto económico).

3.2.1 “O Zé Neto deu a ideia de se fazer a sede”

A nova sede começou a ser pensada no momento em que se reuniram algumas condições para o bom desenvolvimento deste projeto, momento esse que coincide com a altura em que alguns fundadores tomam consciência de que está a terminar a etapa fundacional e começam a abandonar a coletividade:

“Estive até fundar. Nós fundamos, depois a coletividade já começou a ter lucros através do bar, através da música e depois ao cantar as janeiras, etc. e as coisas começaram a ficar equilibradas, mas os sócios pagavam sempre as quotas. Trabalhávamos muito, andávamos por aí, mas pagávamos sempre as quotas. Mesmo a cantar as janeiras, comprávamos as bebidas lá e levávamos para beber” (Alfredo Gonçalves).

De alguma forma, as pessoas sentiam que já tinham dado o que tinham a dar à coletividade e passou a ser tempo de pensarem em si mesmas e nas suas famílias e é Alfredo que refere:

“Ia trabalhar e à noite chegava a casa, trabalhava no calçado e depois ia para a cama. Não havia tempo. Não ia deixar a mulher sozinha...No meu tempo trabalhei, mas depois a vida já foi outra. Depois já não trabalhava pela coletividade. Tinha que trabalhar porque o dinheiro não chegava para os filhos. Não chegava mesmo...” (Alfredo Gonçalves).

Houve um tempo em que a vida das pessoas se cruzava com a vida da coletividade, no entanto, a vida vai colocando desafios que impedem as pessoas de participarem ativamente e estas são quase que “obrigadas” a afastarem-se. Para alguns, este afastamento, como é possível perceber, advém de um sentimento de “missão cumprida”, pois a coletividade

estava fundada; no entanto, para outros, apenas se tinha concretizado uma pequena parte, porque era preciso garantir que a coletividade tivesse um espaço próprio e tinha que haver pessoas para a dinamizar.

A proposta da nova sede não foi bem acolhida por todos, sendo que alguns se manifestaram contra, não só pelo endividamento que implicava, mas também pelo próprio projeto:

“Aquilo era a parte de baixo [tal como está construída] e por cima construir o anfiteatro. E havia outra ideia que era: como na CRACS se jogava futebol e tinha muita gente a praticar desporto, queria fazer-se um ringue e uma bancada, e debaixo da bancada ia crescendo a associação. E na altura não quiseram, percebes!” (Ernesto Gonçalves).

Havia portanto duas ideias sobre a forma como se devia construir a nova sede, mas “o Zé Neto preferiu fazer aquela sede, ele fazia desenhos/projetos e ele desenhou. No projeto aquilo tem outro andar, que era a casa de cinema com um salão/anfiteatro” (Ernesto Gonçalves). Tendo sido “aprovado” o projeto pela maioria dos sócios e estando a planta feita (pelo José Neto, com o apoio do Eng.º José Carlos Meireles, ex-membro da coletividade que trabalhava na Câmara), iniciaram-se as obras.

3.2.2 “A sede demorou muito tempo a construir... foi feito por nós, aos bocadinhos...”

A CRACS está situada num meio pequeno, com recursos limitados e, como já foi referido, com sérias dificuldades em conseguir verbas, pelo que se as obras dependessem exclusivamente dos fundos recolhidos seria quase impossível a construção da sede. Neste contexto, foi necessário encontrar soluções mais criativas que passaram pelo pedido de apoio a nível de material para a construção, de transporte deste material, de mão-de-obra, entre outros.

“A sede demorou muito tempo a construir porque foi feito à medida que nos iam cedendo ou material, ou a própria camara nos dava ou nós íamos comprando pouco a pouco. Foi feito por nós, aos bocadinhos... lembro-me que quando começamos, arranjamos uns camiões e fomos a Canelas, Penafiel onde estava uma estrada em construção e viemos buscar rachão para os alicerces...” (José Neto).

“Eu também era da coletividade, por isso ia à Camara e pedia o camião ao presidente, (...) e ia para o monte carregar pedras para os alicerces desta casa... Eu ia lá buscar o camião e subiam meia dúzia de gajos para cima da camionete e íamos à serra. Pedras de um lado e do outro e carregávamos a camionete num instantinho... E depois trazíamos para os alicerces deste prédio. Era assim que se fazia” (Lázaro Costa).

“Ta-se ajudar... Quer dizer, iam os que iam. Eu fui, eu tenho lá muito trabalhinho de borla... Eu fiz lá a instalação elétrica toda de borla, tubos caixas, ranhuras, foi tudo de borla” (António Gonçalves).

A partir destes relatos é possível compreender a lógica que esteve por trás da obra, que era a de que cada um contribuía com o que podia: alguns contribuíram economicamente mas muitos outros contribuíram com o seu trabalho, com a angariação de materiais, etc.



Figuras 6 e 7 – Obra da nova sede

A nova sede prometia um melhor espaço para a coletividade desenvolver as suas atividades, o que no contexto desta localidade era importante, pois as pessoas continuavam sem ter onde passar os seus tempos livres.

“E a malta participava, porquê? Porque aqui não havia uma estrada, nós para irmos para São Pedro, tínhamos que ir pela tomada [um caminho longo], para ir para Freamunde tínhamos que sair dali da Amália, vir aqui pela tomada e ir para São Pedro e para Freamunde [ainda mais longe]” (Ernesto Gonçalves).

Apesar de, inicialmente, existirem algumas divergências relativamente à construção, as pessoas colaboravam, até porque a possibilidade de se envolverem neste projeto marcava também uma saída da rotina que era interessante e acolhida com alegria. Foi um processo lento porque apenas era possível trabalhar aos fins-de-semana, mas realizado com muito prazer - “aos sábados, então não era bonito! Depois no fim um lanche. Toda a gente deve recordar com saudade esse tempo” (José Gonçalves Pacheco).

A construção da sede foi, claramente, um momento de partilha e de fraternidade muito marcante, de tal forma que foi perceptível, durante os encontros biográficos, que os interlocutores falavam com saudade desse tempo e do trabalho desenvolvido.

3.2.3 “Entretanto a CRACS estava pronta... E eles ‘venderam’ a CRACS ao Gomes”

“Entretanto a CRACS estava pronta, com mais ou menos dificuldades e com a Câmara a dar quase tudo, exceto a mão-de-obra, a mão-de-obra teve que ser nossa ou pagava-se, como se pagou muitos fins-de-semana aos Cunhas, para acabar a parte de trolhas” (António Gonçalves).

Estando o edifício praticamente pronto, faltavam os acabamentos, que são uma parte custosa de uma construção. Nesse sentido:

“Para acabar propuseram que as pessoas emprestassem dinheiro, quem tivesse. Eu não tinha dinheiro não emprestei, mas o meu pai parece que emprestou algum. Resumindo, a CRACS ficou empenhada, ficou a dever dinheiro e era preciso para mudar cá para cima comprar mesas, cadeiras, máquina de café, frigorífico e etc. Mas não havia dinheiro. Então apareceu o salvador, o Gomes, e eles “venderam” a CRACS ao Gomes” (António Gonçalves).

Os sócios que tinham alguma disponibilidade económica emprestaram dinheiro para terminar a obra, mas esses empréstimos não foram suficientes e não era possível a CRACS mudar para a sede nova. Então, dado que o Gomes “*tinha dinheiro e também gostava muito disto*” (José Gonçalves Pacheco) propôs-se pagar tudo aquilo que fosse necessário para terminar a sede e para a mobilar. Mas, neste processo, ele “*tinha que ser presidente e nós aceitamos isso*” (José Gonçalves Pacheco) pois “*ele também não queria pôr o dinheiro sem estar à frente*” (José Gonçalves Pacheco). A proposta do Gomes era: “*ele punha do bolso dele e depois a coletividade pagava quando pudesse pagar, quando tivesse dinheiro para pagar, porque estávamos naquele impasse. (...) E ele propôs isso. É evidente que os sócios ao ouvirem aquela proposta*” (Lázaro Costa) tiveram que a aceitar, pois permitia a concretização de um sonho pelo qual já tinham lutado e trabalhado imenso. Do ponto de vista da situação económica a decisão era fácil de aceitar, no entanto, do ponto de vista da gestão da vida da coletividade, a decisão não foi consensual:

“O Gomes disse: ‘eu empresto o dinheiro todo que é preciso para lá, mas tenho que ser o presidente daquilo e mandar’. E eu disse: ‘Hey, nem penses nisso, isto aqui é uma democracia, aí quer dizer tu só por teres dinheiro... Podes entrar na mesma e fica-se a dever-te o dinheiro, agora tu seres presidente? Isso não tem jeito nenhum. Eu não aceito, não concordo com isto, prefiro que vamos aos pouquinhos, quando se puder vai-se lá para cima, mas assim não’. Mas aquilo foi a votação e eles ganharam.” (António Gonçalves)

A imposição do Gomes de ser presidente da coletividade não agradou a todos, como é possível constatar no testemunho de António Gonçalves, pois estava a abrir-se um precedente que nunca se tinha aberto a ninguém, que implicava que entrasse na direção alguém que se impunha como presidente. Mas a questão económica “falou mais alto” e a

situação foi aceite. Nestas circunstâncias o José Neto deixou de ser diretor da coletividade e acabou por se afastar da mesma:

“Sim, saiu na sequência disso, mas se bem me lembro não saiu zangado. E depois já era para ele um peso grande vir cá porque ele já era casado e já tinha uma filha e vir todos os dias da Aparecida aqui era complicado. Depois disso parece-me que ele ainda vinha cá, mas já não precisava de vir todos os dias, como vinha até aí” (José Gonçalves Pacheco).

Como se perceberá adiante, o José Neto não sai aborrecido com a coletividade e não sai especificamente por este acontecimento (que até aceitou como sendo o melhor para a coletividade) mas pela junção de vários acontecimentos e por condicionalismos da sua vida pessoal. Mas, nesse momento, afasta-se. E o afastamento do José Neto terá consequências profundas na vida da coletividade. De acordo com algumas pessoas, a sua saída foi o princípio do fim, isto é, o princípio da diminuição das atividades culturais e, consequentemente, da diminuição da participação. Quando questionado sobre a opção de aceitar o Gomes como presidente da direção, José Gonçalves Pacheco refere:

“É um bocado complicado de dizer. À partida foi bom senão não sei se ainda estaríamos muito tempo lá em baixo. Não sei! Também aquilo faltava pouco... Mas de qualquer forma eu acho que foi bom porque eu gostei da presidência do João, ele era uma pessoa com problemas de saúde e pegava numa enxada, chegou-se a abrir uma rota daqui até ao campo de futebol e ele era dos da frente. Ele era também muito trabalhador, muito” (José Gonçalves Pacheco).

O Gomes deu à coletividade aquilo que tinha para dar, que seria dinheiro e trabalho, mas sendo uma pessoa com pouca sensibilidade para a cultura e com o afastamento do José Neto, a CRACS viu diminuir em muito a sua atividade cultural.

Ao mesmo tempo, para outras pessoas, este acontecimento constituiu uma espécie de traição da CRACS a alguém que tinha trabalhado muito pela e para a coletividade. Este é um pensamento que persiste até hoje e que continua a marcar a vida da coletividade.

3.2.4 “E entretanto acabei por sair” – José Neto

Na história da CRACS, o momento da saída do José Neto é um momento marcante e alvo das mais variadas interpretações. Não se pretende aqui compreender todos os condicionalismos deste momento, nem estabelecer uma única verdade, mas apresentar-se-á essencialmente a perspetiva do próprio José Neto relativamente à sua saída, o que deve ser compreendido à luz das circunstâncias da sua vida pessoal, que o próprio explica:

“Claro que eu estou durante não sei quantos anos a morar em Sousela, mas quando casei fui viver para Aparecida e continuei ligado à coletividade e ia para lá quase todos os dias. Era um esforço brutal, sobretudo a partir de determinada altura, porque era ou reuniões, ou assembleias gerais, ou porque havia ensaios do rancho, ou do teatro, ou havia qualquer coisa do futebol. Havia sempre coisas em que

quase permanentemente pediam para eu estar e isso obrigou-me a um esforço grande. Estava a 15 Km de lá, fazia 30 Km por dia e às vezes cheguei a fazer duas viagens, ir de manhã e depois ir almoçar e voltar de tarde” (José Neto).

“...entretanto, já tinha outra atividade, não só desenhador, mas tinha a lavandaria e isso envolveu-me e tinha um trabalho acrescido com uma responsabilidade muito maior porque já tinha funcionários a trabalhar. E nessa altura a dificuldade era maior para continuar ligado” (José Neto).

“Acabei por sair. E sabia também que o Gomes ficava. Acho que fundamentalmente o trabalho e o objetivo tinha sido conseguido, tínhamos o campo de futebol a funcionar, tínhamos a coletividade a funcionar, quando eu saí estava em vésperas de se tornar realidade a sede nova, portanto, o fundamental estava feito. Havia condições físicas para quem tomasse conta fazer alguma coisa. Depois achei que a minha contribuição para a coletividade, já tinha sido suficiente” (José Neto).

A saída do José Neto marcará indelevelmente a vida da coletividade, já que este sócio era dos mais ativos e como presidente da direção imprimia um dinamismo na coletividade que esta não voltou a ter nunca mais. Lázaro Costa refere que *“na altura eu também fiquei um bocado chateado com aquela cena, mas tive que aceitar e até continuei na mesma na direção...”* (Lázaro Costa). A razão pela qual se lamenta tanto a saída do Ze Neto é porque:

“o Zé Neto era o pioneiro disto e era um trabalhador incansável (...) desde ir ao monte às pedras para fazer os alicerces disto a pegar nos tijolos e a romper os dedos, a pôr aí os tijolos uns em cima de outros para criar o prédio, foi sempre dos da frente, sempre. E então, mesmo muito dinâmico a nível de direção e de presidente... Os sócios na altura não tiveram muito em consideração isso” (Lázaro Costa).

É importante relacionar o que refere Lázaro Costa, com o que referiu o próprio José Neto sobre a sua ação nos diferentes sectores e o que referem os restantes sócios que remarcam a importância da sua ação na coletividade. Com o tempo, percebeu-se que a coletividade nunca mais teve o que tinha na época do José Neto ao nível do teatro, música, folclore, biblioteca, entre outros aspetos, como, por exemplo, ao nível do exercício da democracia e do envolvimento de todos os sócios na coletividade.

Salienta-se, no entanto, que os problemas ao nível da atividade da coletividade começaram ainda durante o tempo em que o José Neto era o presidente da direção e é o próprio que o refere justificando a sua saída:

“Tenho pena é que algumas atividades que se desenvolveram não tivessem continuado, como era o caso do teatro, do folclore... Eu, por exemplo, participava no folclore mais para dar o exemplo, eu era dançador, mais para dar o exemplo e incentivar as outras pessoas para participarem também. E o folclore acabou ainda antes de eu sair, por uma razão muito simples: eu não consegui transmitir a necessidade de ter folclore como um elemento fundamental de ser um veículo de transmissão da cultura popular, desde a forma de vestir, os trajas, as cantigas que eram recolhidas” (José Neto).

Perceciona-se alguma mágoa nas palavras do José Neto, pelo facto de não ter conseguido motivar as pessoas para a cultura, já que, por exemplo, no folclore “*dançavam por dançar ou para se divertirem (...) o que não era mau*” (José Neto) mas não era suficiente. Portanto, quem imprimia uma intencionalidade cultural na coletividade era o José Neto e quando este saiu, essa intencionalidade deixou de existir, o que tem repercussões até à atualidade.

3.2.5 A vida na nova sede

A nova sede foi inaugurada a 11 de Junho de 1989. Nesta altura, as questões políticas dentro da coletividade, ou associadas à coletividade, estão esbatidas e já não constituem um problema. Nesta altura a coletividade já tem mais de 13 anos (contando a partir da publicação dos estatutos) e vive um momento de alegria com a inauguração de um espaço próprio.



Figuras 8 e 9 – Inauguração da nova sede



Figura 10 e 11 – Lanche e momento cultural da festa de inauguração

Durante os anos 80, o contexto social e económico português estava a mudar, de forma extremamente rápida e as preocupações sociais que tinham tido o seu auge nos últimos anos

estão, agora, a passar para segundo plano, instituindo-se no país um processo de globalização capitalista com profundas transformações na vida dos portugueses, nomeadamente “*num agravamento significativo das condições de trabalho e numa clara diminuição e desvalorização dos direitos dos trabalhadores*” (Medina, 2008, p. 309). Os portugueses enfrentam nesta época muitos desafios que não eram expectáveis e que, afetando a sua situação de trabalho, afetam todas as dimensões da sua vida, incluindo a participação no movimento associativo. Num contexto social marcado pelo aumento do trabalho precário, flexibilização da mão-de-obra, aumento do desemprego, baixos salários e necessidade de ter dois empregos, por uma sociedade de consumo e endividamento, os desafios para as famílias são mais que muitos, o que se repercute na disponibilidade dos adultos participarem em ações da coletividade.

Para além destes desafios ao nível socioeconómico do país, que tiveram o seu impacto na coletividade, esta tem que lidar com a saída do José Neto o que não foi nada fácil pois “*nunca mais houve o que acontecia com o Zé Neto, porque ele era muito dinâmico*” (Lázaro Costa) e não havia na coletividade ninguém com a mesma intencionalidade deste senhor ou com a mesma sensibilidade:

“se eu tivesse o gosto, interesse ou motivação para o teatro também haveria teatro aqui, ou melhor, se o Zé Neto não tivesse abandonado ainda havia aqui teatro, porque ele era um impulsionador pelo teatro e por todas as atividades. Há que reconhecer que se o Zé Neto estivesse aqui que havia muito mais atividade. Pronto e nós já não temos, nem eu nem o João já não temos essa motivação” (José Gonçalves Pacheco).

Dado que os elementos da direção não tinham a motivação/sensibilidade para as áreas da cultura, acabou o teatro e o rancho, a biblioteca deixou de funcionar e a música funcionava com alguma descontinuidade. Ao nível da organização/gestão da coletividade, também houve alterações e as reuniões não decorriam da mesma forma:

“Mas depois cá em cima, ele [o Gomes] começou a remodelar as coisas e começou a formar algumas comissões, poucas, ele disse que só queria 3 ou assim, comissão de bar, comissão de desporto, comissão de biblioteca e não sei se era mais alguma coisa, e convidou-me para o desporto e eu disse que estava bem, que ia, já estava a fazer uma abstinência muito grande e eu gostava daquilo. E ele disse então apareces tal dia, às tantas horas, para uma reunião e eu fui. Fomos lá para a reunião na sala de reuniões e começamos a discutir para fazer um torneio de futebol e nós estávamos a falar sem estar nada definido. Eu e mais alguns eramos da opinião que devia ser assim e o Gomes que devia ser assado, mas ainda estávamos a conversar ou a discutir, digamos assim. Alguém chamou por ele e ele saiu e nós continuamos ali à espera, ele demorou uns 10 minutos, chegou e disse pronto, então fica assim, vamos fazer assim, e assim e assim. E eu disse que nós ainda não tínhamos decidido e tu já decidistes? Chegas aqui e não acabas a discussão ou conversa e decides, nós somos alguns palermas

que estamos aqui? Assim não contes comigo para nada. E saí por lá fora e acabou. Nem sequer comecei” (António Gonçalves).

“Foi feita uma adjudicação para uma obra aqui no ringue, sem eu ter conhecimento. Ele é o tal poder: posso, quero e mando. A partir daí eu comecei a ver que não era com esta pessoa que eu queria ir para a frente” (Lázaro Costa).

Nesta época, a principal, e praticamente única, ação da coletividade passou a ser o futebol, *“pronto, passou a ser isso. Aliás de todas as coletividades o principal é o futebol”* (José Gonçalves Pacheco). No entanto, a determinada altura nem o futebol corria bem, pois *“bola por bola, eu como tinha o café, tinha uma equipa. Fiz uma equipa e os gajos antes queriam jogar na minha equipa e desligavam-se muito da coletividade”* (Ernesto Gonçalves).

Estando a CRACS quase sem atividade foi necessário cativar as “forças” da freguesia que ainda conseguiam ter uma resposta positiva ao nível da participação, ou seja, foram convidados o Ernesto Gonçalves e o Paulo Castro, que faziam “concorrência” à CRACS ao organizarem torneios de futebol, para integrarem a direção e desenvolverem a área do desporto: *“e a certa altura, o Sr. João Ribeiro perguntou-me se nós queríamos ir para lá, para orientar a nível de desporto e outras coisas, e nós fomos os dois”* (Paulo Castro). Com o Ernesto e o Paulo Castro dedicados à parte do desporto, a coletividade reavivou um pouco pois *“começou a ir tudo para a coletividade”* (Ernesto Gonçalves). Embora o impacto da presença do Ernesto e do Paulo Castro fosse positivo, não foi suficiente para dar vida à coletividade e o passo seguinte foi o de convidar o Ernesto para “tomar conta” do bar da CRACS.

3.2.6 O Ernesto na CRACS e os Festivais de Ranchos

Depois da inauguração da nova sede, o bar não podia continuar a ser explorado pelos sócios pois, no “barracão”, tinham ocorrido problemas ao nível da gestão das contas. A opção foi encontrar uma pessoa que explorasse o bar mediante o pagamento de um aluguer. A primeira pessoa a fazê-lo foi a Teresa (irmã do Ernesto Gonçalves), que esteve alguns anos sozinha nesta tarefa. Mas, com o passar do tempo:

“já não aturava aquilo porque era só arruaceiros.... E o Gomes disse-lhe: “não te preocupes. Eu vou falar com o Ernesto, se ele quiser ser teu sócio. E se tu quiseres ficar na mesma e se ele aceitar...” E então eu falei com a minha irmã e fui para lá de sócio com ela” (Ernesto Gonçalves).

Dado que o Ernesto já estava na CRACS a colaborar com a parte do desporto, para ele o convite para ser sócio da irmã no bar foi rapidamente aceite e algum tempo depois (cerca de 3 anos) acaba por ficar sozinho. Nesta época, a sua esposa, a Fátima, deixa o seu trabalho e fica a trabalhar no bar da CRACS com ele. O período em que o Ernesto explorava o bar da

CRACS constituiu um momento significativo na vida da coletividade, porque imprimiu um novo dinamismo, nomeadamente através das festas que ele e a esposa organizavam, dos festivais de folclore e do futebol. O Ernesto *“não estava na direção. Pertencia ao futebol, mas na direção nunca quis ficar.”* (Ernesto Gonçalves).

De forma a facilitar a apresentação deste momento da história, serão apresentados diferentes itens, mas com a consciência que eles se entrecruzam no tempo, num emaranhado de relações.

Atividades realizadas

O Ernesto começou a explorar o bar e, dado que estava descontente com a reduzida atividade que desenvolvia a direção, decidiu começar ele próprio a dinamizar atividades: *“desportivas e culturais. Desportivas tínhamos o futebol e fazíamos umas atividades de atletismo... E fazíamos brincadeiras, passeios, mini chuva de estrelas e aquelas festas de natal, os magustos, aniversários da CRACS, etc.”* (Ernesto Gonçalves) E algumas vezes chegaram até a convidar *“pessoas de fora para virem lá fazer espetáculos.”* (Fátima)

As atividades organizadas por este casal traziam bastantes pessoas à coletividade, no entanto, eles tinham pouco apoio da direção:

“Eles às vezes não davam apoio, mas que remédio, eles não estavam lá, eu fazia. Às vezes eu nem os convidava para as festas nem lhes dizia nada. Se eu lhes pedisse eles punham logo muitas barreiras. Então nós deixávamos andar e quando eles dessem fé estava a festa feita” (Ernesto Gonçalves).

Depois das experiências de falta de apoio e de algum desleixo por parte da direção, o casal passa a assumir-se como organizador de uma série de atividades e a agir de forma cada vez mais independente:

“E outras vezes nem propunha nada, nem dizia nada. Era ao meu critério mesmo. (...) Aqueles espetáculos que faziam de Natal, não era a CRACS que fazia, eramos nós. Eu tinha que fazer uma festa, angariar qualquer coisa, para sacar dinheiro para depois dar prendas às crianças. Se eu dissesse ao Gomes o que era preciso, ele não queria nada com isso. ‘Eu não dou nada’ ” (Ernesto Gonçalves).

Nesta altura, já tinham passado alguns anos desde que o Gomes tinha assumido a direção da CRACS e investido economicamente na mesma. Provavelmente, nesta altura, algumas das suas expectativas em relação à coletividade ficaram frustradas e ele não se envolvia muito.

Para além das festas, havia neste momento outras atividades regulares como o Karaté e o futebol. O ringue da coletividade estava sempre aberto, de maneira que as crianças e jovens de Sousela *“não tinham que pedir, nem precisavam de me dizer”* (Ernesto Gonçalves) para o utilizar, os balneários estavam fechados, mas *“se me dissessem eu abria-lhes os*

balneários e eles tomavam banho se quisessem” (Ernesto Gonçalves). O facto de haver esta disponibilidade de uso das instalações da coletividade foi importante para algumas famílias:

“Houve uma altura que havia pessoas lá em cima a morar e não tinham casas de banho em casa, nem tinham água. E um ou outro gajo que dizia. ‘Ó pá eu pago uma garrafa de gás por mês se me arranjasses uma chave, eu vinha ali com a minha família sem ninguém ver e tomava banho’. E eu na boa, a coletividade está ao serviço de todos. Quando a direção soube mudaram as chaves” (Ernesto Gonçalves).

O Ernesto ia lutando e tentando fazer valer a sua perspetiva sobre a ação da coletividade e faziam-se muitas coisas *“mas não era a coletividade que fazia”* (Ernesto Gonçalves) nem colaborava. Assim, para o Ernesto e a esposa era

“um esforço muito grande. Tanto que eu ganhava lá muito dinheiro, mas gastava-o nas festas. Eu propus à coletividade comprar um palco, porque nós pagávamos 50 contos de cada vez para alugar um palco (...), mas o Gomes disse que não, que não investia nada. Comprei eu... Depois de sair, eu fiquei a dever-lhe o ultimo mês e propus que eles ficassem com o palco, que eles sempre precisavam, em desconto do mês. Ele não quis e então eu fui lá busca-lo e não lhe paguei a renda. Eu fiquei a dever-lhes um mês, mas eles ainda me ficaram a dever mais” (Ernesto Gonçalves).

Apesar do Ernesto representar para a coletividade um acréscimo de participação e de atividades desenvolvidas, nem sempre a relação entre ele e a direção foi a melhor.

Os festivais de Ranchos

Enquanto estive o Ernesto no bar, foram realizados os festivais de ranchos da CRACS, que se tornaram na atividade de maior relevância na vida da coletividade. Numa localidade tão pequena como Sousela, com pouca capacidade económica e sem visibilidade nenhuma a nível nacional, ter um festival de ranchos, com vários ranchos estrangeiros foi muito marcante. E tudo aconteceu por intermédio de um jovem que estava naquele momento ligado à área do desporto, o Paulo Castro.

“Houve uma altura em que eu conheci umas pessoas que estavam ligadas a um rancho de folclore e que contratavam ranchos estrangeiros e que os colocavam no maior número possível de festivais num dia. Um rancho era capaz de fazer 7 ou 8 festivais por dia. E nós decidimos começar a fazer esse tipo de festival com essa empresa. Tínhamos sempre um rancho do concelho, um rancho português de fora do concelho e depois os ranchos estrangeiros. Tivemos aqui ranchos como nunca se viu da Polónia, Itália, França e até tivemos um rancho Chinês” (Paulo Castro).

Na organização deste evento estiveram envolvidos para além do Paulo Castro, o Ernesto Gonçalves, o Fernando Gonçalves e o Gomes (na qualidade de presidente da direção), e quando o organizaram, pela primeira vez, tiveram algumas dificuldades:

“O primeiro ano foi um bocado difícil porque aconteceu muito depressa. Eu tive conhecimento através desse senhor muito tarde, sobre quando podia ser o festival. Eles como punham cá o rancho só durante

um mês, nós tivemos pouco tempo e tivemos que arranjar muitas coisas porque a CRACS não tinha nada” (Paulo Castro).

Dado que os ranchos eram contratados por uma empresa que se encarregava de praticamente todos os detalhes de logística inerente aos ranchos (deslocações, alimentação, etc.), o grupo organizador teve que se preocupar com a angariação de fundos para o pagamento a essa empresa e com a logística no interior da coletividade (palco, cadeiras, funcionamento do bar, etc.), como nos relatam Fernando Gonçalves e Paulo Castro:

“Sabia que tinha que se pedir dinheiro e na altura quem estava mais por dentro e quem conseguiu movimentar mais dinheiro e arranjar mais dinheiro foi o Paulo. Ele conhecia muita gente e arranjou muitos patrocínios. (...) Tivemos que arranjar palco, montá-lo, enfeitá-lo” (Fernando Gonçalves).

“Tivemos que alugar o palco, tivemos contactos com a rádio... Era sempre um fim-de-semana prolongado com muitas atividades e tivemos que dar muitas voltas. Na altura adquirimos muitos conhecimentos. Alguns dos artistas que atuaram eram nossos amigos, alguns deles até já frequentavam a CRACS como amigos e outros, nós através deles chegamos a outros lados” (Paulo Castro).

Como o primeiro festival foi um sucesso, decidiu-se formar “*uma comissão de festas permanente*” (Fernando Gonçalves), para organizar este tipo de eventos e outros como “*festas, torneios de futebol, etc.*” (Fernando Gonçalves). Esta comissão lançou-se de seguida na organização do 2º e 3º festivais de ranchos da CRACS, que aconteceram nos anos seguintes (em 1991 e 1992). Estes festivais foram um pouco mais elaborados que o anterior, envolvendo mais atividades e procurando melhorar o cartaz de artistas, organizando “*um fim-de-semana que teve festival de ranchos e uns grupos de rock*” (Fernando Gonçalves). Esta melhoria implicava a necessidade de cobrar entradas já que “*o primeiro foi livre*” (Fernando Gonçalves) e aumentar os patrocínios.

Foram 3 anos maravilhosos, nos quais as pessoas de Sousela e das localidades à volta tiveram acesso a momentos de enorme riqueza cultural, mas no 3º ano nem tudo correu bem:

“Ele deu prejuízo porque houve um erro que eu assumo, tenho que assumir, porque o que é que aconteceu, as pessoas prometeram o dinheiro e nós não o fomos buscar antes, fomos buscar depois. Isso foi assim porque nós chegávamos à beira das pessoas e eles diziam que davam e podíamos contar com x. E a gente ouviu daqui e acolá e até fizemos uma coisa maior, com mais espetáculos, mais artistas, mais tudo. E na altura nós só recolhemos parte do dinheiro, não chegamos a recolher todo. Quando fomos buscar, depois da festa, já não conseguimos tanto. E deu prejuízo. E na altura salvo erro deu 500 ou 1000 contos de prejuízo” (Paulo Castro).

“Foi um que falhou. Ele era, vamos amanhã, o amigo do meu pai vai dar 100 contos, o outro dá não sei o quê, outro dá não sei quantos... Chegou a hora, íamos às cobranças e as pessoas não estavam em casa, ele dizia que recebia depois e ao final aquele dinheiro não se viu... Por isso é que deu prejuízo e

muito! Aquele dinheiro não se viu... 600 contos ou mais. E foi mal negociado. Esse festival foi mal negociado” (Ernesto Gonçalves).



Figura 12 – Recordação do 3º Festival Internacional de Folclore

O terceiro festival foi um fiasco economicamente mas, em termos de variedade cultural e de participação das pessoas da coletividade e de fora desta, continuou a ser um enorme sucesso. De tal forma que a equipa organizadora ainda tentou lançar-se na organização de um 4º festival:

“No 4º nós estávamos a tentar organizar tudo outra vez e o Senhor João achou que (a parte económica cá vem outra vez) nós não devíamos gastar tanto dinheiro e tinham-lhe dito na câmara que lhe arranjavam os ranchos gratuitamente e quando ele me propôs isso a mim, ao Ernesto e ao Fernando Gonçalves, dizendo que os ranchos nesse ano iam ser gratuitos eu disse ‘olhe eu não participo, porque vai acontecer o que acontece em muitos lados, eles não vão aparecer’. E assim foi! (...) O 4º festival da CRACS, em Sousela, foi só com um rancho que veio da Póvoa, porque os ranchos estrangeiros não vieram” (Paulo Castro).

O 4º festival foi organizado pelo Gomes, com a colaboração da Câmara Municipal de Lousada, sem o apoio da empresa com a qual costumavam trabalhar nos anos anteriores e não correu bem. Aliás, não chegou a ser um verdadeiro festival porque só apareceu um rancho. Depois desta experiência terminaram os festivais de ranchos e algumas pessoas afastaram-se da mesma.

O Ernesto “tinha características que ajudavam muito mesmo”

O tempo em que o Ernesto esteve no bar da CRACS foi um tempo de bastante dinamismo na coletividade, impulsionado pela sua sensibilidade para as festas e para a cultura e são várias as pessoas que referem que ele tinha (e continua a ter) características especiais:

“Ele é um gajo muito cativante sabes e (...) é muito boa pessoa. Por exemplo, quem passa por lá muitas vezes é ... [um senhor alcoólatra] e ele não o pode ver lá encostado a um canto e com fome. Chama-o logo para a cozinha para lhe dar um prato de sopa e uma febra ou assim” (Lázaro Costa).

“e tinha características que ajudavam muito mesmo. Aliás se fores ao café dele tem taças como aqui, uma biblioteca, etc. Tem lá livros e até eu tenho levado para lá muitos. O Ernesto sempre teve assim umas ideias... Se calhar a CRACS será uma referência para ele. Porque as ideias que ele tem lá para o café são semelhantes. Ele entra em torneios” (José Gonçalves Pacheco).

Para além de gostar bastante da CRACS e da sensibilidade ao desporto e à cultura. o Ernesto criava um ambiente de acolhimento que o torna uma pessoa afável e cativante para todos. No entanto, enquanto ele esteve à frente do bar, apesar da dinamização de atividades que desenvolveu, foi também promotor de algumas divergências com a direção, devido ao seu dinamismo e, também, ao horário de funcionamento do espaço.

“Várias vezes me diziam que isto estava aberto toda a noite e não tinha lógica nenhuma, isto tinha que ter um horário. (...) Quem está assim toda a noite é no jogo. Houve uma altura em que tivemos de ir ao Porto, ao Governo Civil, e foi o Sr. Gonçalves que fez queixa. Estavam aí a jogar a dinheiro e não o deixaram jogar, ele fez queixa (...) e tivemos que ir ao governo civil responder, por causa do jogo” (José Gonçalves Pacheco).

A partir destes testemunhos é perceptível que estando o Ernesto no bar e com as suas características (melhores e piores) a vida da coletividade girava em torno dele e do bar da coletividade. Esta é uma diferença significativa em relação ao tempo do barracão, no qual a vida da coletividade girava em torno da participação de todas as pessoas nas atividades e nos processos de decisão.

3.2.7 “O Ernesto foi embora”

O bar da CRACS “*estava a trabalhar bem e eu fazia por isso, com as festas e outras coisas que organizava*” (Ernesto Gonçalves) mas existia uma dívida que tinha sido contraída no momento em que se mudou para a nova sede e que aumentou aquando do prejuízo com o festival de folclore. Apesar desta dívida não se evitaram as despesas e “*o ringue também foi feito (...) no tempo do prejuízo, aliás foi logo a seguir ao prejuízo...*” (Ernesto Gonçalves). O objetivo do Gomes ao fazer estas obras era rentabilizar mais o bar da coletividade para que se pudesse amortizar a dívida que a coletividade tinha para com ele de forma mais rápida, pois da exploração do bar e dos jogos da coletividade saía a quantia que a coletividade lhe pagava mensalmente. O Ernesto pela exploração do bar

“dava (...), eram 80 contos de renda e o bilhar era 25% para mim e 75% para a CRACS. O bilhar corresponde a todos os jogos. Então eu dava uns 120 contos à CRACS, todos os meses. E pelo menos 100 contos eles abatiam ao Gomes todos os meses. Quando eu entregava o dinheiro, o Lázaro passava logo o cheque para o Gomes” (Ernesto Gonçalves).

Dado que o objetivo das obras era uma maior rentabilização para a coletividade, quando terminou o “contrato” do Ernesto, foi aberta a convocatória para a exploração do bar. O hábito na coletividade até aquele momento era de *“quando se fazia as propostas se fosse preço por preço o antigo ficava”* (Ernesto Gonçalves). Mas o Ernesto, sabendo que estava em perspectiva uma maior rentabilização decidiu falar com o Gomes:

“E eu fui falar com o presidente e perguntei como era. E ele disse ‘Ó Ernesto, este ano, quem der mais um tostão que seja fica’. E aquilo fez-me mal, mas não lhe disse nada. “Tá bem, Gomes”. E comecei a dizer que ia dar cento e tal contos” (Ernesto Gonçalves).

Como é perceptível, o Ernesto não gostou da resposta da direção, mas teve que acatar. Anuncia, então, que vai propor de renda mais de 100 contos, mas acaba por propor apenas uma renda de 90 contos (mais 10 contos do que estava a pagar). Num meio pequeno onde todas as coisas são comentadas, os possíveis candidatos à exploração do bar, conheciam antecipadamente a proposta do Ernesto. Chegando ao dia da reunião e da decisão sobre quem ia explorar o bar:

“Estávamos [o Lázaro e o Gomes, ambos membros da direção no momento, juntamente com o José Gonçalves Pacheco] na direção (...) Eu confrontei-o com a possibilidade de não aparecer ninguém e ele disse que iam aparecer propostas. ‘Se não aparecer até nós temos a possibilidade de explorar o bar por nossa conta, é impossível que isto não dê 120 ou 130 contos por mês de lucro.’ Eu disse ó pá, tá bem, tu tens essa ideia, mas não contes comigo para isso” (Lázaro Costa).

A primeira proposta a aparecer foi a do Fernando Gonçalves; o Ernesto aproximou-se da sala da direção para entregar a sua proposta, em cima da hora marcada.

“Entrou aqui dentro desta sala e já tínhamos uma proposta aberta que era a do Fernando Gonçalves e ele mal entrou disse que nem valia a pena abrir o envelope dele e voltou outra vez para o bar trabalhar, porque ele ainda lá estava. Ele disse: ‘Não vale a pena abrir a minha proposta que a minha proposta é inferior, portanto eu vou trabalhar e vocês entendam-se aí.’ Entregamos o bar ao Fernando Gonçalves, infelizmente ele não tinha capacidade de poder cumprir o contrato” (Lázaro Costa).

Ganhou a proposta que oferecia uma renda mais alta pela exploração do bar, ou seja a do Fernando Gonçalves, de 100 ou 105 contos. Esta reunião e respetiva decisão foram alvo de muitos comentários, nomeadamente no que diz respeito à quantia pela qual foi trocada a exploração do bar, *“ouvia que todo aquele trabalho que o meu pai tinha feito ao longo dos tempos foi vendido por 500 escudos, que se fosse passado para hoje seriam 5 euros”* (Ernesto Filho). A verdade é que a proposta que ganhou foi por uma quantia bastante superior aos falados 500 escudos, mas as pessoas associaram a 500 escudos para se referirem a uma decisão que, para muitos, não foi bem tomada, ou não foi tomada para o bem da coletividade. Muitas pessoas associaram a saída do Ernesto à saída do José Neto e queixavam-se que a

CRACS tinha traído as pessoas que mais tinham dado à coletividade. Este sentimento foi alimento pelos acontecimentos que se seguiram:

“O Fernando Gonçalves que foi quem ganhou a proposta mais elevada na altura, veio para aqui e eu percebi logo. O Gonçalves tá tramado, a freguesia foi toda atrás do Ernesto e ele não vai ganhar para a renda, porque ele ofereceu na altura cento e tal contos e o Ernesto só 90, porque estava a dar 80 e ia dar mais 10 para melhorar um pouco a situação... Foi um fiasco ele ter ido embora, mas eu já sabia que ia acontecer isso. O Gomes pensou sempre que ele não tinha dinheiro para montar outro café, mas ele (...) montou primeiro na casa de fado e depois passou para baixo [montou um café maior a Varanda da Aldeia] e ficou ali. E aqui foi indo sempre abaixo” (Lázaro Costa).

Foi assim que o Ernesto saiu da CRACS e foi substituído por Fernando Gonçalves. A partir dessa altura, o negócio do bar diminuiu consideravelmente, tendo os clientes/sócios da coletividade passado a frequentar o novo café do Ernesto.

Enquanto lhe foi possível, Fernando Gonçalves procurou promover a CRACS e pagar a renda estipulada no contrato, no entanto, dado que muitos clientes/sócios mudaram de café, a rentabilidade do bar diminuiu consideravelmente e Fernando Gonçalves foi obrigado a deixá-lo. Depois dele foram várias as pessoas que exploraram o bar, sem sucesso. Esta crise teve como consequência a impossibilidade de abater a dívida que a coletividade tinha ao Gomes:

“estava programado que no ano 2000 ou 1999, ou assim, estaria a dívida saldada com o Gomes, porque? Porque o Ernesto todos os meses nos entregava mais de 100 contos... No momento em que o Ernesto foi embora do bar, nunca mais se recebeu o que ele pagava” (Lázaro Costa).

Com a saída do Ernesto, muitas pessoas deixaram de ir ao bar da coletividade e, ao mesmo tempo, deixou de haver a possibilidade de participarem nalguma outra atividade, o que acontecia até então. De facto, vindo todos os dias à coletividade, tinham mais hipóteses de se envolverem e de participarem na vida da associação.

Entretanto, dá-se também a saída de Lázaro Costa:

“Eu ia continuar lá depois da saída do Zé Neto. A mim chocou-me um pouco, mas pronto, foi ultrapassado e eu continuei. A parte que me fez retirar-me quase por completo da coletividade, embora goste da coletividade na mesma, foi quando nessa reunião aqui o Gomes me falou daquela maneira porque já sabia que vinha alguém apresentar uma outra proposta” (Lázaro Costa).

Depois de o José Neto se afastar da coletividade, agora era a vez de Lázaro Costa. São saídas significativas pois tanto um como outro eram sócios fundadores da coletividade, que tinham contribuído muito para a mesma enquanto lá estiveram.

O Gomes, permaneceu mais algum tempo na coletividade, mas “*não via a coisa a correr tão bem como ele pensava*” (Lázaro Costa) e “*começou a ver que não havia dinheiro*

para lhe dar e ele...” (Lázaro Costa) acabou por sair também sem ter recebido o dinheiro que lhe era devido, que ainda era bastante:

“Não sei contabilizar, mas ainda é muita massa. Ele depois, a certa altura, já me tinha dito: ‘eu vou abdicar dos juros, eu não preciso do dinheiro, portanto eu vou abdicar’. O programa do pagamento foi feito a computador, e dava até ao ano 2000 mais ou menos, ao entregar 100 contos por mês. A partir do momento que eu fui embora e o Pacheco também, nunca mais ninguém lhe deu cheque nenhum, portanto, deve-se muito em dinheiro ainda” (Lázaro Costa).

O Sr. João Ribeiro ou Gomes tentou dar à CRACS aquilo que podia, de acordo com a sua perceção daquilo que era melhor para a coletividade no entanto nem sempre foi bem entendido:

“Ele se calhar até fez um bom trabalho e tem agora o prejuízo. Mas isso se calhar levou ao afastamento de muita gente... A certa altura, a CRACS começou a ser mais um negócio do que uma coletividade: pagava-se os juros, pagava-se tudo, as pessoas começaram a perceber que aquilo era um negócio e não uma coletividade e um negócio nunca pode ser feito dessa forma” (Paulo Castro).

A determinada altura algumas pessoas sentiram que estavam a trabalhar para pagar uma dívida e, efetivamente, isso acontecia porque se devia dinheiro e tinha que se pagar, pois a quem se devia investiu na associação e assumiu a direção depois de a sua proposta ter sido votada e aceite pela maioria dos sócios presentes na assembleia. Talvez a sua ação, enquanto dirigente da CRACS, nem sempre tenha sido a melhor e na atualidade ele é bastante “crucificado”, porque esta teve muitas consequências que foram negativas para a coletividade, no entanto, deve ter-se em consideração que a diminuição da participação não se resume à ação do Gomes, tendo que se considerar aspetos mais gerais da evolução da sociedade e que as decisões que foram tomadas ao longo do tempo, foram aquelas que nos diferentes momentos pareciam ser as melhores e nem sempre se podem prever os resultados.

“Não sei se alguém se deu conta. Talvez não se dessem conta porque na altura era preciso fazer, (...) E depois as consequências foram essas. Estamos a trabalhar para que? Para fulano levar o dinheiro? De que interessa trabalhar? Se calhar depois as coisas foram por esse caminho por causa disso. Primeiro ninguém deu conta ou se alguém se apercebeu não disse nada, mas depois foi tarde” (Paulo Castro).

3.3 A CRISE ACENTUA-SE

O início do novo milénio traz consigo uma crise económica mundial, que se trava a vários níveis e de diferentes formas e Portugal não está alheio a ela.

“Em Portugal, que em Janeiro de 2002 entrara na moeda única, conseguindo o objetivo governamental de entrar no *‘pelotão da frente’* dos países que a introduziram, com o pretexto do cumprimento do

Programa de Estabilidade e Crescimento e da necessidade de diminuir o défice, seguiu-se uma política de forte contenção do investimento público e salarial” (Medina, 2008, p. 279).

Com as políticas desenvolvidas, de alguma forma impostas pela UE, o poder de compra e diversos direitos sociais têm vindo a diminuir, o que tem consequências na disponibilidade das pessoas para participar no movimento associativo, designadamente na CRACS, que também entra em crise.

Esta crise é percecionada de forma diferente pelos interlocutores de diferentes gerações. Para os mais velhos, a crise começou quando se mudou de instalações, pois a CRACS nunca mais foi o que era no “tempo do barracão”, transparecendo nos seus discursos um grande saudosismo desse período. Para quem não viveu essa época na coletividade, como Luís Leal, a saudade é referente ao tempo em que o Ernesto estava à frente do bar da CRACS:

“A minha infância, de começar a jogar à bola, foi aqui nestas instalações e foi onde eu comecei a perceber e conhecer melhor o que era a CRACS. A partir do momento ... em que sai o Ernesto da exploração do bar, a CRACS caiu 500%. Em todas as atividades, todas as formas de crescimento” (Luís Leal).

Mas, para além da crise, e não deixando de a sentir, o período que atualmente se atravessa na coletividade é também marcado pela presença de uma nova geração de dirigentes, que não conheceram a “época do barracão” nem alguns dos fundadores, e que, mesmo assim, têm um profundo desejo de que a CRACS seja de novo um centro de desenvolvimento da freguesia e um ponto de encontro das pessoas em torno de atividades diversas.



Figura 13 – Sede da coletividade atualmente

3.3.1 A crise do bar e da direção

Depois do Fernando Gonçalves sair do bar da CRACS, dado não conseguir cumprir o “contrato” que se tinha proposto, “*começou a balburdia, entrou um e outro e depois entrou o David, o Fernando Santos, etc., etc. Cada vez pagavam menos*” (Lázaro Costa) Havendo até pessoas que ficaram “*a dever dinheiro à EDP, telefone, etc. Tivemos depois que ficar nós a pagar aquilo tudo*” (Lázaro Costa).

A crise do bar, que começa com a saída do Ernesto, permanece ao longo dos anos e mantém-se atualidade, o que está relacionado com o reduzido número de pessoas que o frequentam e que frequentam a coletividade, contrariamente ao que acontecia no tempo em que o Ernesto o estava a explorar ou no “tempo do barracão”, quando o bar era explorado diretamente pelos sócios/dirigentes da associação.

À crise do bar, soma-se uma crise a nível da direção, que se aprofundou com a saída do Gomes e a incapacidade temporária de formar uma nova direção:

“Houve tempos que, de facto, não havia mesmo direção. Foi no fundo para colmatar essa falta que nós tentamos estar aqui... Manter um bocadinho a coletividade viva... Houve um tempo que o bar não tinha exploração, portanto, não havia receitas... E depois houve aí um desânimo um bocadinho acentuado” (Paulo Mendes).

As poucas pessoas que permaneceram tentaram manter a coletividade a funcionar, vivenciando uma experiência de associativismo completamente diferente da vivida noutros tempos. As Assembleias Gerais deixaram de se realizar durante algum tempo e a experiência de fazer parte da direção também passou a ser diferente, sendo esta constituída pelas pessoas que iam colaborando nas diferentes comissões.

“As coisas não funcionavam bem e um gajo como fazia parte da comissão também passou a fazer parte da direção. Era assim uma coisa, como ainda é agora. Há pessoas que passam a fazer parte da direção, depois saem e convida-se outras, não vai a assembleia nenhuma e ficam a fazer parte da direção” (Fernando Gonçalves).

Nas assembleias “*nunca havia muita gente a participar*” (Fernando Gonçalves) e o principal assunto a tratar “*era as contas, e às vezes alguns assuntos*” (Fernando Gonçalves), pois havia muito pouca atividade, ou quase nenhuma, e fazia-se apenas

“o que eu acho que foi essencial, que era manter a coletividade viva, porque a coletividade tem património que tem que ser preservado. Tem, por exemplo, o campo de futebol e há coisas sempre que é necessário acompanhar e nessa altura a direção centrava-se muito nisso” (Paulo Mendes).

Entretanto no bar, fonte fundamental de receitas e espaço de encontro, a um período de muita instabilidade, em que chegou a estar sem ser explorado, seguiu-se uma fase novamente mais estável quando António Gonçalves assumiu a sua gestão:

“E depois eu um dia, numa conversa com o Fernando Sedas que lá estava, e queria abandonar aquilo e não havia quem tomasse conta, eu disse que ia para lá. Depois falei com a direção (...) eles disseram para fazer as contas com o Fernando e ficar a pagar o que ele pagava, 35 contos por mês, foi assim que eu fui para ali e estive uns 10 anos (...) Eu fui o que estive lá mais tempo” (António Gonçalves).

Apesar de António Gonçalves permanecer na exploração do bar durante um período largo de tempo, o número de pessoas que o frequentavam (e frequentavam a coletividade) era reduzido, só tendo sido possível a sua permanência pelo facto de a renda ser baixa e de terem sido organizadas algumas atividades que lhe permitiam obter mais rendimento.

3.3.2 E agora? “Então tu não vês como é que isto está?”

Nos últimos quatro a cinco anos, a associação debate-se com a luta pela sobrevivência, não havendo muitas atividades. Com o passado como referência, os interlocutores desta pesquisa transmitem uma perspetiva negativa relativamente à coletividade, sendo que os encontros biográficos se tornaram, muitas vezes, em momentos de desabafo nos quais, com frequência, se criticaram as opções tomadas ao longo do tempo e as pessoas que nelas estiveram envolvidas.

A luta pela sobrevivência económica é um aspeto muito presente e exigente da vida atual da coletividade. A crise económica que se vive, faz com que as pessoas, individualmente, tenham menor capacidade para contribuir, o mesmo acontecendo com as empresas que no passado o fizeram. Neste momento, fazer face às despesas de manutenção da coletividade e ao mesmo tempo dinamizar atividades e promover o desenvolvimento da mesma, é uma tarefa difícil, que se agrava ainda mais quando a preservação do património exige a execução de obras. São desafios com os quais a coletividade tem que lidar numa época em que o Estado, a nível central e local, se demite de qualquer apoio a este tipo de associações.

Neste momento, a coletividade *“tem a escola de música, tem o futebol e, portanto, tem algum dinamismo nessas áreas. E há também outras festas que a coletividade promove e outras atividades que envolvem a comunidade”* (Paulo Mendes). A coletividade tem ainda o bar e procura desenvolver outras atividades na freguesia.

“A CRACS hoje é um café”



Figuras 14 e 15 – Café/Bar da CRACS na atualidade

O bar da CRACS foi tomando mais relevo no âmbito da história da coletividade depois de esta se mudar para a nova sede, com tudo o que isso implicou também a nível da direção. No “barracão”, o bar constituía apenas uma parte da coletividade; na nova sede, o bar começa a ter uma maior relevância, o que, também, pode ser explicado pelas características dos edifícios. No “barracão”, existia um espaço amplo central, a sala de espetáculos a partir do qual se acediam a todos os outros espaços, inclusive ao bar. Na nova sede, o bar tem acesso direto para o exterior e, portanto, as pessoas não precisam de entrar na coletividade para entrar no bar. Esta mudança teve um grande impacto pois o bar passou a ser o único espaço de convívio aberto a todos, já que as outras salas estão destinadas a outras atividades. Ao mesmo tempo, quando a CRACS muda de sede, o bar passa a ser explorado por pessoas “externas” à direção, o que pressupõe que a gestão tem como objetivo o lucro e, portanto, importa que as pessoas permaneçam no mesmo apenas se consumirem.

Deve salientar-se, no entanto, que nos primeiros anos na nova sede o facto de o bar estar aberto, permitia que outras áreas da coletividade também estivessem abertas e disponíveis para as pessoas as utilizarem. Ao longo do tempo, as áreas abertas foram sendo reduzidas, deixou de haver biblioteca e os baloiços foram eliminados, pois esse espaço era necessário para construir um salão de jogos. Por razões práticas e de segurança a área do ringue foi vedada e este deixou de estar aberto para o público em geral, acontecendo o mesmo com os balneários. Desenvolveu-se uma política de “defesa” do património, segundo a qual as diferentes áreas só estão abertas quando solicitadas aos membros da direção. Esta forma de estar não facilita o convívio e a permanência das pessoas na coletividade, visto que o único espaço aberto e público passou a ser o bar, o que leva as pessoas a referirem: *“A não ser o café o que é que se passa aqui?”* (Lázaro Costa).

As amizades são uma porta de entrada para a coletividade e o café/bar pode ser o espaço de convívio entre amigos, reconhecido como importante:

“Não é em torno do café é em torno da amizade. Mas as pessoas só vão para a coletividade se houver uma reunião ou assim. Nós se formos para um café e o café for de uma associação, estão lá os amigos, se houver alguma coisa as pessoas até participam. Agora ir de propósito...” (Fernando Gonçalves).

No entanto, nos últimos anos, essa não tem sido uma realidade efetiva na CRACS, dado que o café/bar é frequentado por poucas pessoas, o que também pode dever-se à evolução dos tempos pois, só para ir ao café, cada vez “*há mais oferta*” (Fernando Gonçalves), ou seja, há cada vez mais cafés, bares e discotecas.

“Não tem nada! Só tem o futebol e mais nada!”

“*Não tem nada!*” Foi uma frase referida por alguns interlocutores sobre o momento que se vive atualmente na coletividade. Mas esta asserção constitui uma visão redutora da situação que se vive pois, como é possível verificar, existe atividade. Uma das mais relevantes é o futebol, sendo a que concentra mais esforços e a que tem mais visibilidade.

Nos últimos anos a área do desporto tem vindo a ser dinamizada por Luís Leal (conhecido por Zel), que entrou para a coletividade a convite da direção “*para fazer parte e para tomar conta do desporto, que é o departamento em que eu estou responsável*” (Luís Leal). O Luís Leal, sendo um jovem que cresceu a “jogar à bola” na CRACS, formou-se na área do desporto e, logo a seguir, envolveu-se com a coletividade dinamizando esta área. Quando começou a envolver-se o que existia era uma equipa de futebol amadora e o Karaté, que funcionava da seguinte forma:

“Nós tínhamos a atividade do Karaté que estava a ser explorada de uma forma um pouco... esquisita. Porque era o [professor] que tomava conta dos alunos e não tinha ligação nenhuma com a direção da CRACS (...). Tinha as chaves autónomas da sala e fazia tudo como entendia. Pagava uma quantia irrisória à CRACS. A CRACS só recebia, não tinha motivação de tentar fazer crescer o número de praticantes e na altura só tinha dois. Eu falei com o [professor] e dei-lhe a minha opinião e a nossa ideia era tentar crescer o número de praticantes e baixar o preço. Fizemos durante um ano um compromisso, no qual oferecemos a todas as crianças da freguesia, de forma gratuita, a prática do Karaté, divulgamos várias vezes nas escolas e incentivamos à participação. Mas, nunca tivemos uma única criança que tenha vindo de forma gratuita para a prática de Karaté” (Luís Leal).

A sala onde funcionava o Karaté era exclusiva da modalidade e, a pedido do professor, não devia/podia ser utilizada para mais nenhuma atividade. Mas, como o Karaté não tinha muita adesão, foi decidido terminar com as aulas e a sala passou a ser utilizada para outras atividades, nomeadamente para apoio geral e como sala de aeróbica.

A aeróbica é uma atividade que se desenvolve duas vezes por semana, na qual participam apenas mulheres, que *“são sócias da coletividade e (...) pagam 13 euros por mês. No nosso meio somos o mais barato. Mas aqui chamar as pessoas, mesmo com preços baixos é complicado. A coletividade não pode suportar todos os custos”* (Luís Leal).

Relativamente ao futebol, nos últimos anos, Luís Leal tem desenvolvido um projeto envolvendo a coletividade, mas mais abrangente, que é o da AFAL (Associação de Futebol Amador de Lousada). Quando entrou na coletividade, o futebol era desenvolvido de forma muito amadora. No primeiro ano, tentou já formar uma equipa para participar nos torneios de futebol amador do concelho e conseguiu. Fruto desta participação, surgiu a possibilidade de tornar estes campeonatos amadores um pouco mais “profissionalizados”, ou seja, continuarem a ser amadores, mas com uma melhor e maior estrutura de suporte. Neste contexto, Luís Leal passou a ser o diretor da AFAL e a responsabilizar-se pelo campeonato, não deixando de continuar o seu trabalho na CRACS, embora desempenhando funções diferentes. Dado que o torneio de futebol amador do concelho de Lousada passou a ser mais organizado, pois a AFAL começou a funcionar, gerou-se um acréscimo de despesas que têm que ser suportadas pelas diferentes associações envolvidas no torneio. No ano transato essas despesas ascenderam aos 5000 euros:

“O futebol foi orçamentado, no princípio da época, para 5000 euros anuais. Neste momento está garantido. Recebemos de apoio externo da câmara 0 e da junta 800 euros de patrocínio para o futebol. Foi estipulada esta quantia para pagar aos árbitros. E depois recebemos de outros patrocinadores, o café Teles, café GACER, café do Ernesto, etc. A CRACS neste momento não injeta dinheiro - todas as verbas foram arrançadas pelo desporto para o desporto. A CRACS nunca colocou dinheiro de outras atividades para o futebol. Tudo o que o futebol trabalhou e angariou foi para o futebol, para cumprir os objetivos. Os jogadores tiveram também uma participação, também numa tentativa de serem mais responsáveis” (Luís Leal).

Neste ponto é importante estabelecer uma comparação entre as duas modalidades desenvolvidas na coletividade: a aeróbica não tem custos para a coletividade (excetuando os da luz e água dos balneários), as senhoras que participam têm que pagar e o monitor recebe uma quantia por aula; o futebol tem um custo anual de 5000 euros (mais as despesas de água e gás dos balneários e de luz que, no futebol, são acrescentadas pois os holofotes do campo gastam bastante energia), é uma atividade na qual os jogadores que participam têm uma colaboração mínima nos custos (pagamento dos exames médicos necessários e do seguro pessoal), que a coletividade, em conjunto com a AFAL, está a tentar que passem a ser assegurados pela Câmara, como contributo para este torneio e para todas as associações. Luís Leal justifica o

facto de uma atividade ser paga não tendo quase despesas nenhuma, e outra ter muitas despesas e não ser sujeita a contributo económico por parte dos participantes, referindo:

“O futebol é a única modalidade, neste momento, que nestes movimentos mais rurais consegue trazer pessoas para o movimento associativo. Seja participantes diretos seja o interesse de outras pessoas pela modalidade. E também traz pessoas de forma indireta, outras pessoas de outras freguesias que vêm à nossa freguesia. Por isso também tentamos integrar-nos numa organização externa, neste caso da câmara, para dar também uma imagem perante o concelho de nós próprios. Assim divulgamos a associação” (Luís Leal).

Deve salientar-se que a equipa responsável pelo futebol se encarrega, isoladamente, de angariar todos os fundos necessários para o desenvolvimento da atividade, estando a equipa

“bem organizada e tem uma estrutura toda direitinha. Já não há aquelas baldas como havia antigamente, porque também têm melhores condições. Tem jogadores e como é a própria associação que controla o campeonato que está a funcionar a nível de concelho e exige condições. Já não é assim à toa, porque os próprios jogadores se vê um amarelo tem uma multa e alguém tem que pagar, ou o jogador ou a coletividade” (Lázaro Costa).

Devido à participação no torneio da AFAL, o futebol na CRACS está bastante organizado, permitindo um trabalho sério. No entanto, muitos jogadores não são da freguesia: *“Metade ou mais de metade são de fora. Tem de Boím, de Lustosa, de Sobrosa... tem de muitos lados”* (Lázaro Costa).

A escolinha de música

A escolinha de música é o nome de uma atividade desenvolvida na coletividade por Ernesto dos Santos Gonçalves, filho de Ernesto Gonçalves e de Fátima Santos. O Ernesto cresceu no ambiente da coletividade, na época em que os pais exploravam o bar e, portanto, desenvolveu ao longo da sua vida uma relação afetiva com a CRACS, tendo muito boas recordações:

“A palavra CRACS era adquirida de uma forma alegre, curiosa. (...) E recordo-me das festas que se faziam e a forma como se faziam. As pessoas combinavam ou vinham propor-se: quando fizeres aquela festa conta comigo, ou então, olha vai ser preciso alguém para fazer os brasidos das febras? (...) E recordo-me mesmo de muita coisa, podíamos ficar aqui o dia todo a falar da CRACS. Recordo-me sempre de coisas muito boas...” (Ernesto Filho).

Enquanto criança, tal como Luís Leal, Ernesto dos Santos Gonçalves teve a oportunidade de assistir e participar em muitas atividades e ficou nele o “bichinho” da coletividade. Depois de o seu pai sair da exploração do bar ele também se afastou. Mais tarde, estava a dar aulas de guitarra no café do seu pai, quando recebeu um convite:

“do Zé [José Ribeiro] e com uma vírgula do meu pai dizendo: ‘Vê lá no que te vais meter, sempre te aconselhei, sempre te disse o que era. Tu sabes para onde vais, pelo menos pensa no que te disse.’ Eu vim para a CRACS há seis anos, a convite do Zé. Nunca estive cá antes e nem sequer interesse me dava porque havia uma nuvem muito cinzenta por cima do tema CRACS, na forma como o meu pai saiu e na forma como as pessoas olhavam para a forma como o meu pai saiu” (Ernesto Filho).

Com o convite de José Ribeiro, Ernesto dos Santos Gonçalves começou a dar aulas de música na CRACS, com algumas reticências do pai, pois a história da “traição” continua a marcar a coletividade. Não obstante, Ernesto dos Santos Gonçalves continua a sonhar que a coletividade possa voltar a ser um centro da vida social de Sousela e dá o seu contributo ao nível da música, pois

“Quando a música veio para cá não havia nada, nada mesmo. Eu acho que hoje em dia já há alguma coisa, pelo menos há vontade de fazer e tem-se feito, coisa que até agora não se fazia. Houve aí 15 ou 16 anos de vazio. Pelo menos o ter a vontade de fazer e o gostar de fazer, pelo menos agora existe” (Ernesto Filho).

A coletividade tem tentado dinamizar algumas atividades, lutando por sobreviver e aumentar a participação, sendo as aulas de música um contributo importante, dado que são a única atividade cultural agora realizada e está em crescimento:

“Olha, eu estou a pagar 50 euros por mês, 600 euros por ano de aluguer deste espaço e para pagar a luz. Além disso ainda faço 4 concertos por ano, as apresentações que falamos no início e esta dinamização cultural. Foi-me proposto um aumento na minha mensalidade e eu disse que era impossível. (...) Eu tenho 20 [alunos] agora mas já tive apenas 5. Já só tive 7 e a renda nunca me foi diminuída nem aumentada... A vida faz-se fazendo. Portanto, isto aqui é bom para a coletividade, não é bom para mim. Isto aqui não é bom para o Ernesto nem para a pessoa que vier para aqui, isto aqui tem que ser bom para a coletividade. (...) eu gostava, neste momento, e estou a pensar muito seriamente nisso que é criar 3 bandas, uma banda de rock, uma banda de música alternativa e uma banda com música tradicional pop. Ter três alternativas para que a escola de música CRACS se pudesse apresentar em 3 vertentes. E por si só trabalhassem individualmente e é isso que eu estou a trabalhar ao fim-de-semana, já há um grupo das 2 às 3:30 [RockCRACS] que tem um repertório muito bom. (...) E estamos agora a concluir o repertório de um grupo que, na sua maioria, são meninas, que têm entre os 13 e os 15 anos, para depois se apresentarem com o nome da coletividade e serem convidados para irem fazer intercâmbios com outras associações” (Ernesto Filho).

O funcionamento da escola de música da CRACS é peculiar, pois o Ernesto dos Santos Gonçalves recebe dos seus alunos entre 25 a 30 euros por mês, tem que pagar uma renda pelo espaço que ocupa e, além disso, tem que oferecer à coletividade três ou quatro concertos por ano. O espaço ocupado pela música é exíguo e insuficiente, de acordo com Ernesto, no entanto, a coletividade não tem mais espaço e não quer investir em obras para esta atividade. Para a realização dos concertos, a CRACS não possui um sistema de som, sendo

utilizado o sistema de som que comprou o diretor, o José Ribeiro, *“mas que é dele”* (Ernesto Gonçalves).

Apesar de tudo o que foi mencionado, Ernesto refere que a relação da coletividade com a música é “natural”:

“Em relação à música, a relação que a música tem com a coletividade é um ambiente natural. Posso dizer que é natural. Não vou dizer que é muito bom porque aí ia estar a mentir, mas também não vou dizer que é mau porque não o é. Eu digo que a relação é boa porque nós temos a liberdade de trabalhar com a nossa metodologia, o que dentro de uma associação não é fácil. A música tem a liberdade de trabalhar com uma metodologia própria instalada por mim, neste caso, e isso aí, por si só, já é muito bom” (Ernesto Filho).

Outras atividades

Para além do bar e das atividades regulares de que já falamos, são realizadas ainda algumas iniciativas esporádicas:

“Fizemos o dia mundial da criança com insufláveis e gastamos 600 euros, que é uma coisa que nunca se fez aqui, (...) e tivemos à volta de 100 crianças a participar nisso. Foi uma coisa muito bonita. Também fizemos sardinhas, o magusto, essas tradições costumamos fazê-las todos os anos. Depois costumamos fazer passeios e convívios” (José Ribeiro).

Relativamente aos passeios e convívios, esta é uma área que surgiu há poucos anos, mas que tem tido uma boa adesão de pessoas. Ao analisar os documentos mais recentes da coletividade foi possível verificar a existência de vários contratos realizados com agências de autocarros, relativos a diferentes passeios realizados, numa média de dois a três por ano, o que implica uma organização cuidada e trabalhosa, *“porque é preciso ir ver as camionetas, ir a casa das pessoas convidar, e é preciso ter tempo”* (José Ribeiro).

“Quando eu ouço críticas digo assim, olha vai para lá e faz melhor”

A situação atual da CRACS não é a melhor nem a mais fácil e nos testemunhos dos interlocutores existe muita mágoa e um olhar que incide essencialmente sobre as dificuldades. Mas, é importante ver também o lado positivo e valorizar o facto de, apesar de toda a história e de todas as dificuldades vividas, a coletividade ainda existir e ter atividade. Neste sentido, há três testemunhos muito relevantes para fazer uma leitura dos tempos que, atualmente, se vivem na associação:

“É evidente que nós estamos a falar de atividades que são desenvolvidas pelas pessoas de uma forma voluntária e, digamos, que o único interesse, ou o interesse maior é o bem comum ou promover a coletividade. Acho que é importante para a freguesia e para a comunidade este tipo de associações e coletividades que promovem o bem comum, em áreas diferentes, mas a coletividade desenvolve atividades que de outra forma, não teríamos. Na minha opinião isso tem muitas vantagens, desde logo,

uma relação próxima que as pessoas adquirem relativamente à comunidade, pois nós inserimo-nos numa comunidade e há pessoas que estão mais ligadas à terra e há outras menos, ou seja, que não se preocupam muito com aquilo que é a comunidade ou com as necessidades da sua comunidade. O facto de existirem atividades e essas pessoas participarem nelas, acaba por marcá-las e estabelecer aqui uma relação próxima com a coletividade e com a freguesia, com a comunidade” (Paulo Mendes).

“Vejo que funciona. A meu ver está a funcionar bem. Quando eu ouço críticas digo assim, olha vai para lá e faz melhor. Porque acho que não tenho o direito de criticar, tenho é o dever de vir para aqui e fazer melhor. Agora estar de fora a criticar não... Na minha maneira de ver entendo que está a trabalhar bem, está no bom caminho” (José Gonçalves Pacheco).

“As pessoas que lá estão, neste momento, são as pessoas mais importantes, porque nós temos que aproveitar o que elas aprenderam... E depois há uma coisa, elas fizeram o trabalho pior, de levantar. Elas podem não ter feito nada, podem as pessoas achar que elas não fizeram nada, mas fizeram um grande trabalho. A CRACS tem uma equipa de futebol, tem uma escola de música e está lá, trabalha. Se não fossem estas pessoas, se calhar estava de portas fechadas. E isso tem muito valor e não se pode pegar nessas pessoas que tiveram esse trabalho e deita-las fora, por amor de Deus. Se não fossem elas hoje, se calhar, estávamos a falar da CRACS como uma coisa que acabou” (Paulo Castro).

3.3.3 Perspetivas de futuro

O último aspeto a abordar neste capítulo da história da coletividade é o das perspetivas de futuro. Quando abordei esta questão com os interlocutores da pesquisa, estes foram muito vagos nas suas respostas - os que não estão envolvidos, não desejam voltar a envolver-se e os que estão envolvidos, estão pouco motivados. Existem, no entanto, dois aspetos que parecem ser importantes. Um deles prende-se com o processo de legalização e registo de propriedade da sede e dos terrenos da coletividade, tido como essencial para poder aceder a programas de financiamento do Estado ou da União Europeia, e o outro com a cobertura do ringue.

Convém ainda referir que, em Setembro, tomei conhecimento que a direção da CRACS se tinha demitido, ou não tinha voltado a candidatar-se nas eleições seguintes. Vários elementos decidiram sair e entraram outras pessoas. Nestas circunstâncias, temporariamente, o bar da coletividade esteve a ser explorado por membros da direção, sendo que, entretanto, terá sido já adjudicada a sua exploração a um outro casal que esteve a explorar o bar de uma outra associação, a GACER, durante vários anos.

CAPÍTULO IV – A CRACS: PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA

Depois de apresentar o percurso realizado pela coletividade vou procurar analisar a participação na associação e a sua relação com as aprendizagens realizadas. É importante especificar que, dada a limitação do número de páginas para esta dissertação, que já foi excedida, não irei trabalhar estas temáticas com a profundidade que elas merecem. Discutirei, portanto, estes aspetos de forma menos desenvolvida, adiando para outro momento o seu aprofundamento.

A relação entre participação e aprendizagens no movimento associativo é óbvia, dado que sem participação não há possibilidade de aprendizagens. Nesse sentido, no primeiro subcapítulo debruçar-me-ei sobre a participação, nomeadamente sobre as motivações que levaram os diferentes interlocutores a participar na coletividade e as razões que os levaram a abandoná-la. No segundo subcapítulo procurarei desocultar as aprendizagens realizadas pelos interlocutores, tendo em consideração as diferentes épocas vivenciadas na coletividade.

4.1 PARTICIPAÇÃO: “O QUE FOI NÃO VOLTA A SER...”¹⁶

Durante os primeiros anos de existência da CRACS, a participação das pessoas era elevada. Depois da passagem para a nova sede assistiu-se a uma diminuição da participação que se mantém, com altos e baixos, até à atualidade. Nestas circunstâncias, uma das grandes preocupações de praticamente todos os interlocutores desta pesquisa foi a da participação, questionando-se: acerca de como chegamos a esta situação (de pouca participação), do porquê de as pessoas não participarem e de como conseguir que haja mais participação.

A forma como a CRACS chegou à situação atual, foi apresentada no capítulo anterior, onde se traçou uma breve história da coletividade. No entanto, relativamente a questões como:

“O que faz agir os atores? Porque razão se associam em projetos comuns face a interesses que não são diretamente os seus? (...) as respostas são tudo menos óbvias e a questão está em aberto, até pela deficiência de pesquisas no domínio das formas de construção da ação coletiva” (Guerra, 2006, pp. 30-31).

Desta forma, e de acordo com a autora, embora assumindo que não há respostas imediatas para estas questões, pensar a participação na CRACS pode constituir-se num contributo para a reflexão sobre a construção da ação coletiva.

As principais preocupações dos elementos da CRACS prendem-se, essencialmente, com o que fazer e como fazer para que as pessoas participem. Esta é uma questão que não se

¹⁶ Da música: “O que foi não volta a ser”, letra de Tim, arranjo musical de Xutos e Pontapés;

resume à CRACS, mas que se discute noutros meios e a outros níveis, sendo uma preocupação em associações e entidades muito diversas.

As pessoas podem participar na CRACS de modos diversos:

- Como membro da direção, estando no centro da decisão da coletividade;
- Como membro de uma das secções (desporto, música, folclore, biblioteca, bar e sala de convívio), implicado na tomada de decisões sobre a secção;
- Participando nas aulas, atividades, etc., sem envolvimento na tomada de decisões;
- Frequentando o café/bar ou assistindo aos eventos.

Nas várias formas, o comprometimento com o desenvolvimento da ação da coletividade é diverso e, portanto, tem diferentes consequências a nível pessoal e coletivo. Ao mesmo tempo, a participação está, também, muito relacionada com o sentido que as pessoas lhe atribuem, bem como com questões relativas à disponibilidade, ou falta dela, e ao interesse na associação e nas suas atividades. Neste subcapítulo, a participação será abordada do ponto de vista das pessoas envolvidas nas duas primeiras formas apresentadas, dado todos os entrevistados terem estado, ou estarem ainda, envolvidos em processos de decisão. No entanto, refletir sobre a participação a partir dos discursos destes entrevistados permite igualmente equacionar as outras formas de envolvimento na coletividade.

4.1.1 A participação no tempo do “barracão”

O 25 de Abril, pondo fim à repressão da ditadura, foi um marco histórico fundamental na sociedade portuguesa em variados aspetos, nomeadamente no desenvolvimento da capacidade de iniciativa, que se origina a partir de pessoas com uma certa consciência social, mas que rapidamente se estende a muitas outras. É num contexto de forte iniciativa social, de promoção do exercício da cidadania e da democracia que a CRACS se forma, não sendo a motivação para a sua criação dissociável do momento político que se vivia. Pode até sustentar-se que o momento político e social promovia a formação desta e de muitas outras associações, porque estas não eram apenas um desejo individual das pessoas, mas sim desejos coletivos, incentivados e apoiados por diferentes instituições sociais e pelo próprio poder político. Como refere José Carlos Meireles *“Elas eram mesmo incentivadas pelos governos na altura, havia subsídios, etc.”* (José Carlos Meireles).

Não obstante o momento político que se vivia após o 25 de Abril, as associações formam-se devido a uma série de inquietações pessoais e locais. Sousela era, então, como já referimos, um meio rural, com poucos acessos a outras localidades, sem espaços onde as

pessoas pudessem encontrar-se, ocupar os tempos livres, ter acesso a bens culturais e onde a maioria das famílias tinha poucos recursos económicos.

Assim, não só a situação política do país como também a realidade local, tiveram uma grande influência na criação da CRACS, o que é perceptível ao analisar as motivações para participar referidas pelos interlocutores da pesquisa:

- Encontrar espaços de encontro e convívio com outras pessoas, especialmente para os jovens da freguesia:
 - “Era a única alternativa que tínhamos como juventude na época. Não havia mais nada na aldeia...” (Belém Neto).
 - “Eu entendi que estava a fazer falta cá na freguesia alguma coisa assim, porque não havia onde as pessoas se juntarem” (Lázaro Costa).
- Ocupar os tempos livres, de preferência em atividades estimuladoras e que proporcionassem crescimento pessoal:
 - “Naquela altura havia falta de cafés, havia umas tasquitas para beber vinho... mas um lugar onde a gente se pudesse encontrar, fazer teatro, etc., não havia” (José Pacheco).
- Participar em atividades aliciadoras do ponto de vista dos interesses das pessoas:
 - “Eu entrei no rancho, porque havia um rancho...” (Fátima).
- Ser um espaço de discussão política:
 - “Mas, na génese da CRACS, claramente, eu não tenho dúvidas em afirmar que é a política que lá está” (José Carlos Meireles)
 - Esta motivação deve ser pensada associada às “guerras” políticas que se disputaram na coletividade.
- O desejo de realização, colocando-se ao serviço da comunidade e promovendo o bem comum
 - “E nós vínhamos com ideias de gostar do associativismo que era uma peça muito importante para a dinamização humana” (José Gonçalves Pacheco).
 - “Pela juventude, pela vontade de fazer alguma coisa, pela vontade de ajudar as pessoas...” (José Neto)
- Existência de relações interpessoais de namoro e/ou amizade;
 - “Se eu já vinha antes, então quando comecei a namorar vinha muito mais depressa, que era para nos encontrarmos” (Fátima).
 - “Acho que a CRACS fez lá muito boas amizades” (Belém Neto).
- Um hábito adquirido:
 - “Foi exatamente assim, através dos meus tios. Eles convidaram-me e eu comecei a ir e depois é tudo uma questão de hábito” (José Carlos Meireles).
- O facto de estar na moda e ser um espaço de frequência habitual na localidade;
 - “E como era um pouco moda as coisas foram-se fazendo” (José Carlos Meireles).

A época do “barracão” foi um tempo de forte participação, no qual as pessoas espontaneamente aderiam à coletividade, começando pelos mais jovens. No entanto, e como foi perceptível através da história da coletividade, o início também não foi fácil, pois esta não era bem aceite por todos, nomeadamente pelos mais velhos. À medida que as pessoas foram compreendendo os objetivos e a ação da coletividade, foram-se entusiasmando e participando

cada vez com mais frequência e mais ativamente, até porque esta, através do José Neto, estimulava a participação e adesão de todos:

“Por exemplo eu ia lá a primeira vez e ele falava comigo para entrar como sócio. Mas a primeira coisa que ele fazia era pedir para convidar o avô, ou o pai ou o tio. Quando ele viesse outra vez à coletividade para trazer uma pessoa dessas. Para os ligar ali, para as pessoas verem que aquilo não era só comunistas” (Ernesto Gonçalves)

Nesta época, todos ou quase todos os membros da coletividade eram ativos pois, *“toda a gente participava, não era só eu. Toda a gente tinha trabalho: ou no teatro, ou no rancho, no grupo de música popular, etc.”* (Ernesto Gonçalves) Depreende-se, portanto, a partir destes testemunhos, que a participação estava fortemente relacionada com a forma como associação era gerida/organizada.

Convém especificar, neste quadro, o que se entende por participação, pois não diz respeito apenas à ação de ir à coletividade, mas também à forma como na mesma se criam as condições para que as pessoas participem.

De acordo com Berger (2004), o conceito de participação implica concebê-la:

“como devendo estar presente em todos os momentos e a todos os níveis de tomada de decisão da vida social. Consequentemente, participar passará a ser participar tanto na conceção como na elaboração e na realização e, como é evidente, também na avaliação e na reorientação das diferentes atividades. Nesta eventualidade, a participação torna-se efetivamente assunto de todos. Diria mesmo que toda a atividade social e humana se torna assunto de todos” (Berger, 2004, pp. 17-18).

Participar no movimento associativo significa, assim, ter uma ação a todos os níveis da associação, isto é, ter voz e vez em todos os níveis de tomada de decisão. Esta noção de participação, muitas vezes presente nos discursos nem sempre o está, efetivamente, nas práticas.

Berger (idem) salienta que para haver participação é necessário passar de um modelo hierárquico para um modelo de associação:

“O mundo político está fundado num modelo de tipo hierárquico, com sistemas de delegação, enquanto que a noção de associação supõe, passe a utopia, a possibilidade de cada um ser conceptualizador, elaborador, realizador, avaliador, juiz do que acontece. Nestas circunstâncias a participação torna-se simultaneamente um meio e uma finalidade da ação social. E aí, mais uma vez encontramos-la no movimento associativo: o movimento associativo mobiliza pessoas, visando um certo número de ações mas a sua razão de ser é, justamente, a associação de pessoas que constitui assim, ao mesmo tempo, um meio e um fim. Do que resulta que a participação se torna uma pedagogia e, simultaneamente exige uma pedagogia” (Berger, 2004, p. 18).

Ora, constata-se, com frequência, que nas associações a forma de ação se baseia num modelo hierárquico, o que contraria as lógicas do associativismo. Analisando a história da

CRACS é perceptível que, no “tempo do barracão”, o modelo de organização da coletividade era o de associação, defendido por Berger, no qual cada um dos elementos podia ser “*conceptualizador, elaborador, realizador, avaliador, juiz*” (Berger, 2004, p. 18) do que acontecia, pois as decisões eram participadas por todos, salvo alguns subterfúgios que eram publicamente denunciados (como a questão de se adiar a votação em algumas assembleias por forma a não estarem presentes as pessoas que votariam contra).

Apesar de a época do “barracão” constituir um tempo de bastante participação no sentido de participar efetivamente nos diferentes níveis e processos de tomada de decisão e da ação de vir à coletividade e às atividades por ela desenvolvidas, houve também pessoas que se afastaram, por motivos diversos:

- Projeto pessoal de vida que não se coadunava com a participação na coletividade:
 - “Depois de casar a vida foi outra. Já não podia ir, não dava” (Alfredo Gonçalves).
 - “Entretanto, a vida muda não é! Entretanto eu já estou aqui [em Penafiel – a cerca de 20 Km de Sousela], já estou a trabalhar, já começo a ter outras prioridades e entretanto tive necessidade de abandonar...” (Belém Neto).
- Sentimento de que foram cumpridos os objetivos da sua participação;
 - “E depois as coisas começaram a ficar equilibradas” (Alfredo Gonçalves).
 - “E entretanto apareceram outros, outros rapazes a tocar viola e tudo...” (Alfredo Gonçalves).
- Falta de tempo;
 - “Eu ia trabalhar e à noite chegava a casa e trabalhava no calçado e depois ia para a cama. Não havia tempo. Não ia deixar a mulher sozinha” (Alfredo Gonçalves).
 - “Foi quando comecei a trabalhar por minha conta. Deixei de ter tempo” (Belém Neto).

As causas para o afastamento destas pessoas não são propriamente motivações pois dizem respeito a circunstâncias de vida que têm como consequência o afastamento, sem que este tenha sido propriamente desejado. Alfredo Gonçalves, por exemplo, refere mesmo que, depois se ter afastado, continuou a pagar as cotas e, quando podia, até ia a algumas atividades.

4.1.2 A participação na mudança para a nova sede

Se durante o final dos anos 70 e início dos anos 80, havia uma forte valorização do movimento associativo cidadão, a partir de finais dos anos 80, isso deixa de acontecer, assumindo-se outras prioridades no plano político, económico e social, com profundos impactos na vida das pessoas e, também, na coletividade.

“A lógica da educação popular de adultos e a centralidade do movimento associativo serão objeto de uma profunda desvalorização e marginalização por parte das orientações políticas dominantes. As questões relativas à alfabetização, à educação de base e à educação popular da população adulta passaram a ser representadas, do ponto de vista das políticas públicas como matérias genericamente incompatíveis com o lugar idealizado e com o estatuto almejado para um país da Europa Comunitária, cujos maiores desafios foram identificados com a sua modernização económica e em termos de infra-

estruturas, com a eficácia e a eficiência da gestão pública e privada, com o aumento da produtividade, a internacionalização e a competitividade na economia.” (Lima L. , 2005, p. 40)

É neste contexto que a coletividade constrói a nova sede e se inicia o afastamento em massa de muitos dos seus fundadores, uns no início desta fase, acompanhando a saída do José Neto, e outros no final, acompanhando a saída do Ernesto.

Como foi possível perceber no capítulo III, esta fase inicia-se com um trabalho colaborativo muito forte, no âmbito da construção da nova sede. Quando esta estava quase pronta, foi necessário recorrer ao apoio económico do Sr. Gomes, que substituiu o José Neto como presidente da direção. A saída do José Neto, a par do contexto político que se vivia, tem consequências profundas na gestão/organização da vida associativa, que passa a ser desenvolvida com base num modelo mais hierarquizado (Berger). Este modelo é, simultaneamente, causa e consequência da diminuição da participação: causa, na medida em que proporciona menos envolvimento das pessoas e, portanto, menos identificação com a ação da coletividade; consequência, na medida em que a diminuição da participação faz com que haja menos pessoas disponíveis para colocar em prática o modelo associativo.

Ao nível das motivações para a participação, estas sofrem algumas mudanças, quando comparadas com o período anterior, em consonância com as transformações políticas e sociais que aconteceram e que têm impactos na disponibilidade das pessoas. Neste período, e em conformidade com o projeto de desenvolvimento, a nível nacional, em Sousela passam a existir mais acessos a outras localidades (tanto a nível de estradas, como a nível de transportes públicos – autocarros), o que facilita o acesso ao cinema, ao teatro, ao desporto, a espetáculos musicais, etc., ao mesmo tempo que muitas famílias passam a ter mais recursos económicos; começam, também, a aparecer e generalizam-se os primeiros telemóveis e a internet, o que abre para uma série de novas possibilidades.

As motivações para participar referidas pelos interlocutores prendem-se, então, com:

- O convite para a realização de uma tarefa concreta ou a resposta a uma necessidade da coletividade:
 - “Nós fomos convidados pelo Sr. João Ribeiro para fazer parte da CRACS a nível do desporto e nós aceitamos e fomos para lá” (Paulo Castro).
 - “Eu participei durante alguns anos na coletividade. Foi num período em que houve dificuldade em encontrar pessoas que quisessem assumir a direção” (Paulo Mendes).
- Relações interpessoais de amizade;
 - “Já tive mais do que uma vez vontade de deixar aquilo mas como não estava sozinho, e havia outras pessoas que estavam porque eu estava, e eu estava porque os outros estavam e assim... E um gajo fica assim meio preso. E tem a ver com as amizades e nós não queremos deixar as pessoas na mão” (Fernando Gonçalves).
 - E não saí há mais tempo porque nós às vezes assumimos uma coisa com alguém e acho que se deve cumprir até ao fim” (Fernando Gonçalves).

- Ser um hábito adquirido:
 - “Porque uns dos fundadores foram o meu padrinho e outros meus tios e eu sempre frequentei a CRACS. (...) Nós frequentávamos a CRACS desde muito novos, mesmo para fazer torneios de futebol e isto e aquilo” (Paulo Castro).

Como é possível perceber, nesta época, as motivações para participar já não dizem respeito a necessidades objetivas e imediatas de desenvolvimento da comunidade local, como acontecia no tempo do “barracão”, período em que era necessário dotar Sousela de algumas estruturas básicas que permitissem que as pessoas se encontrassem e se desenvolvessem culturalmente. Nesta fase, as motivações dizem respeito essencialmente à manutenção de uma relação de amizade pré-existente e à resposta a um pedido concreto que a pessoa sente que tem capacidade de responder adequadamente.

Sendo este um período de afastamento em massa dos fundadores da coletividade, as suas motivações para o fazer são também diferentes das que foram enunciadas no tempo do “barracão”. Enquanto, antes, as razões apontadas estavam essencialmente relacionadas com situações e projetos de vida pessoais, neste momento, para além dessas, são referidas outras:

- Viver longe da coletividade e projetos pessoais que não se coadunam com a participação:
 - “Claro que eu estou durante não sei quantos anos a morar em Sousela, mas quando casei fui viver para Aparecida e continuei ligado à coletividade e ia para lá quase todos os dias. Era um esforço brutal, sobretudo a partir de determinada altura porque (...) havia sempre coisas em que quase permanentemente pediam para eu estar e isso obrigou-me a um esforço grande. Estava a 15 Km de lá, fazia 30 Km por dia, e às vezes cheguei a fazer duas viagens, ir de manhã e depois ir almoçar e voltar de tarde” (José Neto).
 - “Há um tempo para tudo na vida e acho que chegou uma altura em que a gente tem outras opções ou encostou mais para um lado e começou a fazer outra coisa. A gente mudou um bocado o ritmo da vida” (José Gonçalves Pacheco).
- Sentimento de que foram cumpridos os objetivos da sua participação:
 - “Quando entendi que apareceu uma direção, que injetou dinheiro e começou a desenvolver o que nós não tínhamos conseguido ou iríamos demorar mais algum tempo porque não tínhamos dinheiro para injetar nem estávamos nessa disposição, eu entendi que estava em boas mãos e cada um seguiu o seu caminho. Acho que tinha feito um trabalho que, no meu entender, foi bom, as pessoas estarão para julgar, eu entendo que fiz o que era possível” (José Neto).
- Afastamento dos amigos:
 - “Acabamos por nos afastar todos, porque foi na altura em que saiu o Ernesto do bar” (Paulo Castro).
 - “Foi, no fundo foi isso. E no fundo há uma fase em que muita gente começa a afastar-se da CRACS, muitos casamentos se deram, as pessoas depois de casar deixaram de ir à CRACS. Muitos iam à CRACS para namorar e depois casaram e já não tinham interesse em lá ir.” (José Carlos Meireles).
- Divergências com a direção e/ou com outros elementos da coletividade;
 - “Foi feita uma adjudicação para uma obra aqui no ringue, sem eu ter conhecimento. A partir daí eu... É o tal poder: posso, quero e mando” (Lázaro Costa).
 - “Tinham sido uns anos a trabalhar nesse sentido e depois cheguei à conclusão de que ou eu não tinha trabalhado bem ou nós a direção não tínhamos trabalhado bem e não tínhamos conseguido transmitir isso, ou então.... E depois houve outras chatices, lembro-me de um espetáculo em que

era necessário ir arrumar a sala e cobrar a cada pessoa, tinha-se decidido em assembleia geral que aquele espetáculo era pago. Havia muitos espetáculos que nós fazíamos que eram gratuitos, mas aquele era pago para angariar fundos para a coletividade, já para a sede. E eu lembro-me de quase um confronto físico com um sócio que não queria pagar. Portanto isso entristeceu-me bastante e acabei por dizer que não estava para me chatear e que era altura de mudar. E entretanto acabei por sair” (José Neto).

- “Com a direção, com essas pessoas. Mas se tiver que falar com eles hoje falo, se tiver que fazer negócios faço na mesma. Passou... Só que eles não foram corretos e então eu vim-me embora. Quem perdeu mais foi a CRACS. Nessa altura, foi a associação, as pessoas em si e ele” (Ernesto Gonçalves).
- Decisões tomadas em assembleias gerais, ou por elementos da direção, que não se coadunam com o pensamento da pessoa:
 - Contexto do afastamento do Ernesto e do Zé Neto
- Perda de interesse por ter terminado a atividade na qual participava:
 - “E o conjunto que a gente criou entretanto desapareceu” (Alfredo Gonçalves). O Alfredo depois do primeiro afastamento tenta voltar à coletividade nesta época, mas a participação não tinha o mesmo sentido.

Nesta fase da vida da coletividade, os interlocutores deram muita relevância às razões para o seu afastamento, especialmente porque muitas pessoas saíram sentindo-se defraudadas pois, na sua perspetiva, a coletividade tinha traído os que a ela deram muito, o José Neto e o Ernesto. Não obstante o facto de muitas pessoas saírem em circunstâncias de rutura com a coletividade, a alteração dos projetos pessoais de vida e o sentimento de que os objetivos tinham sido cumpridos, foram também motivos apontados, ainda que o tenham sido apenas em relação ao início desta fase.

4.1.3 A participação na atualidade

Como foi perceptível, ao longo dos últimos 40 anos ocorreram mudanças profundas em Portugal e no mundo no plano social, político, económico e laboral, o que implica que

“Os Estados e as sociedades estão actualmente dominados pelas lógicas dos mercados financeiros globais, os quais escapam às formas clássicas de regulação efectuadas pelo poder político. Com efeito, ao longo das últimas três décadas o poder político passou a ser dominado pelo poder económico e financeiro e, conseqüentemente, os cidadãos foram transformados em meros clientes e consumidores.” (Ferreira, 2011, p. 138)

As lógicas de organização da vida social são profundamente influenciadas pelas alterações referenciadas por Ferreira, tendo como conseqüências, entre outras, vivermos numa sociedade onde foi promovido o consumismo e o individualismo. As pessoas passaram a ter maior capacidade de aquisição de bens, que não estavam disponíveis antes, o que faz com que a disponibilidade para sair de casa seja menor, pois *“se eu estou em casa e tenho tudo, para que vou sair de casa? Há pessoas que pensam assim”* (Adrião Paulo). A maior capacidade de aquisição de bens ou serviços promove lógicas de ação individual de duas maneiras: por um

lado porque as pessoas têm em casa quase tudo e não têm necessidade de sair; por outro lado porque “produz” uma série de exigências, que não existiam antes, tanto a nível económico como a nível intelectual:

“Eu vivo neste tempo, não vivi no outro, mas tenho ideia de que antigamente as pessoas viviam de forma mais simples. Hoje em dia há uma exigência muito grande sobre as famílias e sobre os filhos. Hoje em dia a ideia que se passa na comunicação social, e que nós sentimos, é que os filhos estão na escola e eles têm que ser bons. É que se não são bons não têm trabalho. E há aqui uma exigência muito grande. E isso faz com que as pessoas, que já estão tão absorvidas por essas exigências, que a muitos não sobra tempo para o associativismo. E acho que isso é uma razão muito forte.” (Adrião Paulo)

Estas lógicas de ação humana implicam que os cidadãos se passem a situar como consumidores e clientes em todos os contextos. Ora, um consumidor não participa, consome! Na CRACS, no pós 25 de Abril, todas as pessoas participavam em tudo e, portanto, os sócios eram militantes (no sentido de que participavam ativamente, lutando pelo desenvolvimento da ação da coletividade). Na atualidade, muitas pessoas que frequentam a coletividade, fazem-no numa relação de cliente, não se implicando com a ação. Isto está patente, por exemplo, nas aulas de música ou nas aulas de dança, que são pagas pelos participantes. De modo semelhante, também os responsáveis por algumas atividades recebem algum tipo de compensação financeira pelos serviços que prestam (o que não pode ser desligado da situação de desemprego ou emprego precário em que muitos jovens, e não só, se encontram). Houve, portanto, uma mudança da situação de sócio/militante para uma de cliente/prestador de serviços. Esta transformação tem consequências, nomeadamente na organização/gestão da coletividade, que continua a ser muito hierarquizada (Berger).

O facto de a organização/gestão da coletividade ser realizada de forma hierárquica pode dever-se à situação económica e política do país e ao deficit de participação, mas também à falta de consciência sobre a lógica subjacente ao associativismo cidadão, que foi referida no capítulo I desta dissertação, e que era o modelo de ação no tempo do “barracão”.

Atualmente, as motivações dos interlocutores da pesquisa para participar estão em consonância com algumas das referidas nas épocas anteriores:

- Convite feito por familiares ou amigos que participam na coletividade:
 - “Desde os primeiros anos de infância, de vir às festas, principalmente com o eu pai, ao circo e depois nas atividades de futebol cá realizadas, não de forma constante, mas mais na parte do verão e algumas atividades que foram feitas com ligação com a escola, nós tínhamos algum conhecimento e então participamos” (Luís Leal).
- O desejo de realização, colocando-se ao serviço da comunidade, promovendo o bem comum:

- “O que me moveu foi pôr em prática aquilo que estava a aprender na escola, fazer um bocado pela CRACS na parte desportiva” (Luís Leal).
- O convite para a realização de uma tarefa concreta:
 - “Posteriormente fui convidado para integrar e coordenar uma atividade principal, que era o desporto” (Luís Leal).
 - “e o Zé faz-me o convite para a escola se deslocar aqui para a CRACS, dado que não tínhamos espaço lá em baixo” (Ernesto dos Santos Gonçalves).
 - “Eu participei durante alguns anos na coletividade. Foi num período em que houve dificuldade em encontrar pessoas que quisessem assumir a direção (...) Não foi nada por aí além, mas dei o meu contributo nesse período com o objetivo de manter a coletividade viva” (Paulo Mendes).
- Relações interpessoais de amizade;
 - A CRACS representa muito para muita gente. E como eu conhecia essas pessoas e convivia habitualmente com as pessoas aqui da coletividade, na altura havia a necessidade de pessoas para ajudar e eu dei o meu modesto contributo” (Paulo Mendes).

Apesar das motivações para a participação na associação estarem, nesta fase, em consonância com as da fase anterior, nota-se alguma evolução no processo, nomeadamente no que diz respeito ao desejo de desenvolvimento de atividades específicas, designadamente as que implicam colocar em prática o que se aprendeu na escola/curso – caso de Ernesto dos Santos Gonçalves e de Luís Leal (entre outros), jovens que colocam ao serviço da coletividade as aprendizagens realizadas nas suas áreas de formação.

As razões agora apresentadas para o afastamento são as seguintes:

- Desmotivação face à falta de participação da comunidade local:
 - “Eu acho que as pessoas estão ali, trabalham para a comunidade e por fazer alguma coisa e as pessoas não ajudam, não contribuem, não participam. Mesmo depois disso fizemos muitas coisas às quais apareciam meia dúzia de pessoas” (Fernando Gonçalves).
 - “As pessoas desta terrinha acho que não merecem que se perca muito tempo a fazer nada para elas” (Fernando Gonçalves).
- Um certo ambiente de intriga e de “coscuvilhice”:
 - “As vezes tu achas que estás a fazer a coisa certa e as pessoas falam nas costas e eu não gosto disso” (José Ribeiro).
 - Eu gosto muito disto e vai-me deixar pena. Se eu sair daqui vai-me deixar muita pena, e tenho outras pessoas que se eu sair daqui também vão embora, não vão continuar aqui, uma delas é o Ernesto. Se calhar a escolinha de música acaba logo. Mas vejo que há pessoas um bocadinho, desculpa o termo, olham muito para o umbigo delas e não têm aquela disponibilidade como eu tenho.” (José Ribeiro)
- Divergências com a direção e/ou com outros elementos da coletividade;
 - Nós antes já tínhamos tido algumas iniciativas para colaborar com quem cá estava mas nunca nos foi possível. (...) viemos ter uma reunião com os elementos da direção da altura e propor a nossa integração e a nossa ajuda para colaborar em algumas atividades e essa situação foi-nos negada na hora” (Luís Leal)
- Decisões tomadas em assembleia geral ou por elementos da direção que não se coadunam com o pensamento da pessoa;
 - “Claro que gostava, mas chegaram os mete nojo destes diretorzicos e prontos. Pensaram que isto era um mundo, tiveram que correr comigo para ver se conseguiam mais dinheiro de renda, mas afinal estragaram foi tudo” (António Gonçalves).

Nesta época, os principais motivos para o afastamento da coletividade já não são divergências pessoais, ainda que estas continuem a existir. Devido à forma como, no passado, várias pessoas se afastaram da coletividade, passou a pairar uma “*nuvem negra*” (Ernesto dos Santos Gonçalves), que impede algumas pessoas de participar e trabalhar num projeto comum com outras. Nota-se que existe uma ferida aberta, associada à sua participação e à história da CRACS, que ainda não foi totalmente curada. Esta ferida por sarar tem consequências a nível da criação e manutenção de um certo ambiente de intriga e “*coscuvilhice*”, pois as pessoas não estão satisfeitas com a situação da CRACS e, por várias razões, não se envolvem nem participam, lembrando, com saudade, o tempo do “*barracão*”.

4.2 “APRENDEMOS MUITO, ENTÃO NÃO APRENDEMOS!”

Partindo do percurso histórico da CRACS, é possível afirmar que esta é um lugar de criação de laços de amizade, de diversão, de ocupação dos tempos livres, de conversa, de desenvolvimento de atividades interessantes e, também, um lugar onde se vivenciam muitas experiências e onde ocorrem aprendizagens. A CRACS tem-se constituído como um espaço educativo particularmente significativo, no interior do qual, através da ação e na ação, tomando a iniciativa, arriscando e errando, muitas pessoas aprenderam, formaram-se e transformaram-se. Como afirma Belém Neto, “*houve erros que lá se cometeram, que se tivesse a experiência que tenho hoje provavelmente não se teriam feito*” (Belém Neto), o que significa que a participação no movimento associativo encerra, em si mesmo, potencialidades educativas. Assim, é necessário estudar estas situações

“não a partir de qualquer intencionalidade educativa, mas em função da influencia e dos efeitos educativos que originam, reconhecendo que muitas atividades da vida quotidiana, cujo objetivo não era educativo, provocam nos seus participantes mudanças nos conhecimentos, nas capacidades e nos comportamentos, decorrentes da aquisição de conhecimentos na ação e da capitalização das experiências individuais e coletivas” (Medina, 2008, p. 332)

Neste subcapítulo procura-se dar visibilidade a situações educativas vivenciadas na CRACS, seja através da participação na atividade geral ou em atividades específicas, que deram origem a uma grande diversidade de aprendizagens experienciais.

4.2.1 As aprendizagens no “tempo do barracão”

“As experiências de transformação das nossas identidades e da nossa subjetividade são tão variadas que a maneira mais geral de as descrever consiste em falar de acontecimentos, de atividades, de situações ou de encontros que servem de contexto a determinadas aprendizagens” (Josso, 2002, p. 32).

Os interlocutores desta pesquisa tiveram alguma dificuldade em explicitar aprendizagens decorrentes da sua participação na coletividade pois, para a grande maioria, o lugar onde reconhecem que se aprende ainda é predominantemente a escola. Concebem, no entanto, que foram aprendendo ao longo da vida e na associação, mas isso não é tido como verdadeiras aprendizagens ou, pelo menos, como aprendizagens ao nível das realizadas na escola. Apesar disso, relatam uma série de acontecimentos, atividades, situações, encontros que se instituem como momentos de transformação pessoal e onde assumem ter realizado aprendizagens, atribuindo-lhes, portanto, um caráter educativo.

No tempo do “barracão”, a par de uma atividade geral muito intensa em que muitos participavam e que permitiu aprendizagens transversais particularmente significativas, a coletividade estava organizada em diferentes comissões que desenvolviam a sua ação nas respetivas áreas (teatro, folclore, bar, biblioteca, música e desporto), o que permitiu, também a realização de aprendizagens mais específicas e particulares. Neste ponto começo por referir estas últimas, abordando quase exclusivamente as que foram salientadas nos testemunhos em que as pessoas falaram da sua participação nas diferentes comissões e termino com as referências às aprendizagens decorrentes das atividades em que todos participavam.

Aprendizagens na comissão de Teatro

A comissão de teatro foi uma das primeiras a ser organizada, visando “*não só orientar como educar*” (José Neto), o que reflete bem a importância atribuída ao teatro como forma de potenciar a formação/educação de cada pessoa. A primeira peça de teatro representada na coletividade foi escrita pelos próprios elementos desta comissão:

“Sim, nós fizemos umas reuniões em que escrevemos essa peça. Estávamos próximos do Natal (...) Então a nossa primeira peça de teatro foi escrita por nós, em reunião (...) E nós estávamos lá nas carteiras, juntávamo-nos e íamos dando palpites. Nós fizemos duas ceias de Natal: a ceia de Natal do rico e a ceia do pobre e fizemos os próprios diálogos e depois fizemos as duas ceias em palco. Inclusivamente, houve uma coisa muito castiça que ainda me lembra hoje, nós pusemos a arder mesmo a lareira e as batatas a cozer. Até escoamos as batatas a ferver e tudo lá no palco. Isso foi a primeira peça de teatro que nós fizemos” (Belém Neto).

A experiência de escrever uma peça de teatro foi muito significativa e, ao mesmo tempo, alvo de reflexões e críticas pois, sendo as pessoas “*coordenadas pelo Zé [José Neto] e o Zé era o chefe do MRPP em Sousela, havia conotação entre essa célebre peça de teatro e a política. Aquilo era uma tentativa de transmitir as ideias*” (José Carlos Meireles). Podendo a tentativa de transmitir ideias ser uma das motivações para a realização da peça, ao mesmo

tempo era alvo de problematização, o que permitia desenvolver uma consciência crítica da ação.

O facto de se juntarem e escreverem uma peça é extremamente significativo, pois muitas destas pessoas nunca tinham sequer visitado uma sala de teatro nem assistido a uma peça. Ao mesmo tempo, toda a logística inerente à apresentação da peça, como por exemplo, o cenário, teve que ser desenvolvida pelos elementos da comissão, o que obrigou a uma grande criatividade, que é perceptível quando Belém Neto refere que cozeram as batatas no palco. Portanto, as funções de cada um iam sendo definidas de acordo com as necessidades imediatas e de forma improvisada

“Na altura foi feito tudo por improviso. Mais tarde, quando nós fizemos “O Mar” tivemos a ajuda do senhor Vitorino, que era uma pessoa já muito avançada no teatro em Freamunde... Foi ele que ensaiou connosco, mas as outras não, nas outras foi tudo por improviso e como nós íamos entendendo.”
(Belém Neto)

No princípio, as pessoas aprenderam a fazer teatro, fazendo e, embora mais tarde tivessem ajuda, foi sempre uma atividade muito amadora.

A experiência de fazer teatro foi, para alguns, mais exigente, pois tinham “*muitas dificuldades por causa das palavras*” (Ernesto Gonçalves). Então foi necessário estar várias “*noites com o Vitorino de Freamunde, que era o ensaiador, só para ele nos ensinar a falar. Não tínhamos contacto com elas. Podíamos ter ouvido e falado, mas não há aquele contacto de domínio da palavra*” (Ernesto Gonçalves). Assim, para além da experiência de ser ator e de desenvolver todas as ações necessárias para a apresentação de uma peça ao público (o que implica também desenvolver a capacidade pessoal de enfrentar um público) o teatro possibilitou ainda o desenvolvimento da capacidade de expressão.

Aprendizagens na Comissão de Folclore

Durante algum tempo existiu na coletividade um rancho folclórico, no qual as pessoas aprenderam a dançar, como refere Fátima Santos: “*Sim, claro que aprendi a dançar. Com os meus 14 ou 15 anos que é que eu sabia dançar? Não sabia dançar nada!*” (Fátima Santos).

As aprendizagens a partir da participação no rancho folclórico não se resumem a aprender a dançar. É necessário conhecer as roupas, as músicas, entre outros aspetos que, ao serem debatidos em conjunto, proporcionam a ocorrência de aprendizagens.

Aprendizagens na Comissão do Bar

Houve uma época em que o bar da coletividade era explorado pelos sócios e estes tiveram que aprender a geri-lo e exercitar-se a tirar cafés, a fazer trocos, a servir à mesa, a fazer encomendas e compras, etc., ao mesmo tempo que desenvolveram um grande número de competências no que se refere às relações interpessoais e à gestão de conflitos.

“Eu fiz muito tempo serviço e vinha lá de baixo de Sousela cá para cima, para fazer o serviço até à meia-noite ou meia hora. Eu sempre estava lá, praticamente, mesmo que não estivesse de serviço vinha na mesma. E aquilo era mesmo muito frequentado, mais do que qualquer café agora. Havia muito movimento, não era só estarmos ali a olhar uns para os outros e a ver televisão... Nem televisão havia, só houve mais tarde...” (Lazaro Costa)

Ainda que trabalhassem de forma informal, no processo de manter viva esta fonte de rendimento da coletividade as pessoas fizeram coisas que nunca tinham feito e muito diferentes das realizadas nos seus contextos de trabalho.

Aprendizagens na Comissão de Biblioteca/Sala de Leitura

A comissão da biblioteca/sala de leitura tinha a responsabilidade de disponibilizar às pessoas os livros existentes o que, no contexto em estudo, era importante pois poucas pessoas tinham acesso a livros e hábitos de leitura.

“Um dos aspetos que nós quase não falamos, mas era pretensão minha desenvolver a vontade de as pessoas lerem, criar uma biblioteca e criar uma vontade de as pessoas lerem. Só não se punham mais livros... também os livros não eram tão apetecíveis porque eram caros e não havia muitos” (José Neto)

“E tinha biblioteca, houve pessoas que começaram a ir ler. Eles incentivavam as pessoas a ir ler.” (Ernesto Gonçalves)

Para além de a CRACS garantir de alguma forma o acesso aos livros, também se procurava incentivar as pessoas a ler e havia tempos e espaços onde era possível discutir e dialogar com outras pessoas sobre o que foi lido e/ou esclarecer dúvidas com quem tivesse mais conhecimento sobre os mesmos.

Aprendizagens na Comissão de Música

A comissão da música tinha uma sala onde funcionava “*um grupo de música que tinha uma bateria e alguns instrumentos mais como guitarras... mas isso não era propriamente uma escola de música*” (José Neto). Portanto, a comissão de música não pretendia, naquela altura, ter uma escola de música, mas constituir-se como um grupo informal que desenvolvia a música na coletividade, pois “*havia várias pessoas que já tocavam, como eu e outros*” (José Carlos Meireles). Nos momentos em que se juntavam, começavam a tocar juntos e “*aquilo era uma espécie de escola de música*” (José Carlos

Meireles), ou seja, na medida em que praticavam juntos e partilhavam, esses momentos instituíram-se como escola de música. A determinada altura “*quando havia festas da CRACS nós ensaiávamos em grupo. Juntávamos um grupo e não éramos sempre os mesmos. Havia alguns que eram sempre os mesmos, mas outros não*” (José Carlos Meireles).

Aprendizagens na Comissão de Desporto

A ação da comissão de desporto fazia-se essencialmente através do futebol, no entanto, foram desenvolvidas também algumas atividades de atletismo.

O futebol sempre foi uma atividade com elevado potencial de agregar pessoas e que tem sempre bastante participação, especialmente de público masculino. Na CRACS, no tempo do “barracão”, era praticado de forma amadora, sendo que os rapazes aprendiam a jogar futebol jogando, o que para estas pessoas “*não tem grande ciência*” (Lázaro Costa). Ao longo do percurso, alguns foram-se revelando e instituindo como treinadores, sem que para isso tivessem qualquer formação prévia. A sua prática permitiu-lhes ter consciência de como desenvolver o papel de treinador de futebol e, no processo de treinar, foram desenvolvendo as suas competências para esta tarefa, como refere Lázaro Costa:

“Quem praticou desporto e acompanhou sempre de perto o futebol, principalmente, sabe como é que há-de gerir uma equipa. Só se for um que não perceba mesmo nada. Sabe que se está a perder sai um defesa e mete um avançado, ou avança um pouco um com tendências atacantes, só assim se resolve. Se estiver a perder não vai meter mais um defesa e tirar um avançado, só se estiver a perder por muitos. Isso não é muito difícil, é preciso é ter sorte e ter jogadores” (Lázaro Costa).

Para além da experiência de jogar futebol e de ser treinador, os torneios eram uma atividade muito importante. A organização destes vai-se desenvolvendo à medida que se participa noutros torneios e à medida que se vai colaborando na organização dos da própria coletividade.

“Bastava só pôr um edital, ou um anúncio a dizer que a CRACS organiza um torneio de tantos a tantos e as inscrições começam dia tal e acabam dia tal. E as pessoas apareciam, pelo menos os arredores... Então não sabíamos? O calendário era fácilimo. Nós os da comissão organizávamos. Todos entendiam mais ou menos do assunto. Era fácilimo” (Lázaro Costa).

“Mas isto funcionava assim: organizava-se e estava tudo combinado, todos os elementos tinham que ajudar e marcar campo, arbitrar jogos, pôr o equipamento em ordem, etc.” (Lázaro Costa)

As funções a desempenhar para a organização dos torneios eram várias e distribuídas pelos diferentes elementos da equipa, mas todos sabiam fazer tudo. A organização era muito intuitiva e iam-se resolvendo os problemas à medida que estes apareciam, sendo a comissão autónoma, como todas as outras, o que implicava assumir a iniciativa e a responsabilidade pela dinamização das atividades.

Aprender a participar

A explosão da iniciativa popular a seguir ao 25 de Abril foi complexa e fonte de aprendizagens muito profundas para todos aqueles que se envolveram a qualquer nível. Na CRACS, como em muitos outros lugares, a maioria das pessoas vivenciou, pela primeira vez, a experiência de criação e desenvolvimento de uma associação. Está patente neste processo de adesão e criação da coletividade uma dimensão pedagógica imediata, na medida em que há uma transformação das representações sociais e políticas das pessoas. Neste contexto, o início da participação ativa e regular

“como dirigente, (...), significa a entrada num mundo particular, orientado por determinados valores e princípios, (...), regido por regras e normas próprias, com uma cultura específica, com a qual as pessoas se identificam, que começam a conhecer com mais profundidade, que vão interiorizando e assumindo como suas” (Medina, 2008, p. 353).

A fundação da CRACS constitui um processo de pôr em prática o associativismo cidadão em Sousela, o que está muito patente na discussão à volta dos estatutos e de tudo o que era feito pela coletividade. Desta forma, para todos os que participaram nesta fase, tudo foi novo e, portanto, tudo foi uma aprendizagem:

“Ui, ficamos a saber como é que funciona uma assembleia, como funciona tudo” (Ernesto Gonçalves).

“As assembleias são para falarmos de todos os problemas da coletividade e para todas as pessoas entenderem todos os problemas da coletividade” (Alfredo Gonçalves).

“Eramos todos semi-analfabetos. Mas ali querias falar, tinhas que levantar a mão, apontava-se e depois era à vez.” (Ernesto Gonçalves)

“Por um lado, o espírito de a direção ser uma comissão coordenadora, tudo era pensado em conjunto, a maior parte das decisões eram feitas em assembleia geral, portanto, o povo é quem mais ordena. Era um bocado esse o espírito naquela altura e tudo foi feito um bocado nesse sentido” (José Neto).

“Era tudo afixado e depois de estar uns dias exposto no jornal de parede que fazíamos nós, como o que está ali agora, mas na altura era muito diferente. Tínhamos uma esferovite quadrada ali e nós íamos lá com pioneses e espetávamos os papelinhos. E ficava-se a saber tudo, não era nada camuflado, era tudo às claras” (Lazaro Costa).

Aprender a participar, implicava fazer aprendizagens a diferentes níveis de forma a participar efetivamente e, ao mesmo tempo, promover a participação efetiva de todos, o que nem sempre era fácil. Era necessário estar atento e refletir sobre os diferentes acontecimentos da vida da coletividade para encontrar novas formas de ação e de exercício da democracia. Se para uns foi mais fácil entrar na lógica da participação e ter iniciativa, vez e voz, para outros esse processo foi mais exigente, potenciando mesmo mais aprendizagens:

“Veio o Engenheiro José Carlos (sobrinho dos Duartes), e meteu-se como sócio e então sim, ele aí já começou a dizer aos Netos e aos tios que falassem Português. E ele pedia-lhes a eles que não falassem

apenas para os Netos e para os tios, para falar para as pessoas que lá estavam, a ver se as pessoas entendiam. Então aquilo começou a levar outro rumo” (Alfredo Gonçalves).

O facto de não entender muitas coisas que eram faladas nas assembleias, por um lado prejudicava a participação, pois durante algum tempo estavam apenas a ouvir sem perceber todo o conteúdo das discussões mas, ao longo do tempo, permitiu a realização de importantes aprendizagens. Neste particular, ressaltam-se as aprendizagens sobre política que foram muito significativas para muitas pessoas:

“Porque a gente não entendia nada de política, a gente sabia que não podia falar de nada antes do 25 de Abril. A gente não sabia nem sequer o que era um político. Antes não se podia falar. Era a censura, era a censura!” (Alfredo Gonçalves).

No contexto da formação da CRACS, a política ganha uma elevada importância a nível nacional, mas era algo novo e, portanto, foi particularmente marcante para as pessoas poderem discutir este assunto e a partir daí aprender.

Aprender a relacionar-se com os outros

A participação no movimento associativo é eminentemente relacional, até porque uma associação nasce da união de um conjunto de pessoas em torno de um projeto comum. Os outros são pessoas com quem se estabelecem “*relações significativas, empenhadas e marcadas por afetos, que dão sentido à intervenção*” (Medina, 2008, p. 373) e que são determinantes na opção que se faz de participar ou não. Os outros, são as pessoas que participam ativamente na coletividade, mas também pessoas da comunidade local que não participam, pessoas de outras associações ou instituições sociais (câmara, escola, etc.), e pessoas de outros locais que vêm à coletividade ou onde se vai, etc.

“Nós agora nem tanto, mas antigamente fazíamos convívios, jogos que eram mais convívio que outra coisa, porque nós jogávamos um bocadinho de futebol e tal, mas depois íamos mas é almoçar com as pessoas de outros lados. Iam famílias e tudo. Íamos para Espinho, Vila Real, íamos para muitos lados ... E ganhamos conhecimentos que sem a coletividade não seria possível. E aliás a coletividade foi um meio de comunicação da freguesia para outros lados. A freguesia não seria tão conhecida por outros locais do país, pelo menos aqui no norte, se não fosse pela coletividade” (Lázaro Costa).

Na miríade de relações que é possível estabelecer através da participação, os outros são

“Pessoas com quem se fala, discute, troca opiniões e modos de pensar, com quem se está de acordo ou em desacordo, com quem se partilha ideias, se analisa e reflete, que se influencia e por quem se é influenciado, num processo permanente de formação em que muitos outros estão presentes mesmo nos momentos em que um se encontra sozinho consigo mesmo” (Medina, 2008, p. 374)

Neste sentido, os outros com quem se relacionam são uma possibilidade de encontro com um novo mundo, no qual se pode aprender aos mais variados níveis.

Um aspeto importante na relação com os outros é o conflito, que na CRACS aconteceu a diferentes níveis, como foi possível constatar ao longo da história. Na medida em que o conflito obriga à explicitação dos diferentes pontos de vista é promotor de reflexão, ao mesmo tempo que possibilita o desenvolvimento da capacidade de aprender a lidar com os outros.

“Depois houve, como digo, determinadas coisas que aconteceram que era fruto mesmo da juventude. Acho que anos mais tarde já toda a gente via as coisas de maneira diferente. As pessoas eram capazes de ver coisas onde elas não existiam, a nível de pequenas quezílias que já nem me recordo bem, não posso dar exemplos. Saber lidar com as pessoas, acho que aprendi lá muito a saber lidar com toda a gente. Acho que isso foi muito importante e ainda hoje é. Acho que isso é o fundamental e acho que isso se começa a criar quando somos jovens. Saber lidar, saber compreender-nos uns aos outros. Acho que fiz isso lá muito bem e continuo a fazê-lo” (Belém Neto).

Aprender a conviver com os outros implica respeito, confiança, sinceridade, abertura, saber lidar com as qualidades e defeitos próprios e dos outros, gerir conflitos, entre outros aspetos.

4.2.2 Aprendizagens da mudança para a nova sede à atualidade

“Existem muitos períodos em que se verifica uma socialização mais intensiva (o primeiro emprego ou a mudança de emprego, a reconversão ou a promoção, o nascimento ou casamento dos filhos, a mudança geográfica, etc.), períodos sensíveis a que, aliás, pode corresponder a instauração de acções específicas de formação (adaptação ao emprego, reconversão, acção social ao nível dos bairros) destinadas justamente a facilitar a adaptação às situações novas. Esta socialização exerce-se, assim, nos meios mais diversos.” (Lesne, 1977, pp. 22-23)

O momento da fundação da CRACS e os primeiros anos de funcionamento da mesma constituíram um período de uma socialização mais intensiva e, portanto, foram momentos de socialização no decurso dos quais as pessoas se transformaram, adquirindo novos quadros de pensamento. O contexto social e político que se viveu, facilitava, como já constatamos a participação, mas também a ocorrência de situações educativas na medida em que estas surgem:

“muitas vezes associadas a processos de reivindicação, a projetos culturais e sociais, a melhoramentos locais, a dinâmicas de desenvolvimento comunitário, predominantemente a partir de baixo (da comunidade) para cima (para o Estado e a administração), numa perspectiva política e organizacional de tipo descentralizado e autónomo.” (Lima L. , 2005, p. 37)

Este aspeto é muito patente nesta coletividade, pois as dimensões educativas estão muito mais presentes na fase em que era necessário lutar por algo que não existia na comunidade local. As pessoas, que não faziam parte de elites locais nem estavam associadas a

nenhum órgão de poder, uniram-se para desenvolver um projeto comum, necessário na localidade.

Com o avançar do tempo e a diminuição da participação e da ação da coletividade, a quantidade de situações com potencial educativo diminuiu. Depois do tempo do “barracão”, terminou o teatro, o folclore, a biblioteca, a música (deixou de funcionar da mesma forma) e o bar deixou de ser explorado pelos membros da associação.

Não obstante a diminuição da atividade, a partir da mudança para a nova sede, no tempo em que Ernesto explorava o bar, foram desenvolvidas várias ações. Dada a sucessão de acontecimentos e a saída de vários fundadores, as atividades eram desenvolvidas essencialmente pelo Ernesto e pela esposa, numa fase, e noutra pelo Ernesto, o Paulo Castro e o Fernando Gonçalves. De alguma forma, no processo percorrido pela CRACS, perdeu-se o carácter democrático que lhe era característico, o que tem impactos nas situações educativas pois, não havendo reuniões e discussões, há menos possibilidades de transformação pessoal e social. As atividades mais significativas durante a permanência do Ernesto na CRACS foram a organização de torneios de futebol e dos festivais de ranchos:

Em ambos:

“Em tudo aquilo que nós fazemos, nós aprendemos sempre alguma coisa. Sempre. E depois tem uma vantagem que é ficar com muitos conhecimentos e com muitas amizades que depois se vão prolongando e dando para outras coisas. Eu hoje, se calhar, em algumas coisas que ainda faço, ainda conheço pessoas de coisas que se fizeram nessa altura aí.” (Paulo Castro)

Nos festivais de ranchos:

“Eu acho que foi mesmo enriquecedor para toda a freguesia, para toda a comunidade. Para ver um rancho estrangeiro ou se via na televisão ou tinha que se ir a Lousada. E nós termos dentro de nossa casa quase, ou da nossa coletividade, culturas francesa, italiana, chinesa, polacos... Por exemplo, no ano em que veio cá o rancho polaco, aconteceu uma coisa curiosa. A minha mãe tinha ido à Polónia nesse ano e comprou um vestido tradicional do folclore polaco para a minha irmã que era miúda. Então a minha irmã foi ver o festival com essa roupa. Então eles quiseram tirar fotografias com ela e etc., porque eles chegaram da Polónia aqui, numa terra que, a gente costuma dizer, onde não passou Cristo, e ter um traje exatamente igual aos deles, eles acharam curioso e pronto. E acho que mesmo para a freguesia foi enriquecedor. Nós tivemos aqui durante 3 anos essa cultura e houve várias coisas engraçadas que aconteceram pelo meio. Isto o Ernesto pode contar muito bem, um Jugoslavo começou a comer pão caseiro mal chegou e foi-se embora a comer pão caseiro. De cinco em cinco minutos ele ia ao Ernesto buscar pão caseiro, porque ele adorou aquele pão (broa caseira). Nós tínhamos lá para vender às pessoas o pão com o frango, mas ele não queria frango, o Ernesto queria dar-lhe frango e ele não queria frango, ele só queria a broa, comeu broa até dizer chega. São coisas assim que aconteceram. Chineses aqui com os dragões e as suas danças chinesas. Então para a freguesia foi enriquecedor” (Paulo Castro)

Depois da saída do Ernesto do bar, houve um momento em que a atividade se resumia à manutenção da coletividade e, apesar da situação difícil que se vivia, existem aprendizagens a relatar:

“Todos nós temos sempre, ou podemos sempre aprender com as situações. Participar numa organização como esta é uma experiência que enriquece em muitos aspetos, nomeadamente nas relações interpessoais, na forma como se resolvem os problemas, na forma como as pessoas participam nas reuniões, etc... Há uma série de coisas que eu acho que fazem sentido para o enriquecimento de qualquer cidadão” (Paulo Mendes).

Atualmente a coletividade desenvolve a sua ação essencialmente através do desporto e da escolinha de música. O desporto inclui as aulas de dança e o futebol. O futebol, ultimamente, está mais organizado pois a coletividade passou a pertencer à AFAL, o que pressupõe um maior esforço na angariação de verbas, mas também acesso a instrumentos de organização e regulação que facilitam a ação. A escolinha de música permite que as crianças e jovens desta localidade, e de outras nas redondezas, tenham acesso a aulas de música e a instrumentos variados.

Ao nível das aprendizagens relatadas, estas prendem-se muito com os contactos desenvolvidos através da participação:

“A atividade profissional não tem nada a ver com isto, é diferente. Agora a nível de cultura uma pessoa fica mais... fala com mais pessoas... Se eu não estivesse aqui e viesse só tomar café com os meus amigos e fosse embora... Eu se calhar agora estou a falar contigo e nunca falei contigo como até hoje. Falo com muitas pessoas até da rádio, já falei com pessoas da Câmara de Paços, que eu nunca conheci de lado nenhum, falei com o presidente da junta de Carvalhosa sobre o que podemos dar a eles. Passei a ter conhecimentos lá em Carvalhosa que antes não tinha. Se precisar do rancho de Carvalhosa eles vêm aqui em qualquer momento, se precisar dos bombos de Sousela eles também vêm aqui e não cobram nada, porque nós também ajudamos os bombos de Sousela, nós já demos 45 ou 50 euros de ajuda, porque eles também têm uma coletividade, muita gente não sabe mas eles têm” (José Ribeiro)

Analisando a evolução das aprendizagens é possível perceber que estas se foram alterando ao longo do tempo, devido à alteração no tipo de ação desenvolvida na coletividade, pois terminaram uma série de atividades e iniciaram-se outras. Foi possível constatar que há aprendizagens que são transversais a todas as épocas, nomeadamente, aprender a ser sócio (que na época do “barracão” foi discutido no tema aprender a participar) e aprender a relacionar-se com os outros. Pode concluir-se que estas constituem dimensões centrais na participação no movimento associativo que, no entanto, se alteram ao longo do tempo. Na época do “barracão” ser sócio e participar ativamente na coletividade constituiu uma

experiência com um profundo sentido para os participantes, pois nunca a tinham experienciado em nenhum âmbito da vida, tendo produzido resultados dos quais se sentiam orgulhosos. Na atualidade, os resultados da ação na coletividade não são percebidos pela comunidade local e pelos participantes de forma tão positiva, o que claramente interfere na forma como as pessoas se situam e analisam as suas experiências.

4.2.2 Processos de formação

Para compreender os processos de formação, no âmbito do associativismo, importa referir que estes se dão no domínio da educação não formal ou informal. A CRACS não assume como sua preocupação central a dinamização de processos de educação não formal, pois não pretende organizar cursos nem organizar conferências ou seminários, no entanto, ao longo do tempo, em diferentes momentos, foram propiciadas circunstâncias para o desenvolvimento desse tipo de processos. Assim, dividir-se-á esta parte em dois tipos de processos, os não-formais e os informais, sendo os últimos claramente mais relevantes na CRACS.

Processos Não Formais:

Os processos de educação não formal consistem em momentos dinamizados no seio da coletividade com um objetivo educativo explícito. São exemplos desses processos:

- As conversas realizadas aos domingos de manhã, na sala da biblioteca, pelo José Neto;
 - “A CRACS deu direitos cívicos. Direitos da sociedade, o que eu tenho direito. Tenho direito a coisas, a não fazer e a fazer, e a CRACS ensinava. Aos domingos de manhã tinha uma sala que o Zé Neto estava lá. Se quisesse que ele falasse de alguma coisa, ele falava, tinha livros para ler e ele ajudava” (Ernesto Gonçalves).
- O curso de alfabetização;
 - “Havia ali várias pessoas formadas e outras que estavam a estudar no ensino superior tanto da minha família como da parte dos Netos e nós juntamo-nos todos e entre todos dávamos aulas aos adultos. Não eram só adultos, mas grande parte eram adultos. E fizemos essas aulas durante bastante tempo, cerca de 2 anos ou 2 anos e meio, aulas de alfabetização. Foi muito bom porque muita gente aprendeu a ler e a escrever” (José Carlos Meireles).
- As aulas de música e de aeróbica; os treinos de futebol

Processos Informais:

- Aprendizagens através de conversas informais:

Nas conversas informais podem ser realizadas aprendizagens sobre as mais variadas temáticas e a diferentes níveis. O conteúdo e a dimensão da aprendizagem pode ser

extremamente variável, dependendo dos conhecimentos e saberes dos diferentes interlocutores. Belém Neto considera as conversas extremamente importantes:

“Eu acho que ao nível cultural, é como lhe disse há bocado, mesmo nas conversas de volta da lata, a gente acabava por apanhar culturas e aprender uns com os outros. Porque nós conversávamos muito, estávamos ali aos serões a conversar. Repare que se estivéssemos em casa, estávamos um ou dois, e lá as vezes estávamos uns 20 à volta da lata” (Belém Neto).

- Aprendizagens realizadas a partir das assembleias gerais:

Nas assembleias gerais discutiam-se todos os assuntos da coletividade, de forma aberta e para que todas as pessoas entendessem. Delineavam-se formas de ação e o desenvolvimento da coletividade, expunham-se ideias, refletia-se, emitia-se opinião, etc., constituindo enormes fontes de desenvolvimento pessoal e coletivo.

- Aprendizagens realizadas a partir atividades culturais ou do acesso a outros bens de cultura

O facto de as pessoas assistirem a atividades de carácter cultural possibilita a realização de diversas aprendizagens: “*Nós formamos um grupo de teatro em que representamos várias vezes peças muito interessantes. Isto é transmitir cultura às pessoas, e as pessoas também se interessavam por estas coisas*” (José Carlos Meireles). Na CRACS, as pessoas eram convidadas a assistir a diferentes atividades culturais, como teatro, festivais de folclore, música, e ainda passeios a diferentes localidades nos quais se faziam visitas guiadas, entre outras, bem como a atividades desportivas, como o futebol, aeróbica ou mesmo o atletismo, desenvolvidas pela coletividade.

“E depois sabes que quando nós eramos novos, nós fazíamos semanas culturais, que era uma semana de espetáculos, ou a semana da criança com atividades só para a criança. Depois fazíamos as corridas de 100 metros, salto em comprimento, salto em altura, atletismo, etc. As pessoas nem equipamentos tinham, cada um ia com a sua roupa, cachopos a correr de galochas, era assim. Mas funcionava!” (Ernesto Gonçalves).

Estas atividades tinham um elevado impacto na comunidade local, que passa a entrar em contacto com o atletismo de uma forma que não tinham nunca experimentado, pois nem sapatilhas tinham algumas pessoas.

Ressalta-se, também, o funcionamento da escola de música, na qual existem vários instrumentos disponíveis e acessíveis, mesmo na ausência do responsável:

“Aqui nós temos o piano, órgão, bateria, precursão, guitarra tradicional, violão, guitarra elétrica, baixo, violino, gaita-de-foles, flauta transversal, flauta de bisel, xilofone, acordeão, cavaquinho... Temos uma imensidão de instrumentos que as crianças, jovens ou adultos podem experimentar aquilo que mais gostam e ir por ali. Já tive alunos que começaram numa área e terminaram noutra, ou neste momento estão noutra” (Ernesto Gonçalves)

Dentro das aprendizagens realizadas a partir de atividades culturais é interessante referir também o contributo do acesso aos livros. Na casa de muitas pessoas desta localidade, durante muitos anos, não existiam livros. No “tempo do barracão”, na CRACS, existiam muitos livros que podiam ser requisitados, possibilitando diversas aprendizagens:

“Mas tinha lá escritores que era tudo desse lado [esquerda]. Mas tinha alguns, tinha vários livros bons de outros escritores, do Eça de Queirós, do Soeiro Pereira Gomes, nunca mais me esquece que li vários livros dele e esses não são assim. Mas a maior parte dos livros que lá tinha, desses livrecos eram todos daquele lado” (António Gonçalves)

António Gonçalves era, então, um jovem que tinha apenas a 4^a classe e através da possibilidade de ler e requisitar livros foi adquirindo mais conhecimentos e uma outra formação cultural.

- Aprendizagens realizadas através da ação concreta:

No âmbito de uma associação, as ações necessárias para o bom funcionamento são muito variadas. Pode dizer-se que a ação é constante e tudo o que se faz é importante e pode permitir a realização de aprendizagens a diferentes níveis. Um exemplo concreto foi a realização das obras da nova sede, na qual muitos elementos da coletividade se envolveram, colaborando em quase todas as partes do processo, desde a elaboração do projeto à efetiva construção da obra. Mas, muitos outros exemplos poderão ser apresentados:

“Fizemos lá bons espetáculos, com boas remessas” (Belém Neto).

“E fizemos essas aulas durante bastante tempo, cerca de 2 anos ou 2 anos e meio aulas de alfabetização” (José Carlos Meireles).

“Fizemos muita coisa, muita coisa a nível da música, a nível do teatro. Tudo funcionou bem, futebol, musica, teatro, folclore” (José Gonçalves Pacheco).

“Fizemos o dia mundial da criança com insufláveis e gastamos 600 euros, que é uma coisa que nunca se fez aqui, nem nunca se fez o dia mundial da criança e tivemos à volta de 100 crianças a participar nisso. Foi uma coisa muito bonita. Também fizemos sardinhas, o magusto, essas tradições costumamos fazê-las todos os anos. Depois costumamos fazer passeios de convívios” (José Carlos Meireles)

As pessoas fizeram muitas coisas e enquanto fizeram “toda a gente cresceu” e
APRENDEU!

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O associativismo tem sido uma presença constante na minha vida, dado que vivo muito perto da CRACS e desde sempre ouço falar sobre esta coletividade. Nos últimos anos foi-me apresentada uma visão muito negativa sobre ela, que estendi ao associativismo em geral. A licenciatura e mestrado em Ciências da Educação “obrigaram-me” a mudar de posição e estimularam-me a procurar compreender o que tinha acontecido com a CRACS e o que tem vindo a acontecer no mundo associativo. Assim, passei a valorizar a existência desta e de outras coletividades que, apesar dos tempos difíceis, continuam vivas e a dinamizar atividades.

Ao analisar o percurso histórico da CRACS ficou patente que esta se foi transformando ao longo do tempo, acompanhando as transformações políticas, económicas e sociais que ocorreram. Assim, concebo hoje o associativismo como um processo em constante transformação, porque se altera juntamente com a sociedade. Talvez nos últimos anos esta mudança tenha sido mais acelerada, pois a sociedade está a modificar-se mais rapidamente. Assim, é necessário que todos os agentes do associativismo se consciencializem que o associativismo, sendo um movimento local, está sujeito às influências globais e portanto não admite leituras simplistas sobre nenhum dos processos desenvolvidos.

A CRACS foi, durante muitos anos, o centro da vida social de Sousela e, portanto, um polo de desenvolvimento desta localidade, permitindo que todos pudessem conhecer e vivenciar o movimento associativo popular, com as suas lógicas de voluntariado, militância e participação social cívica. Ao mesmo tempo, dada a dinâmica implementada, permitiu que os souselenses acessem a bens culturais como a música, teatro, folclore, biblioteca e a práticas desportivas, que sem esta coletividade só acederiam mais tarde ou nem entrariam em contacto com muitos deles, transformando-se num importante polo cultural onde muitas aprendizagens foram realizadas. Para os jovens em geral e para as raparigas, em particular, a associação foi muito importante, abrindo-lhes um espaço de encontro e dinamização de atividades que rompia com todas as lógicas de ação anteriores.

Nesta dissertação, a história da coletividade assumiu uma grande centralidade, porque as pessoas desejavam falar dessa história, profundamente significativa nas suas vidas, especialmente para os que participaram no tempo do barracão. Percebeu-se que tinham um desejo muito grande de transmitir tudo o que viveram, contando diversos episódios, muitos dos quais, até por questões de espaço, não foi possível abordar no âmbito deste trabalho. Para estas pessoas, a participação na CRACS constitui uma parte muito importante da história da sua vida, até quando participaram apenas dois ou três anos e, mesmo afastadas, muitas continuam a preocupar-se e a falar dela.

Sendo Sousela uma pequena localidade rural, através da CRACS ficou conhecida em muitos outros lugares, pois as atividades desenvolvidas foram frequentadas por pessoas de diversas locais das redondezas, ao mesmo tempo que os participantes de diferentes comissões da CRACS visitavam outras coletividades, o que remete para o impacto da CRACS não apenas em Sousela, mas também noutros contextos. Em Sousela, instituiu-se como polo dinamizador da localidade, na medida em que, para além das atividades por si realizadas, procurou desenvolver iniciativas com outras instituições como a escola, a junta de freguesia, a câmara municipal e até mesmo com empresários da região, envolvendo-os em projetos comuns.

A agregação das pessoas em torno de determinados projetos, nos quais todos participavam, a todos os níveis, foi algo novo e tão importante que marcou, e ainda marca, os que neles participaram, mas também aqueles que apenas ouviram falar. A geração que “herdou” a CRACS não herdou apenas um espaço e uma associação, mas também a sua história, com tudo o que isso acarreta. No tempo do “barracão”, viveu-se um período de enorme mobilização das pessoas em torno de objetivos que envolviam todos e que, para todos, foi muito significativo. Neste contexto, a geração que mantém hoje a coletividade viva, tem sobre si a pressão do passado e a vontade de alguns de que, embora em novas condições, esta seja parecida com o que foi antigamente. Esta vontade implica que, consciente ou inconscientemente, desejem/precisem de desenvolver formas de organização/gestão participativas, retomando lógicas de voluntariado, militância e exercício da democracia, não muito presentes nas circunstâncias atuais. Ao herdar toda a história, esta geração herdou também as divergências associadas à saída de diversos membros, que impedem que eles e outros voltem a participar.

A partir da análise da participação na CRACS é possível sustentar que esta pode ser pensada a três níveis:

- 1) A nível global, na medida em que as transformações da sociedade têm impactos profundos na vida das pessoas e das associações;
- 2) A nível da coletividade, na medida em que a forma de organização/gestão é promotora, ou não, do envolvimento de todos no desenvolvimento de um projeto comum;
- 3) A nível pessoal, que diz respeito às motivações para participar ou não e que são profundamente influenciadas pelos níveis anteriores e pela história do envolvimento pessoal ou de familiares.

Admitindo que estes três níveis podem ter influência no número de pessoas que vão à coletividade e na sua efetiva participação, importa reconhecer que aqueles que, ao longo do tempo, dinamizaram a CRACS não podem/devem ser culpabilizados pela situação atual, como parece transparecer em alguns discursos. Houve um tempo em que a coletividade nasceu e cresceu porque era preciso construir um projeto comum para responder às necessidades locais, ao nível da cultura, da recreação e do desporto. Esta necessidade implicou lutar por direitos que as pessoas não tinham, o que deu um sentido e uma intencionalidade a todos os participantes e, ao mesmo tempo, lhes permitiu sentirem-se reconhecidos pelo trabalho realizado. Atualmente, a coletividade sobrevive sem se implicar na luta por melhores condições de vida e de acesso a determinados bens culturais e, nesse sentido, falta uma intencionalidade que agregue todas as pessoas num objetivo comum.

Na atualidade, as situações educativas vivenciadas são menores, coincidindo com uma menor atividade e com uma lógica de organização/gestão menos participada. Como todos os interlocutores desta pesquisa acabam por reconhecer, nem sempre de forma explícita, a participação possibilita a realização de múltiplas aprendizagens, desde logo a aprendizagem de ser associado e de participar, através de processos que envolvem o estabelecer de relações humanas significativas, conhecendo muitas pessoas com quem se trocam as mais diversas experiências.

Ao concluir esta dissertação, não posso deixar de refletir sobre a transformação dos modos de ser sócio e desenvolver a sua ação no interior da coletividade. No passado, todos os sócios eram voluntários e trabalhavam para a coletividade e na coletividade, gratuitamente. Atualmente, a situação não é a mesma. O bar está concessionado a alguém que não é sócio da coletividade; os dinamizadores de algumas atividades já não são voluntários. De alguma forma, pode dizer-se que a coletividade aluga os seus espaços a pessoas que, em diferentes áreas, desenvolvem a sua ação. Claro que tudo isto tem consequências, perdendo-se, pouco a pouco, o carácter de voluntariado e de militância que era característico destas associações, o que faz com que a lógica de participação seja muito diferente.

Integrando-se esta pesquisa no âmbito do mestrado em Ciências da Educação e sendo, por isso, limitada no tempo, não foi possível explorar todas as questões que seriam pertinentes para pensar a ação desenvolvida pela CRACS. Considero que o percurso histórico desta coletividade poderia ser enriquecido com mais testemunhos e com uma recolha na freguesia de materiais (nomeadamente fotografias) que o pudessem sustentar. Seria também pertinente aprofundar as questões do desenvolvimento local e do impacto da coletividade na comunidade local. No que diz respeito aos arquivos da associação, estes também mereciam

uma atenção mais aprofundada quer pelo valor histórico que têm, quer pelo papel que a escrita teve ao longo da história da coletividade (nuns momentos valorizada e largamente utilizada, tanto nas reuniões como no jornal de parede; noutros totalmente desvalorizada, quando não se faziam atas ou quando se destruíram muitos documentos).

A construção deste percurso histórico da CRACS, assim como a reflexão sobre a participação, fornece pistas para compreender melhor o caminho feito até este momento pela coletividade e para pensar o caminho a percorrer no futuro, pelo que há o compromisso de apresentar e discutir esta dissertação na associação. Serão também apresentadas e discutidas as aprendizagens identificadas, pois é importante que as pessoas reconheçam os seus percursos no associativismo como percursos de formação. O momento de apresentação e discussão pode, também, vir a constituir-se como um momento de aprendizagens significativas, na medida em que pode possibilitar uma tomada de consciência relativamente aos processos nos quais as pessoas participaram.

Para finalizar, considero que foi um privilégio poder escutar o contributo de cada um dos interlocutores desta pesquisa, por um lado porque ao partilharem as suas vivências na CRACS, estão a partilhar aspetos da história das suas vidas e da história do contexto local, o que me permitiu pensar na minha própria história, enquanto membro desta comunidade e na história de alguns familiares diretos; por outro lado, as vivências partilhadas dão uma dimensão humana e concreta a diversos aspetos da história da coletividade, mas também de Portugal.

Termino esta investigação com a consciência de que foi um processo de crescimento profundo a nível intelectual e a nível humano, no que diz respeito à forma como penso sobre mim mesma, sobre as pessoas à minha volta e sobre o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Antunes, Maria da Conceição P. (2011). A Animação Sociocultural e Educação Comunitária. Em José Dantas Lima Pereira & Marcelino de Sousa Lopes, *As Fronteiras da Animação Sociocultural* (pp. 147-159). Chaves: Intervenção - Associação para a promoção e divulgação cultural.
- Bell, Judith (1993). *Como realizar um projeto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Berg, Bruce Laurence (2001). Case Studies. Em Bruce Laurence Berg, *Qualitative Research Methods For The Social Sciences* (pp. 225-237). Boston: Allyn & Bacon.
- Berger, Guy (2004). Reflexões sobre democracia, participação e cidadania. *Cadernos ICE "Inovação, Cidadania e Desenvolvimento Local*, 7, pp. 13-30.
- Boavida, João, & Amado, João (2006). *Epistemologia, Identidade e Perspectivas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Bogdan, Robert C. & Biklen, Sari K. (1994). *Investigação Qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, Pierre (2007). Compreender. Em Pierre Bourdieu, *A miséria do Mundo* (6ª ed., pp. 693-713). Petrópolis: Vozes.
- Burgess, Robert G. (1997). *A Pesquisa de Terreno - Uma Introdução*. Lisboa: Celta Editora.
- Canário, Rui (2006). Aprender sem ser ensinado: A importância estratégica da educação não formal. Em Licínio Lima, Rui Canário, José Augusto Pacheco & Manuela Esteves, *A educação em Portugal (1986-2006): Alguns contributos de Investigação* (pp. 159-206). Lisboa: CNE.
- Canário, Rui (2009). Associativismo e Educação Popular. Em Rui Canário, & Sónia Rummert, *Mundos do Trabalho e Aprendizagem* (pp. 133-154). Lisboa: Educa.
- Catroga, Fernando (2001). *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto.
- Cavaco, Cármen (2008). *Adultos Pouco Escolarizados. Diversidade e interdependência de Lógicas de Formação*. Tese de Doutoramento, Lisboa: FPCEUL.
- Charlot, Bernard (v. 11; nº 31 de Jan/Abr de 2006). A pesquisa educacional entre conhecimentos, políticas e práticas: especificidades e desafios de uma área de saber. *Revista Brasileira de Educação*, pp. 7-18.
- Coombs, Philip H. & Ahmed, Manzoor (1974). *Attacking Rural Poverty: How Nonformal Education Can Help*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.
- Correia, José Alberto (1998). *Para uma teoria crítica da educação*. Porto: Porto Editora.

- Dominicé, Pierre (1988). O proceso de formação e alguns dos seus componentes relacionais. Em Mathias Finger, & António Nóvoa, *O método (auto)biográfico e a formação* (pp. 53-61). Lisboa : Ministério da Saúde.
- Dominicé, Pierre (1988). O que a vida lhes ensinou. Em Mathias Finger, & António Nóvoa, *O método (auto)biográfico e a formação* (pp. 133-153). Lisboa: Ministério da Saúde.
- Elliott, Jane (2005). *Using Narrative in Social Research: Qualitative and Quantitative Approaches*. London: Sage Publications.
- Ferraroti, Franco (1983). *Histoire et Histoires de Vie - la méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Librairie des Méridiens.
- Ferreira, Fernando Ilídio (2011). A Animação Sociocultural, Associativismo e Educação. Em José Dantas Pereira & Marcelino de Sousa Lopes, *As fronteiras da Animação Sociocultural* (pp. 123-145). Chaves: Intervenção - Associação para a promoção e divulgação cultural.
- Godinho, Paula (2001). *Memórias da Resistência Rural no Sul: Couço (1958-1962)*. Oeiras: Celta.
- Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Participação e Ação Coletiva: Interesses, Conflitos e Consensos*. Estoril: Príncipia.
- Josso, Marie-Christine. (2002). *Experiências de vida e de formação*. Lisboa: Educa.
- Leitão, Simão Cardoso; Pereira, Gustavo; Ramos, Joaquim; & Silva, Alexandre (2009). *Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto: Uma caracterização do associativismo confederado em Portugal*. Almada: Coletividades de Cultura, Recreio e Desporto.
- Lesne, Marcel (1977). *Trabalho Pedagógico e Formação de Adultos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lima, Jorge Ávila (2006). Ética na Investigação. Em Jorge Ávila Lima & José Augustto Pacheco, *Fazer Investigação. Contributos para a elaboração de dissertações e teses* (pp. 126-159). Porto: Porto Editora.
- Lima, Licínio (2005). A educação de adultos em Portugal (1974-2004): Entre as lógicas da educação popular e da gestão de recursos humanos. Em Rui Canário, & Belmiro Cabrito, *Formação de Adultos: Mutações e Convergências* (pp. 31-60). Lisboa: Educa.
- Martins, Artur (s/d). *O Movimento Associativo Popular e a Democracia*. Obtido de http://www.25abril.org/a25abril/get_document.php?id=259 (online a 20 de Fevereiro de 2012)

- Medina, Teresa (2008). *Experiências e Memórias de Trabalhadores do Porto. A Dimensão Educativa dos Movimentos de Trabalhadores e das Lutas Sociais*. Porto: Tese de Doutoramento, FPCEUP.
- Medina, Teresa; Caramelo, João & Cardoso, Carla (2013). Associações culturais e recreativas - Dimensões educativas e processos de formação. *I Coloquio Internacional de Ciências Sociais e da Educação - O Não formal e o Informal em Educação: Centralidades e periferias*. (Comunicação não publicada).
- Pinto, José Madureira, & Pereira, Virgílio Borges (2006). Trinta anos de democracia: mudanças sociais e inconsistência institucional . Em Manuel Loff, & Maria da Conceição Pereira, *Portugal: 30 anos de democracia (1974-2004)* (pp. 133-151). Porto: Editora da Universidade do Porto.
- Pires, Ana Luísa (2002). *Educação e Formação ao Longo da Vida: Análise Crítica dos Sistemas e Dispositivos de Reconhecimento e Validação de Aprendizagens e Competências*. Universidade Nova de Lisboa: Tese de Doutoramento.
- Quivy, Raymond, & Campenhoudt, Luc Van (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª Edição ed.). Lisboa: Gradiva.
- Santos, Boaventura de Sousa (1990). *O estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Sarmento, Manuel Jacinto (2000). A pesquisa no terreno da Ação: um campo metodológico. Em Manuel Jacinto Sarmento, *Lógicas da Ação Educacional* (pp. 230-274). Lisboa: Instituto da Inovação Educacional.
- Silva, Augusto Santos, & Pinto, José Madureira (1986). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento.
- Silva, Manuel Carvalho (1999). A Revolução e a Questão Social. Que Justiça Social? Em Fernando Rosas, *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-1976) I Curso Livre de História Contemporânea, Lisboa 23 a 28 de Maio de 1998* (pp. 161-170). Lisboa: Edições Colibri/Fundação Mário Soares/Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Silva, Sofia Marques (2010). *Da Casa da Juventude aos Confins do Mundo. Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Afrontamento.
- Silverman, David (2001). Qualitative/Quantitative. Em C. Jenks, *Interpreting qualitative data: methods for analysing talk, text and interaction / David Silverman* (pp. 78-95). London: Sage Publication.

- Terrasêca, Manuela (1996). *Referenciais Subjacentes à estruturação das práticas docentes. Análise dos discursos dos/as professores/as*. Tese de Mestrado, Porto: FPCEUP.
- Vala, Jorge (2001). A análise de conteúdo. Em Augusto Santos Silva, & José Madureira Pinto, *Metodologia das Ciências Sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.
- Yin, Robert K. (2009). *Case Study Reaserch: Design and Methods*. United States of America: Sage Publications.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

- Decreto-Lei n.º 594/74, de 7 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 71/77, de 25 de Fevereiro
- Constituição da República Portuguesa, VII Revisão Constitucional (2005)